GPP GABINETE DE PLANEAMENTO, POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO GERAL

REPÚBLICA PORTUGUESA | AGRICULTURA

PLANO ESTRATÉGICO DA PAC

2023-2027

OBJETIVO ESPECÍFICO 2

REFORÇAR A ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE, COM MAIOR INCIDÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO, NA TECNOLOGIA E NA DIGITALIZAÇÃO

VERSÃO: JULHO DE 2021

Disclaimer

O presente documento de trabalho em desenvolvimento tem como objetivo facilitar a elaboração do Plano Estratégico do PAC pós-2020. As fontes de informação utilizadas estão devidamente identificadas.

ÍNDICE

ÍNDICE 2
ÍNDICE DE QUADROS 3
ÍNDICE DE GRÁFICOS 3
ÍNDICE DE FIGURAS 5
I. ENQUADRAMENTO 6
II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 11
III. ECONOMIA DO COMPLEXO AGROFLORESTAL 18
IV. ECONOMIA AGRÍCOLA 22
V. ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS 39
VI. FATORES CONDICIONANTES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: ÁGUA E SOLO 50
VII. COMÉRCIO INTERNACIONAL 63
VIII. ACESSO AO CRÉDITO PELAS EMPRESAS 79
IX. COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROALIMENTARES PELA INTERNET 86
X. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS E INOVAÇÃO NA AGRICULTURA COMO FATORES DE COMPETITIVIDADE 87
XI. LISTA DOS INDICADORES COMUNS DE CONTEXTO UTILIZADOS 89

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Enquadramento internacional 12
Quadro 2 PIB na ótica da despesa 13
Quadro 3: Importância do Complexo agroflorestal no VAB e no emprego da Economia (%) 18
Quadro 4: Evolução do VAB do Complexo Agroflorestal e PIBpm (milhões de euros) 19
Quadro 5: Emprego do Complexo Agroflorestal e Economia (mil pessoas) 20
Quadro 6: Produtividade do trabalho (VAB/emprego) das componentes do Complexo Agroflorestal e Economia 21
Quadro 7: Taxa de variação média anual da Produção, dos Consumos Intermédios e do VAB agrícola e PIB (%) 22
Quadro 8: Estrutura da Produção agrícola, a preços base, e respetivas variações (%) 23
Quadro 9: Estrutura dos Consumos intermédios e respetivas variações (%) 25
Quadro 10: Investimento agrícola e total da economia 37
Quadro11: Componentes da SAU por dimensão física das explorações em 2016 - indicador C17 . 42
Quadro 12: Peso das componentes da SAU por dimensão física das explorações em 2016 42
Quadro 13: Componentes da SAU por Região Agrária em 2016 - indicador C17 43
Quadro 14: Peso das Componentes da SAU por Região Agrária em 2016 43
Quadro 15: Características estruturais das explorações familiares 49
Quadro 16: Superfície irrigável por região agrária, em 2016 54
Quadro 17: Importância do Complexo agroflorestal nas exportações e nas importações de bens e serviços da Economia (%) 63
Quadro 18: Exportações, importações e saldo comercial do Complexo Agroflorestal e Economia (milhões de euros) 64
Quadro 19: Orientação exportadora do complexo agroflorestal - % 71
Quadro 20: Grau de autoaprovisionamento1 de bens alimentares2 (%) 74
Quadro 21: Grau de autoaprovisionamento1 de bens florestais2 (%) 77

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução do VAB, em volume, dos setores I, II e III e economia (2000=100) 16
Gráfico 2. Estrutura do VAB por setor I, II e III (%) 16
Gráfico 3: Estrutura do emprego por setor I, II e III (%) 17
Gráfico 4: Evolução do Emprego dos setores I, II e III e economia (2000=100) 17
Gráfico 5: Evolução do VAB da agricultura, silvicultura, IABT, IF e economia, em volume (2000=100) 19
Gráfico 6: Evolução do emprego da agricultura, silvicultura, IABT, IF e economia (2000=100) . 20
Gráfico 7: produtividade do trabalho (VAB a preços constantes 2016/emprego), 2000-2017 (2000=100) 21
Gráfico 8: Evolução da Produção, dos Consumos Intermédios e do VAB agrícola, volume e preços (2000=100) 22
Gráfico 9: Evolução dos preços mundiais dos cereais e dos preços implícitos nas importações nacionais de cereais, milho, soja colza e girassol (01/2000=100) 24
Gráfico 10: Evolução dos consumos intermédios agrícolas de Energia e lubrificantes e alimentos para animais em volume, valor e preço implícito (2000=100) 25
Gráfico 11: Evolução das componentes dos consumos intermédios agrícolas, em volume (2000=100) 26
Gráfico 12: Estrutura de consumo energético da economia - 2018 (%) 27
Gráfico 13: Estrutura de consumo energético da Agricultura - 2018 (%) 27
Gráfico 14: Importância da agricultura no consumo de eletricidade por região NUTS III - 2018 (%) 29

GRÁFICO 15: ÍNDICE DE PREÇOS NOS MEIOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLAS – COMBUSTÍVEIS, ELETRICIDADE E LUBRIFICANTES – E DO PETRÓLEO (01/2005=100) 29
GRÁFICO 16: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FATORES NA AGRICULTURA (PTF), EM PT E NA UE27 (2005=100) 30
GRÁFICO 17: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE PARCIAL DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS E RESPETIVAS COMPONENTES (2000=100) 31
GRÁFICO 18: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE PARCIAL DO CONSUMO DE CAPITAL FIXO E RESPETIVAS COMPONENTES (2000=100) 31
GRÁFICO 19: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE PARCIAL DA TERRA E RESPETIVAS COMPONENTES (2000=100) . 32
GRÁFICO 20: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE PARCIAL DO TRABALHO E RESPETIVAS COMPONENTES (2000=100) 33
GRÁFICO 21: PESO DOS CUSTOS AGRÍCOLAS (EXCETO TERRA) (%) 33
GRÁFICO 22: PESO DOS CUSTOS AGRÍCOLAS (EXCETO TERRA) (%) 34
GRÁFICO 23: EVOLUÇÃO DOS DESEMPREGADOS, OFERTAS E COLOCAÇÕES NO SETOR I (2000=100) E TAXA DE SATISFAÇÃO DA OFERTA (%) 35
GRÁFICO 24: EVOLUÇÃO MENSAL DAS OFERTAS E COLOCAÇÕES NO SETOR I (Nº) E TAXA DE SATISFAÇÃO DA OFERTA (%) 36
GRÁFICO 25: FBCF (MILHÕES DE EUROS) E ESFORÇO DE INVESTIMENTO (%) NA AGRICULTURA A PREÇOS CORRENTES 37
GRÁFICO 26: ESTRUTURA DO FBCF AGRÍCOLA (%) 37
GRÁFICO 27: EVOLUÇÃO DO GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA (2009-2016) 45
GRÁFICO 28: EVOLUÇÃO DOS DADOS GLOBAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR 47
GRÁFICO 29: IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PORTUGAL 48
GRÁFICO 30: IMPORTÂNCIA REGIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR - 2016 48
GRÁFICO 31: ESTRUTURA DA FORMAÇÃO AGRÍCOLA DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS EM 2016 E VARIAÇÃO FACE A 2009 50
GRÁFICO 32: ESTRUTURA DO NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS EM 2009 E 2016 49
GRÁFICO 33: PROPORÇÃO DA SUPERFÍCIE IRRIGÁVEL NA SAU (%) 52
GRÁFICO 34: SUPERFÍCIE IRRIGÁVEL, POR TIPO DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS NAS REGIÕES AGRÁRIAS (2016) 52
GRÁFICO 35: EVOLUÇÃO DAS SUPERFÍCIE IRRIGÁVEL NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR REGIÃO 1989-2016 53
GRÁFICO 36: VARIAÇÃO DA SUPERFÍCIE IRRIGÁVEL POR TIPO DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS NAS REGIÕES AGRÁRIAS (2009-2016) 54
GRÁFICO 37: PRODUTIVIDADE DA TERRA (VABPM/HA) 56
GRÁFICO 38: PROPORCIONALIDADE PRODUTIVIDADE DA TERRA REGADIO/ SEQUEIRO (VABPM/HA) 57
GRÁFICO 39: EMPREGO PROPORCIONADO POR HA - UTA/HA 57
GRÁFICO 40: RETRIBUIÇÃO DO FATOR TERRA 58
GRÁFICO 41: DISPONIBILIDADES HÍDRICAS E CONSUMOS MÉDIOS EM PORTUGAL 59
GRÁFICO 42: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA EQUIPADA (HA) EM PORTUGAL CONTINENTAL (2016) 60
GRÁFICO 43: SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL E RESPETIVAS COMPONENTES E ECONOMIA (MILHÕES DE EUROS) 65
GRÁFICO 44: EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO AGROALIMENTAR – MUNDO, INTRA-UE E EXTRA-UE (MILHÕES DE EUROS) 66
GRÁFICO 45: ESTRUTURA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL AGROALIMENTAR E DAS PESCAS POR PRODUTO - 2019 67
GRÁFICO 46: PRINCIPAIS PARCEIROS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS AGROALIMENTARES E PESCAS - 2019 68
GRÁFICO 47: ESTRUTURA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS FLORESTAIS POR PRODUTO 68
GRÁFICO 48: PRINCIPAIS PARCEIROS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS FLORESTAIS – IMPORTAÇÕES 69
GRÁFICO 49: PRINCIPAIS PARCEIROS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS FLORESTAIS – EXPORTAÇÕES 69

GRÁFICO 50: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES AGROFLORESTAIS (MILHÕES DE EUROS) E TAXA DE COBERTURA (%) 70
GRÁFICO 51: EXPORTAÇÕES E VAB AGROFLORESTAIS (MILHÕES DE EUROS) E GRAU DE ABERTURA (%)..... 70
GRÁFICO 52: EVOLUÇÃO DO CONSUMO E PRODUÇÃO DE BENS ALIMENTARES, EM VOLUME E EM VALOR (2000=100) 72
GRÁFICO 53: EVOLUÇÃO DA CAPITAÇÃO DIÁRIA DE PROTEÍNAS, HIDRATOS DE CARBONO E GORDURAS ENTRE 1990 E 2016 (1990=100) E ORIGEM DAS PROTEÍNAS, GORDURAS E HIDRATOS DE CARBONO POR PRODUTO ALIMENTAR EM 2016 73
GRÁFICO 54: GRAU DE AUTOAPROVISIONAMENTO ALIMENTAR (%) E RESPETIVAS COMPONENTES (MILHÕES DE EUROS) 74
GRÁFICO 55: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES ALIMENTARES (MILHÕES DE EUROS)..... 74
GRÁFICO 56: GRAU DE AUTOAPROVISIONAMENTO ALIMENTAR DE ALGUNS PRODUTOS – 2018 (%)..... 75
GRÁFICO 57: CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO EM PERCENTAGEM DO ATIVO POR DIMENSÃO DA EMPRESA AGRÍCOLA (MÉDIA TRIENAL 2017/2019)..... 79
GRÁFICO 57: CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO EM PERCENTAGEM DO ATIVO POR DIMENSÃO DA EMPRESA AGRÍCOLA (MÉDIA TRIENAL 2017/2019)..... 79
GRÁFICO 58: AUTONOMIA FINANCEIRA 80
GRÁFICO 58: AUTONOMIA FINANCEIRA 80
GRÁFICO 59: ESTRUTURA DO ATIVO (%) E FONTES DE FINANCIAMENTO (%) DAS EMPRESAS AGRÍCOLAS 2019 (%) 80
GRÁFICO 60: VARIAÇÃO DA AUTONOMIA FINANCEIRA ENTRE AS MÉDIAS TRIENAIS 2004/2006 E 2017/2019 (P.P.) E AUTONOMIA FINANCEIRA DOS SETORES AGRÍCOLAS (MÉDIA TRIENAL 2017/2019) (%)..... 81
GRÁFICO 61: FORNECEDORES EM PERCENTAGEM DO ATIVO 2013- 2019 (%)..... 82
GRÁFICO 62: COMPOSIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2019: MICRO (ESQUERDA) E GRANDES EMPRESAS (DIREITA) (%)..... 82
GRÁFICO 62: COMPOSIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2019: MICRO (ESQUERDA) E GRANDES EMPRESAS (DIREITA) (%)..... 82
GRÁFICO 63 PRINCIPAIS DIFICULDADES SENTIDAS PELAS EMPRESAS AGRÍCOLAS PORTUGUESAS 83
GRÁFICO 64 PERCENTAGEM DE EXPLORAÇÕES QUE SOLICITARAM FINANCIAMENTO NO ÚLTIMO ANO, POR TIPO DE PRODUTO (DESDE O INÍCIO DE 2017) 84
GRÁFICO 65 POSSIBILIDADE DE NEGOCIAÇÃO DE TAXAS DE JURO E TIPO E MONTANTE DE GARANTIAS..... 84
GRÁFICO 66 EM CASO DE EMPRÉSTIMO RECEBIDO OU PARCIALMENTE RECEBIDO QUAL É O SEU DESTINO..... 85

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - AGRICULTURA POR REGIÃO, DIMENSÃO ECONÓMICA E ORIENTAÇÃO PRODUTIVA EM 2016 (%) 41
FIGURA 2: PADRÕES DE ORIENTAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO 45
FIGURA 3: CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO DAS PRODUTIVIDADES AGRÍCOLAS MÉDIAS PARA A EUROPA PARA O FINAL DO SÉC. XXI, FACE AOS VALORES ATUAIS..... 50
FIGURA 4: EROSÃO HÍDRICA DO SOLO (TONELADAS POR HA POR ANO), 2006, UE-27, NUTS 3 62
FIGURA 5: TEOR DE MATÉRIA ORGÂNICA NOS SOLOS AGRÍCOLAS (G CARBONO/KG)..... 62
FIGURA 6: DESTINO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS NACIONAIS E IMPORTADOS 75
FIGURA 7: DESTINO DOS PRODUTOS SILVÍCOLAS NACIONAIS E IMPORTADOS 77

I. ENQUADRAMENTO

O presente documento procura contribuir para uma leitura global do objeto e âmbito de influência do futuro PEPAC, para o período 2021-2027, reunindo um conjunto de informação e de análise, que cobre indicadores comuns de contexto propostos pela Comissão Europeia e indicadores considerados pertinentes face às especificidades nacionais, bem como informação de natureza qualitativa, nomeadamente estudos, relatórios de avaliação anteriores, análises setoriais e ensinamentos de experiências anteriores, constituindo assim uma peça importante para a conceção e estruturação do futuro PEPAC.

Este documento procura enquadrar e descrever os principais aspetos que caracterizam o setor agroflorestal português, em particular o setor agrícola em Portugal[1] na sua dimensão económica, também abordada no diagnóstico OE1 e OE3, no período 2000-2019, recorrendo a indicadores de VAB (particularizando as componentes de produção e de consumos intermédios na agricultura), de emprego (mão-de-obra assalariada e não assalariada), de produtividade (do trabalho, da terra, do capital e dos consumos intermédios), de FBCF, de análise da estrutura das explorações agrícolas (SAU, nº de explorações, mão-de-obra, dimensão física e económica, CN, superfície irrigável, produtividades, dimensões médias), de comércio internacional (exportações, importações, saldo comercial), de acesso aos mercados (nacional, comunitário, internacional), de grau de autoaprovisionamento (de bens alimentares e florestais), de acesso ao financiamento (empresas agrícolas), na área da I&D e Inovação, da transferência de conhecimentos e da digitalização.

Entre 2010 e 2019, a evolução do PIB nacional foi marcada essencialmente por dois períodos, por um lado, pelo período de recessão económica (2011-2013), decorrente da crise económico-financeira, acompanhado de uma diminuição da procura interna e do investimento, apesar do contributo positivo do aumento das exportações e da diminuição das importações que permitiram uma melhoria do saldo comercial de bens e serviços. E por outro lado, pelo período pós-crise (2014-2019), com crescimentos sucessivos do PIB em termos reais, refletindo-se na diminuição da taxa de desemprego, do défice público e da dívida pública.

Mais recentemente, "o arrefecimento dos principais mercados de exportação, a intensificação das tendências protecionistas, a questão do Brexit e o agravamento das tensões geopolíticas mundiais" conduziram a um abrandamento da economia mundial, a que se seguiu uma contração histórica no PIB com a pandemia COVID-19. Em Portugal, à semelhança da UE,

[1] Sempre que possível, no Continente, R.A.A e R.A.M, sem prejuízo de uma análise territorial

registou-se uma forte quebra na procura interna (consumo privado e investimento) e externa em 2020, com destaque para os setores do turismo e lazer. Já ao nível do setor agroalimentar a queda não foi tão acentuada dada a especificidade dos bens e serviços que lhe estão associados.

Como se pode verificar, a evolução da economia portuguesa tem sido influenciada por fatores externos, num contexto de globalização da economia, mas também por fatores internos (e.g. estrutura da economia, estrutura do emprego, nível de investimento, novas tecnologias, formação) que afetam, nomeadamente a capacidade de resposta do país a crises futuras.

Quanto aos fatores internos destaca-se a continuidade de tendência de terceirização da economia, com a deslocação da atividade económica para os sectores de bens não transacionáveis, a par da UE. De salientar ainda que, apesar da evolução positiva verificada na economia nacional nos últimos anos, por exemplo ao nível das exportações, Portugal continua a apresentar um PIB *per capita* inferior à UE (79% da média UE27), uma menor produtividade do trabalho (76% da média UE27), um menor grau de investimento público (1,9% do PIB em PT face a 2,9% do PIB na UE) e uma maior dívida pública (117,% em PT face a 77,8% na UE27).

Em particular, o complexo agroflorestal nacional, constituído por bens transacionáveis, apesar de continuar a perder peso no VAB e no emprego da economia, tem vindo a evoluir positivamente ao nível do VAB em volume, o que associado a uma diminuição do emprego, conduziu a um crescimento da produtividade do trabalho. Além disso, tem um peso importante no comércio internacional representando, atualmente, cerca de 14,0% dos valores das importações e 11,9% das exportações de bens e serviços da Economia. Em termos evolutivos tem registado uma melhoria do saldo comercial, com um maior crescimento das exportações face às importações de bens e serviços, contribuindo positivamente para o saldo comercial do conjunto da economia. Em particular o complexo agroalimentar tem vindo a orientar cada vez mais a sua produção para o mercado externo.

Em termos globais, a crescente procura mundial de bens alimentares decorrente, nomeadamente, do aumento da população mundial (que se prevê que atinja as 9 mil milhões de pessoas em 2050) e do rendimento médio de alguns países (e.g. China e Índia), tem vindo a pressionar o setor agrícola a produzir mais e melhor (com menos fatores de produção, de forma ambientalmente sustentável, num contexto de maior risco climático e de maior concorrência mundial), recorrendo nomeadamente à I&D, inovação, utilização de novas tecnologias, digitalização, modernização de infraestruturas, formação, práticas agrícolas mais eficientes, economia circular (e.g. através do desenvolvimento e implantação de novas cadeias de valor de base biológica centradas na utilização de recursos renováveis, nomeadamente resíduos.), etc.

A atividade agrícola portuguesa assenta, fundamentalmente, em dois modos principais de exploração: a agricultura mais profissional, que recorre numa maior proporção à mão-de-obra assalariada, sendo essencialmente de grande e média dimensão económica, e que se baseia sobretudo em explorações com sistemas de produção assentes na extensificação ou sistemas de produção modernos e tecnologicamente diferenciados, concentrando mais SAU, mais produção e localizando-se preferencialmente no Alentejo e LVT. E a agricultura familiar, que recorre numa maior proporção à mão-de-obra familiar, sendo composta por explorações com menor dimensão física e económica e menos especializadas, caracterizadas pelo plurirrendimento pela pluriatividade, esta agricultura concentra mais explorações e mais volume de trabalho, situando-se sobretudo nas regiões norte, centro e algarve, apresentando um papel importante na preservação das populações e na ocupação do território rural.

Especificamente o produto agrícola português tem crescido, desde 2010, a níveis similares ao conjunto da economia, quer em valor (1,9% ao ano) quer em volume (0,7% e 0,6% ao ano, respetivamente na economia e agricultura). O acréscimo em valor terá resultado sobretudo da evolução dos preços (1,2% ao ano) e, em menor grau, do VAB volume (0,6% ao ano). O crescimento dos preços dever-se-á ao maior crescimento dos preços implícitos na produção (0,9% ao ano), onde predomina a produção hortofrutícola, vinho, leite e produção bovina e suína, face aos preços implícitos nos consumos intermédios utilizados pela agricultura (0,8% ao ano), sobretudo alimentação animal, serviços agrícolas[2] e energia. De facto, o crescimento da produção tem dependido parcialmente de setores fortemente consumidores de consumos intermédios, nomeadamente importados (e.g. cereais, soja) com um comportamento volátil e tendencialmente crescente dos preços, traduzindo-se no decréscimo da produtividade dos consumos intermédios, uma das componentes da produtividade total dos fatores na agricultura.

Já a produtividade da terra tem vindo a diminuir desde 2010, sendo afetada pelas condições edafo-climáticas. Note-se que a água é um fator limitante da produção agrícola num clima do tipo mediterrânico, não porque a precipitação anual seja insuficiente mas porque é mal distribuída no tempo face às necessidades hídricas das culturas, e com tendência de agravamento num contexto de alterações climáticas, tratando-se portanto de um setor mais exposto aos fatores climáticos. Note-se que a superfície irrigável em Portugal representa 15% da SAU, tendo vindo a decrescer, embora com evoluções contrastantes entre regiões, com a região norte e centro a recuar, com a diminuição da população agrícola, e o Alentejo a crescer

[2] Com a expansão da integração vertical da fileira alimentar até à comercialização; com a substituição de equipamentos da exploração, que integravam o capital fixo, pela aquisição de serviços de transporte, de reparação, de conservação de bens; com a contratação indireta de mão-de-obra, através de empresas de prestação de serviços

com o desenvolvimento do Alqueva. Acresce que Portugal, à semelhança dos restantes países de clima mediterrânico, apresenta um elevado risco de erosão, de perda de matéria orgânica e de desertificação das terras (cerca de 58% do território nacional encontra-se vulnerável à desertificação), prevendo-se o seu agravamento face às mudanças do clima, com efeitos negativos sobre a produção agrícola. Associada à produtividade da terra encontra-se a disponibilidade de terra para efeitos da atividade agrícola, existindo superfície agrícola não utilizada em resultado, nomeadamente, de fragilidades ao nível do mercado de prédios rústicos.

Por outro lado, a produtividade do capital tem vindo a aumentar em resultado do maior crescimento da produção face ao consumo de capital fixo. Ainda assim o investimento na agricultura tem vindo a crescer mais que o conjunto da economia (2,3% ao ano), tendo esta evolução resultado nomeadamente de melhorias ao nível do financiamento ao setor (e.g. crédito, fundos europeus). Acresce a crescente autonomia financeira das empresas agrícolas e o aumento do crédito ao setor agrícola.

E a produtividade parcial do trabalho, a componente com maior peso na evolução da produtividade total dos fatores, continua a crescer em resultado, principalmente, da saída de pessoas da agricultura, em particular de mão-de-obra agrícola familiar (não-assalariada), em consequência, entre outros, da deslocação da população ativa agrícola para o setor terciário, face ao menor rendimento gerado pela atividade agrícola em relação ao resto da economia (ver diagnóstico OE1), e o envelhecimento da população agrícola. A perda de população agrícola também se faz sentir ao nível da contratação de mão-de-obra assalariada (note-se que a escassez de mão-de-obra agrícola portuguesa tem sido, em parte, colmatada pela contratação de mão-de-obra agrícola imigrante), sobretudo nos períodos de maior exigência de trabalho, tratando-se de uma atividade sazonal. Ainda assim, a aquisição indireta de trabalho está a aumentar, devendo ser responsável pelo aumento do trabalho assalariado que se observa nos últimos 10 anos.

Note-se que a saída de mão-de-obra agrícola foi, em parte, substituída pela entrada de capital fixo nos anos 80 (fase de mecanização da agricultura) e, mais recentemente, por capital variável, com a contratação de serviços agrícolas (fase de terciarização da agricultura). Estas alterações foram acompanhadas de processos de modernização, especialização e de aumento da dimensão média das explorações agrícolas que contribuíram positivamente para a produtividade total dos fatores na agricultura. Saliente-se no entanto a diversidade, em termos produtivos, por setor, região e dimensão das explorações agrícolas (ver diagnóstico OE1).

Desta forma, a competitividade do setor agrícola português, analisada através dos indicadores de produtividade e de comércio internacional/orientação para o mercado, é influenciada pelas características das explorações agrícolas (e.g. dimensão das explorações agrícolas, localização geográfica, estrutura da produção agrícola, sistemas de produção, incorporação de novas tecnologias/inovação, transferência de conhecimento, digitalização), pelos fatores edafo-climáticos, pelos fatores de produção (e.g. estrutura de custos de produção, preço da energia/petróleo, custo do trabalho, taxas de juro / acesso ao crédito, taxas de câmbio, capital fixo), pela procura interna e externa (e.g. procura interna da indústria agroalimentar, que consome quase metade da produção agrícola, a procura interna das famílias, que tem vindo a alterar os padrões de consumo e exigindo mais produtos de qualidade e tradicionais, e a procura externa, dependente das taxas de câmbio e do quadro económico dos parceiros comerciais de PT assim como dos que competem pelos mesmos mercados).

II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

CRESCIMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL E DIMINUIÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO APÓS CRISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O período compreendido entre **2010 e 2019** foi marcado por um crescimento médio anual do PIB, em volume, de 2,1% no conjunto das economias da OCDE e de 1,4% na zona euro. Em particular, Portugal cresceu 0,8% ao ano, um valor inferior ao das médias da OCDE e da zona euro.

Entre 2010 e 2019, a evolução do PIB nacional foi marcada essencialmente por dois períodos, por um lado, pelo período **de recessão económica (2011-2013)**, decorrente da crise económico-financeira *(a queda no PIB foi transversal à zona euro, embora assumindo um maior impacto em PT, já no conjunto da OCDE o período foi marcado por um abrandamento do PIB)*, acompanhada de uma **diminuição da procura interna e do investimento** *(note-se que este período coincidiu com um forte crescimento do preço do petróleo e dos alimentos)*, apesar do contributo positivo do aumento das exportações e da diminuição das importações que permitiram uma **melhoria do saldo comercial de bens e serviços**. E por outro lado, pelo **período pós-crise** (2014-2019), com **crescimentos sucessivos do PIB** em termos reais, com destaque para os anos compreendidos entre 2016 e 2019, com Portugal a assumir crescimentos, acima da média da OCDE e da zona euro. Os **efeitos positivos** desta evolução encontram-se refletidos, nomeadamente, na **taxa de desemprego** (16,2% em 2013 e 6,5% em 2019), no **défice público** (-7,4% do PIB em 2014 e *superavit* de 0,2% do PIB em 2019) e na **dívida pública** (132,9% do PIB em 2014 e 117,7% do PIB em 2019).

Saliente-se também o impacto positivo da **diminuição da taxa de juro** no período pós-crise sobre as economias da zona euro, que se manteve a níveis baixos (taxas negativas a partir 2016), em resultado, designadamente, dos efeitos do programa de compra de ativos do BCE, que tornaram o recurso a financiamento mais barato para as empresas e para as famílias.

Especificamente em **2019**, verificou-se um **abrandamento da economia** no conjunto da OCDE com o PIB, em termos reais, com uma variação de 1,7% (-0,7 pontos percentuais, p.p., em relação a 2018), sendo de destacar os EUA com um crescimento de 2,3% (-0,6p.p.) e a zona Euro, 1,2% (-0,7p.p.). O PIB português cresceu 2,2%, em volume, mais que o conjunto da zona Euro, embora tendo desacelerado face ao ano anterior (-0,5p.p.).

No mesmo ano, a **inflação** na zona euro, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), **continua a crescer** (1,2% no último ano), embora de forma mais moderada

que no ano anterior e abaixo da meta de 2% que o BCE deve prosseguir. Nesta matéria, note-se a **desvalorização do preço do petróleo** no mercado internacional, que diminuiu 5%, e o **preço mundial dos alimentos** que registou um crescimento de 1,8% face a 2018. Contudo, é de notar, a partir de dezembro de 2019, o **decréscimo consecutivo do preço mundial do petróleo**, em resultado nomeadamente da contração da atividade económica chinesa pelo risco de contágio do **COVID-19**, e, mais recentemente, do conjunto da economia mundial, com destaque para a Europa.

QUADRO 1 ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018P	2019P	Média 2000-2019P	Média 2010-2019P	Média 2018P-2019P
Taxa de variação anual real PIB (%)													*Taxa média (%)*		
Portugal	3,8	0,8	1,7	-1,7	-4,1	-0,9	0,8	1,8	2,0	3,5	2,6	2,2	0,9	0,8	2,2
EUA	4,1	3,5	2,6	1,6	2,2	1,8	2,5	2,9	1,6	2,4	2,9	2,3	2,1	2,3	2,3
Zona Euro	4,0	1,8	2,1	1,7	-0,8	-0,2	1,4	2,0	1,9	2,7	1,9	1,2	1,4	1,4	1,2
OECD	4,2	2,9	3,0	2,0	1,4	1,6	2,2	2,5	1,9	2,7	2,3	1,7	2,0	2,1	1,7
Taxa de variação anual real do consumo privado (%)													*Taxa média (%)*		
Portugal	3,7	1,5	2,5	-3,8	-5,5	-1,1	2,4	1,9	2,6	2,1	2,9	2,3	0,9	0,6	2,3
EUA	5,1	3,6	1,7	1,9	1,5	1,5	3,0	3,7	2,7	2,6	3,0	2,6	2,4	2,4	2,6
Zona Euro	2,9	2,0	0,8	0,1	-1,0	-0,6	0,9	1,8	1,9	1,8	1,4	1,2	1,1	0,8	1,2
OECD	4,1	2,9	2,1	1,5	1,0	1,5	1,9	2,7	2,4	2,5	2,1	1,8	2,0	2,0	1,8
Taxa de Desemprego (%)													*Taxa média (%)*		
Portugal	4,0	7,6	10,8	12,7	15,5	16,2	13,9	12,4	11,1	8,9	7,0	6,5	9,1	11,5	6,5
EUA	4,0	5,1	9,6	8,9	8,1	7,4	6,2	5,3	4,9	4,4	3,9	3,7	5,9	6,2	3,7
Zona Euro	8,6	9,0	10,2	10,2	11,4	12,0	11,6	10,9	10,0	9,1	8,2	7,6	9,3	10,1	7,6
OECD	6,1	6,6	8,4	8,0	8,0	7,9	7,4	6,8	6,3	5,8	5,3	5,2	6,7	6,9	5,2
Taxa de juro de curto prazo (EURIBOR a 3 meses) (%)													*Taxa média (%)*		
EUA	6,5	3,5	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3	0,5	0,9	1,3	2,4	2,3	2,1	0,9	2,3
Zona Euro	4,5	2,2	0,8	1,4	0,6	0,2	0,2	0,0	-0,3	-0,3	-0,3	-0,4	1,7	0,2	-0,4
Taxa de câmbio Euro/Dólar - média do período													*Taxa de crescimento médio anual (%)*		
	0,92	1,24	1,32	1,40	1,29	1,331	1,321	1,105	1,103	1,137	1,179	1,119	1,0	-1,8	-5,1
Índice de preços (2000=100)													*Taxa de crescimento médio anual (%)*		
Petróleo[1]	100,0	142,4	194,8	258,7	282,2	265,7	240,4	153,1	129,2	156,3	195,2	185,4	3,3	-0,5	-5,0
Alimentos[2]	100,0	129,4	206,3	252,3	234,0	230,2	221,4	179,9	177,2	191,6	184,8	188,1	3,4	-1,0	1,8
IHPC (2000=100)													*Taxa de crescimento médio anual (%)*		
Portugal	100,0	117,0	127,4	131,9	135,6	136,2	136,0	136,6	137,5	139,7	141,3	141,7	1,9	1,2	0,3
Zona Euro	100,0	111,6	122,7	126,0	129,2	130,9	131,5	131,7	132,0	134,0	136,4	138,0	1,7	1,3	1,2
Dívida pública (em % do PIB)													*Taxa de crescimento médio anual (%)*		
Portugal	54,2	72,2	100,2	114,4	129,0	131,4	132,9	131,2	131,5	126,1	122,0	117,7	4,2	1,8	-3,5
Défice público em % do PIB													*Taxa média (%)*		
Portugal	-3,2	-6,1	-11,4	-7,7	-6,2	-5,1	-7,4	-4,4	-1,9	-3,0	-0,4	0,2	-4,9	-4,7	0,2
EUA	0,3	-4,5	-12,6	-11,1	-9,4	-6,0	-5,4	-4,7	-5,5	-4,3	-6,7	-7,0	-6,2	-7,3	-7,0
Zona Euro	-1,3	-2,6	-6,3	-4,2	-3,7	-3,0	-2,4	-2,0	-1,5	-0,9	-0,5	-0,8	-2,5	-2,5	-0,8
OECD	-0,8	-2,9	-8,2	-7,0	-6,1	-4,4	-3,7	-3,1	-3,0	-2,2	-2,9	-3,2	-3,9	-4,4	-3,2

1 - Preços do petróleo (EUR por barril)
2 - Preço mundial dos alimentos (FAO)

FONTE: GPP A PARTIR DE ECONOMIC OUTLOOK NO 106 - NOVEMBER 2019 - OECD ANNUAL PROJECTION, CONTAS NACIONAIS-INE (BASE 2016), ESTATÍSTICAS DO BANCO DE PORTUGAL, FAO PRICE INDEX

DATA DE VERSÃO DOS DADOS: NOVEMBRO DE 2019 (OCDE), 28 DE FEVEREIRO DE 2020 (CN - INE)

QUADRO 2 PIB NA ÓTICA DA DESPESA

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018P	2019P	Taxa de crescimento médio anual (%)	
													2000/2019P	2010/2019P
Taxa de variação anual real PIB (%)														
PIB	3,8	0,8	1,7	-1,7	-4,1	-0,9	0,8	1,8	2,0	3,5	2,6	2,2	0,7	0,7
Procura interna	3,3	1,3	1,8	-5,6	-7,1	-1,9	2,1	2,4	2,2	3,3	3,1	2,8	0,4	0,1
Consumo Privado	3,7	1,5	2,5	-3,8	-5,5	-1,1	2,4	1,9	2,6	2,1	2,9	2,3	0,8	0,4
Consumo Público	4,3	2,8	-1,4	-3,7	-3,6	-2,1	-0,6	0,8	0,8	0,2	0,9	0,8	0,5	-0,7
Investimento	1,5	-0,6	2,9	-13,6	-17,4	-5,1	4,1	5,9	2,5	11,9	6,2	6,5	-1,0	-0,4
FBCF	4,1	0,1	-1,1	-12,6	-16,7	-4,8	2,3	5,9	2,5	11,5	5,8	6,4	-1,0	-0,4
Exportações	8,5	0,3	9,2	6,9	3,1	7,2	4,3	6,3	4,4	8,4	4,5	3,7	4,2	5,4
Importações	5,5	2,2	7,8	-6,2	-6,3	4,7	7,9	8,0	5,0	8,1	5,7	5,2	2,8	3,4
Taxa de variação anual dos preços implícitos no PIB (%)														
PIB	3,4	3,3	0,6	-0,3	-0,4	2,2	0,7	2,0	1,7	1,5	1,6	1,7	2,0	1,2
Procura interna	4,6	3,6	1,3	0,5	-0,8	1,6	0,4	0,8	1,1	1,8	1,7	1,4	1,7	1,0
Consumo Privado	3,6	3,9	1,8	1,7	1,8	0,8	0,2	1,0	1,0	1,5	1,3	1,0	1,9	1,2
Consumo Público	7,7	4,1	0,4	-2,6	-7,8	6,4	-0,3	-0,1	1,4	2,5	1,8	2,4	1,6	0,3
Investimento	4,8	2,7	0,8	-0,1	-2,3	-0,6	2,1	1,5	1,1	2,2	3,1	1,9	1,4	1,0
FBCF	4,7	2,7	0,5	0,4	-1,4	-0,8	1,1	1,2	1,0	2,1	3,0	1,9	1,4	0,9
Exportações	5,4	1,7	3,3	5,1	1,7	-0,9	-1,2	-1,3	-1,6	3,0	2,1	0,5	0,9	0,8
Importações	8,4	2,8	4,7	7,1	1,0	-2,6	-2,1	-4,3	-3,2	3,8	2,3	-0,1	0,4	0,1
Taxa de variação anual nominal PIB (%)														
PIB	7,4	4,1	2,4	-2,0	-4,4	1,3	1,5	3,8	3,8	5,1	4,3	3,9	2,7	1,9
Procura interna	8,0	5,0	3,1	-5,1	-7,8	-0,3	2,5	3,2	3,3	5,2	4,9	4,2	2,1	1,0
Consumo Privado	7,4	5,5	4,4	-2,1	-3,7	-0,3	2,6	2,9	3,6	3,6	4,3	3,3	2,7	1,5
Consumo Público	12,4	7,0	-1,0	-6,2	-11,1	4,1	-0,9	0,8	2,2	2,7	2,7	3,1	2,1	-0,4
Investimento	6,4	2,1	3,8	-13,7	-19,3	-5,6	6,3	7,5	3,6	14,3	9,5	8,5	0,4	0,6
FBCF	9,0	2,8	-0,6	-12,2	-17,9	-5,6	3,4	7,2	3,6	13,8	9,0	8,4	0,4	0,6
Exportações	14,4	1,9	12,8	12,3	4,8	6,2	3,1	4,9	2,7	11,6	6,7	4,3	5,1	6,2
Importações	14,4	5,1	12,9	0,5	-5,3	1,9	5,6	3,4	1,7	12,2	8,2	5,1	3,3	3,6
Contributo para a variação anual do PIB p.p.- real														
PIB	3,8	0,8	1,7	-1,7	-4,1	-0,9	0,8	1,8	2,0	3,5	2,6	2,2		
Procura interna	3,5	1,4	1,9	-5,9	-7,2	-1,8	2,0	2,4	2,2	3,3	3,1	2,7		
Consumo Privado	2,3	1,0	1,6	-2,4	-3,5	-0,7	1,5	1,2	1,6	1,3	1,8	1,4		
Consumo Público	0,7	0,5	-0,3	-0,7	-0,7	-0,4	-0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1		
Investimento	0,4	-0,1	0,6	-2,8	-3,1	-0,8	0,6	0,9	0,4	1,9	1,1	1,1		
FBCF	1,0	0,0	-0,2	-2,5	-2,9	-0,7	0,3	0,9	0,4	1,8	1,0	1,1		
Procura externa	0,3	-0,6	0,0	4,1	3,0	0,9	-1,1	-0,5	-0,2	0,2	-0,4	-0,6		
Exportações	1,9	0,1	2,5	2,0	1,0	2,4	1,6	2,4	1,7	3,4	1,9	1,6		
Importações	-1,6	-0,7	-2,5	2,1	2,0	-1,5	-2,6	-2,9	-1,9	-3,2	-2,3	-2,2		

P – dados provisórios;

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS (BASE 2016), INE
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Em Portugal, a informação publicada pelo INE em fevereiro de 2020, indica um menor crescimento do PIB, em volume, em **2019** (2,2%, após 2,6% em 2018), a par da zona euro. Em particular, a procura interna, que inclui **consumo privado**, consumo público e investimento, **mantém a tendência de crescimento que tem vindo a verificar-se desde 2014**, embora desacelerando em 2019 (2,8% face a 3,1% em 2018), devido ao menor crescimento do consumo privado (2,3% face a 2,9% em 2018). Note-se que o consumo privado cresceu nestes 2 anos acima do crescimento do PIB, o que contrasta com a zona euro.

Quanto à procura externa em PT, verifica-se o **crescimento contínuo das exportações desde 2010**, variando 3,7% em 2019, menos que no ano anterior. Por outro lado, as **importações continuam a tendência de crescimento desde 2013**, a par da evolução da procura interna, embora abrandando em 2019 (5,2% face a 5,7% em 2018). Em termos nominais, o *superavit* comercial continua a diminuir com as importações a crescerem mais que as exportações.

Sendo assim, na ótica da despesa, a variação positiva do PIB, em volume, resultou sobretudo dos contributos positivos do consumo privado (1,4 p.p.) e do investimento (1,1 p.p.). Já o impacto do mercado externo foi negativo: o contributo positivo das exportações (1,6 p.p.) foi ultrapassado pelo contributo negativo das importações (-2,2 p.p.). Há que prestar alguma atenção ao aumento consecutivo da variação de existências, que apresenta um valor 86% superior ao de 2016, podendo indiciar algum desfasamento entre oferta e procura.

Na perspetiva dos diferentes setores de atividade económica, o crescimento do PIB, em volume, decorreu sobretudo do contributo positivo dos ramos de atividade ligados aos setores do "Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração" (3,0%) e "Outras atividades de serviços" (1,5%), e do contributo negativo da "Indústria" (-0,8%) e "Energia, água e saneamento" (-0,6%). Note-se também a evolução positiva do VAB, face a 2018, dos setores "Agricultura, silvicultura e pesca" (3,7%), "Construção" (7,1%) e "Transportes e Armazenagem" (4,1%).

Em **2019**, a dívida pública portuguesa representou 117,7% do PIB, assumindo um recuo face ao ano anterior (122% do PIB), em resultado do crescimento do PIB a preços correntes (3,9%), já que a dívida pública cresceu 0,3% em relação a 2018.

Os dados mais recentes do INE, em **2019**, apontam, pela primeira vez, para um **excedente orçamental no setor das administrações públicas**, com uma capacidade líquida de financiamento de 404 milhões de euros, (0,2% do PIB). Entre 2018 e 2019, verificou-se um maior crescimento da receita (3,8%) face à despesa (2,3%). O comportamento da receita foi influenciado sobretudo pela variação das "contribuições sociais" (6,3%) e dos "impostos sobre a produção e importação" (3,9%) e o crescimento da despesa decorreu particularmente do contributo das prestações sociais (4,3%) e das despesas com pessoal (4,4%).

ECONOMIA PORTUGUESA NUM CONTEXTO DE ELEVADA INCERTEZA ECONÓMICA E POLÍTICA A NÍVEL INTERNACIONAL; EFEITOS IMPREVISÍVEIS DA PANDEMIA COVID-19 SOBRE AS ECONOMIAS MUNDIAIS, NOMEADAMENTE SOBRE A ECONOMIA NACIONAL

Segundo as projeções macroeconómicas do Banco de Portugal para a segunda metade de 2019, embora a economia nacional deva manter o crescimento, em termos homólogos, em resultado da estabilização do consumo privado e das exportações e do abrandamento do investimento (FBCF), esta evolução estará condicionada sobretudo pelos efeitos de natureza externa, nomeadamente da "elevada incerteza a nível global associada ao **arrefecimento nos principais mercados de exportação**, da **intensificação das tendências protecionistas**, dos **moldes em que**

possa ocorrer a saída do Reino Unido da União Europeia ou de um **agravamento das tensões geopolíticas**"[3].

O período compreendido entre janeiro e maio de 2020, sobretudo entre março e maio, registou grandes variações ao nível da economia nacional na sequência da **pandemia COVID-19**. Note-se a este respeito que, a 3 de março de 2020, Portugal apresentava o primeiro caso confirmado de COVID-19, a 11 de março de 2020, a COVID-19 foi declarada pandemia pela OMS, seguindo-se a declaração do Estado de Emergência no dia 18 de março no nosso país (e na generalidade da Europa), com o confinamento de grande parte da população portuguesa para evitar a dispersão do vírus SARS-COV-2, contagioso e potencialmente letal. Saliente-se que pouco antes do confinamento sucedeu uma "corrida aos supermercados" para compra de bens essenciais, seguindo-se com o confinamento uma alteração dos hábitos de consumo dos portugueses, nomeadamente a maior utilização do comércio eletrónico para compra de bens ou serviços com entrega ao domicílio.

O confinamento teve efeitos sobre o conjunto da economia mundial, nomeadamente ao nível do comércio internacional, com a restrição da movimentação de pessoas e bens no espaço nacional, comunitário e internacional (e.g. encerramento de fronteiras terrestres, marítimas e aéreas). Com a redução do grau de transmissibilidade da infeção, sucedeu a primeira fase do desconfinamento, que teve início a 4 de maio. Seguiram-se a segunda fase a 18 de maio e a terceira fase a 1 de junho de 2020, ainda assim com restrições ao nível do contacto próximo entre pessoas, uma vez que o vírus continua em circulação e não existem ainda tratamento ou vacina eficazes para a sua eliminação/controlo.

As primeiras estimativas das Contas Nacionais com referência ao **1º trimestre de 2020** (em particular, o mês de março) já refletem alguns impactos da pandemia, nomeadamente o contributo da procura externa líquida para a variação homóloga do PIB, que passou de positivo no 4º trimestre de 2019 para negativo, verificando-se uma maior diminuição nas exportações (-4,9%), sobretudo exportações de serviços, com destaque para a atividade turística, face às importações de bens e serviços (-2,0%).

Já o destaque do INE das Contas Nacionais relativo ao **2º trimestre de 2020**, que integra os meses de abril, maio e junho, revela uma **forte queda do PIB** face ao período homólogo (-16,3% em volume), com o consumo privado (-14,5% em termos reais) e o investimento (-10,8% em termos reais) a contribuir negativamente para a variação do PIB. A diminuição do consumo

[3] Fonte: Boletim económico de outubro 2019 Banco de Portugal

privado decorrerá nomeadamente da **redução da compra de automóveis**, o que contrasta com a variação positiva da compra de bens alimentares (4,7%). Já o decréscimo do investimento resultará sobretudo do comportamento das componentes ligadas aos **equipamentos de transporte** (-69,9%) e **outras máquinas e equipamentos** (-22,4%) que assumiram uma **forte quebra**, em oposição ao investimento em construção que registou uma variação positiva (7,5%). A procura externa líquida também apresentou um contributo negativo para a variação do PIB, mais evidente que no trimestre anterior, com as exportações de bens e serviços (-39,5%) a diminuírem mais que as importações de bens e serviços (-29,9%), em resultado designadamente da acentuada **contração da atividade turística nacional**.

CONTINUIDADE DA TENDÊNCIA DE TERCIARIZAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA (INDICADOR C11[4], EXCETO VAB POR TIPO DE REGIÃO – OE8)

A tendência de terciarização da economia portuguesa foi acentuada no período em análise, com sector dos serviços a crescer acima do conjunto da economia, assumindo 76% do produto nacional em 2019 (cerca de 140 mil milhões de euros). O papel do sector primário[5] na criação de produto é baixo (4.384 milhões de euros), no entanto o crescimento do sector tem sido superior ao conjunto da economia (e ao do sector dos serviços) após 2010. A crise financeira de 2007-2008 levou a uma desindustrialização expressiva (queda em volume de 20%, com alguma recuperação posterior) mas que não se reflete numa perda de importância relativa da

GRÁFICO 1. EVOLUÇÃO DO VAB, EM VOLUME, DOS SETORES I, II E III E ECONOMIA (2000=100)

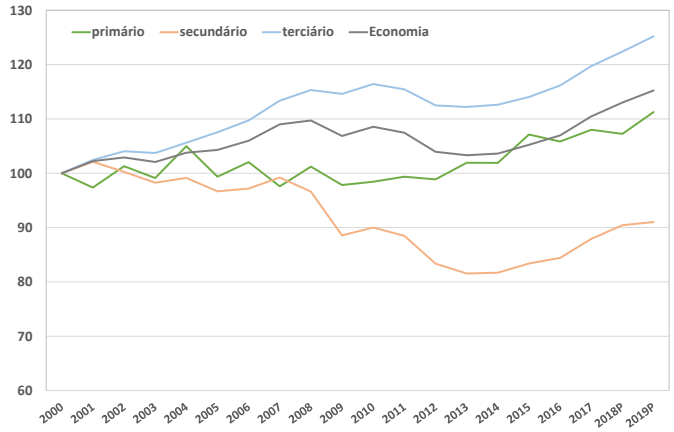
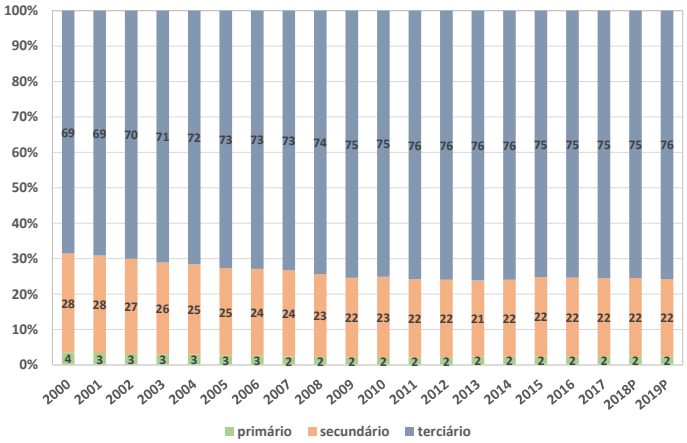


GRÁFICO 2. ESTRUTURA DO VAB POR SETOR I, II E III (%)



P – DADOS PROVISÓRIOS
FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS, INE (BASE 2016).
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: FEVEREIRO DE 2020

[4] Estrutura da economia (VAB)

[5] A partir de informação RICA/FADN é possível verificar que em 2019, o indicador VABpm (valor médio por exploração), medido em euros, assumia valores superiores à média (16,4 mil euros) em várias OTE destacando-se as explorações agrícolas com OTE **Aves** (61 mil euros), **Horticultura e outras culturas extensivas** (37 mil euros) e **suínos** (34 mil euros). Abaixo da média destacam-se as OTE **polipecuária** (4,8 mil euros), **bovinos de carne** (5,9 mil euros), **ovinos e caprinos** (6,6 mil euros) e **olival** (6,9 mil euros).

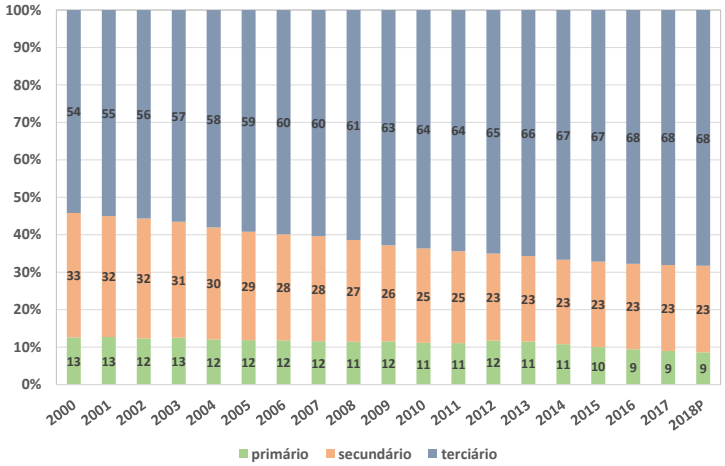
indústria, em resultado do crescimento dos preços implícitos durante o período.[6]

FORTE DECRÉSCIMO DO EMPREGO NO SECTOR PRIMÁRIO (INDICADOR C08 [7], EXCETO EMPREGO POR TIPO DE REGIÃO – OE8)

O setor primário, não obstante representar apenas 2,4% do VAB, concentrou 8,6% do emprego nacional em 2018 (5,8% em 2017 se medido em equivalente a tempo completo), já os setores secundário e terciário representaram respetivamente 23% e 68% do emprego nacional. A evolução verificada nos setores primário e secundário revela uma perda de importância relativa do emprego ao longo do período de referência, resultado da terciarização da economia portuguesa.

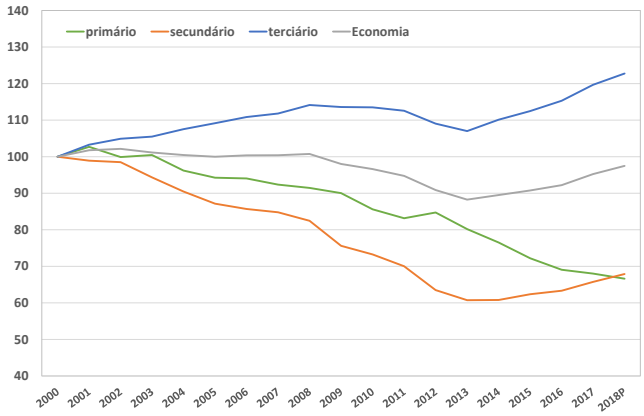
No período 2000-2018 verificou-se um decréscimo acentuado do emprego, medido em número de pessoas, ao nível dos setores primário e secundário, -2,2% e -2,1% ao ano respetivamente, em contraste com uma tendência de crescimento do emprego no setor terciário (1,1% ao ano).

GRÁFICO 3: ESTRUTURA DO EMPREGO POR SETOR I, II E III (%)



P – DADOS PROVISÓRIOS
FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS, INE (BASE 2016).
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: FEVEREIRO DE 2020

GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DO EMPREGO DOS SETORES I, II E III E ECONOMIA (2000=100)



P – DADOS PROVISÓRIOS
FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS, INE (BASE 2016).
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: FEVEREIRO DE 2020

[6] Saliente-se que a análise da distribuição de valor ao longo da cadeia alimentar (parte do indicador C11) é abordada no diagnóstico OE3

[7] Estrutura do emprego

III. ECONOMIA DO COMPLEXO AGROFLORESTAL

DIMINUIÇÃO DO PAPEL DO COMPLEXO AGROFLORESTAL NA ECONOMIA PORTUGUESA NA CRIAÇÃO DE VALOR E DE EMPREGO

O Complexo Agroflorestal (CAF), que inclui o Complexo Agroalimentar (agricultura e as indústrias alimentares, bebidas e tabaco) e o Complexo Florestal (silvicultura[8] e as indústrias transformadoras de produtos florestais), tem um importante peso na economia nacional, enquanto recurso endógeno e produtor de bens transacionáveis, gerando, aproximadamente, 5,8% do produto nacional em 2019, quando em 2000 representava 7,5%, verificando-se uma perda relativa na geração de VAB nacional no período de referência. Em particular o complexo agroalimentar gerou 3,9% do total do VAB, contudo se for estimado o contributo da distribuição alimentar e dos serviços de restauração a partir das contas integradas das empresas, o peso do complexo agroalimentar corresponderá a, aproximadamente, 8,9% do VAB. Saliente-se o aumento do papel das indústrias alimentares na criação de produto nacional.

QUADRO 3: IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGROFLORESTAL NO VAB E NO EMPREGO DA ECONOMIA (%)

	VAB		Emprego	
	2000	*2019P*	*2000*	*2017*
Agricultura	2,4	1,6	12,0	8,4
Ind, Alimentares, Bebidas e Tabaco	2,2	2,3	2,5	2,4
Silvicultura	0,6	0,6	0,2	0,3
Ind, Florestais	2,3	1,3	2,0	1,2
Complexo Agroalimentar	4,6	3,9	14,5	10,7
Complexo Florestal	2,9	1,8	2,2	1,5
Complexo Agro-Florestal	7,5	5,8	16,7	12,3

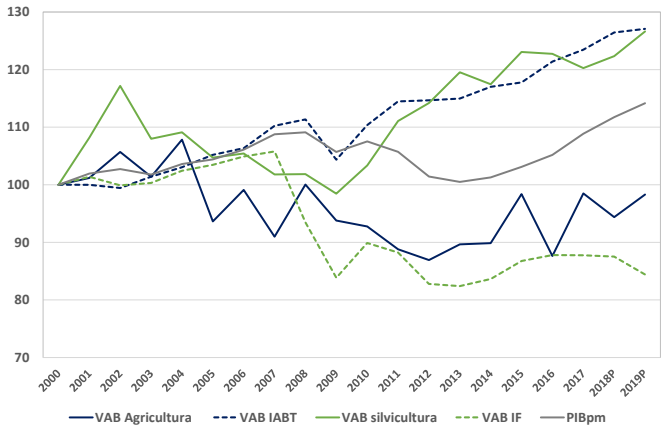
NOTA: O VAB AGRÍCOLA É VALORIZADO A PREÇOS DE MERCADO
P – DADOS PROVISÓRIOS
FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS, INE (BASE 2016).
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: FEVEREIRO DE 2020

O emprego do complexo agroflorestal representa cerca de 12% do emprego total português, sendo a agricultura a maior empregadora, responsável por 8,4% do emprego nacional. Contudo, também aqui se assiste a uma contínua perda de importância relativa da variável no cômputo nacional ao longo tempo.

[8] A análise da economia silvícola encontra-se no diagnóstico OE8

CRESCIMENTO DO VAB AGROFLORESTAL RELATIVAMENTE ESTÁVEL EM RESULTADO DA COMPONENTE AGROALIMENTAR, DADO QUE A COMPONENTE FLORESTAL APRESENTA CRESCIMENTO NEGATIVO

GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DO VAB DA AGRICULTURA, SILVICULTURA, IABT, IF E ECONOMIA, EM VOLUME (2000=100)



P – DADOS PROVISÓRIOS

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS, INE (BASE 2016).
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: FEVEREIRO DE 2020

No período 2000-2019, o VAB do complexo agroflorestal, em volume, manteve-se relativamente estável (0,4% ao ano), esta evolução decorre do dinamismo verificado na componente agroalimentar que cresceu 0,7% ao ano, já que a componente florestal apresentou uma taxa de -0,3% ao ano[9]. Especificamente, o VAB do complexo agroalimentar, em volume, cresceu a uma média anual de 1,2% entre 2010 e 2019, notando-se um maior dinamismo da componente industrial face à agrícola (1,6% face a 0,6% ao ano). De salientar ainda o maior ritmo de crescimento do VAB, em volume, do complexo agroalimentar em relação ao conjunto da economia (1,2% ao ano face a 0,7% ao ano).

QUADRO 4: EVOLUÇÃO DO VAB DO COMPLEXO AGROFLORESTAL E PIBPM (MILHÕES DE EUROS)

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018P	2019P	Taxa de crescimento médio anual (%)		Taxa de variação (%)
													2000-2019P	2010-2019P	2018P -2019P
VAB Agroflorestal															
preços correntes	8 420	8 742	9 231	8 578	8 362	8 958	9 112	9 738	9 739	10 179	10 406	10 587	1,2	1,5	1,7
preços constantes 2016	9 517	9 633	9 425	9 465	9 301	9 418	9 509	9 899	9 739	10 098	10 091	10 176	0,4	0,9	0,8
IPI	88	91	98	91	90	95	96	98	100	101	103	104	0,9	0,7	0,9
VAB Agroalimentar															
preços correntes	5 190	5 694	6 073	5 534	5 468	5 990	6 170	6 550	6 578	6 961	7 061	7 232	1,8	2,0	2,4
preços constantes 2016	6 211	6 204	6 353	6 379	6 331	6 419	6 494	6 762	6 578	6 956	6 940	7 073	0,7	1,2	1,9
IPI	84	92	96	87	86	93	95	97	100	100	102	102	1,1	0,8	0,5
VAB Agricultura															
preços correntes	2 723	2 512	2 506	2 116	2 114	2 480	2 426	2 696	2 495	2 823	2 833	2 962	0,4	1,9	4,6
preços constantes 2016	2 847	2 666	2 641	2 529	2 475	2 553	2 559	2 801	2 495	2 804	2 687	2 799	-0,1	0,6	4,2
IPI	96	94	95	84	85	97	95	96	100	101	105	106	0,5	1,2	0,4
VAB IABT															
preços correntes	2 466	3 182	3 568	3 418	3 354	3 509	3 744	3 854	4 083	4 138	4 229	4 271	2,9	2,0	1,0
preços constantes 2016	3 363	3 538	3 712	3 850	3 856	3 867	3 935	3 961	4 083	4 152	4 252	4 274	1,3	1,6	0,5
IPI	73	90	96	89	87	91	95	97	100	100	99	100	1,6	0,4	0,5
VAB Florestal															
preços correntes	3 230	3 048	3 158	3 044	2 894	2 968	2 942	3 187	3 161	3 218	3 344	3 354	0,2	0,7	0,3
preços constantes 2016	3 306	3 430	3 072	3 086	2 969	2 999	3 015	3 137	3 161	3 142	3 151	3 103	-0,3	0,1	-1,5
IPI	98	89	103	99	97	99	98	102	100	102	106	108	0,5	0,6	1,9
VAB Silvicultura															
preços correntes	676	695	700	771	792	861	867	914	907	896	987	1 033	2,3	4,4	4,6
preços constantes 2016	739	774	764	821	844	883	868	909	907	889	904	935	1,2	2,3	3,5
IPI	92	90	92	94	94	97	100	101	100	101	109	110	1,0	2,1	1,1
VAB IF															
preços correntes	2 554	2 353	2 458	2 273	2 102	2 107	2 075	2 273	2 254	2 322	2 357	2 321	-0,5	-0,6	-1,5
preços constantes 2016	2 568	2 656	2 308	2 266	2 125	2 116	2 147	2 227	2 254	2 253	2 247	2 168	-0,9	-0,7	-3,6
IPI	99	89	106	100	99	100	97	102	100	103	105	107	0,4	0,1	2,1
PIBpm															
Preços correntes	128 414	158 553	179 611	176 096	168 296	170 492	173 054	179 713	186 490	195 947	204 305	212 254	2,7	1,9	3,9
preços constantes 2016	177 302	185 111	190 667	187 432	179 828	178 169	179 580	182 798	186 490	193 029	198 119	202 413	0,7	0,7	2,2
IPI PIB_{pm}	72	86	94	94	94	96	96	98	100	102	103	105	2,0	1,2	1,7

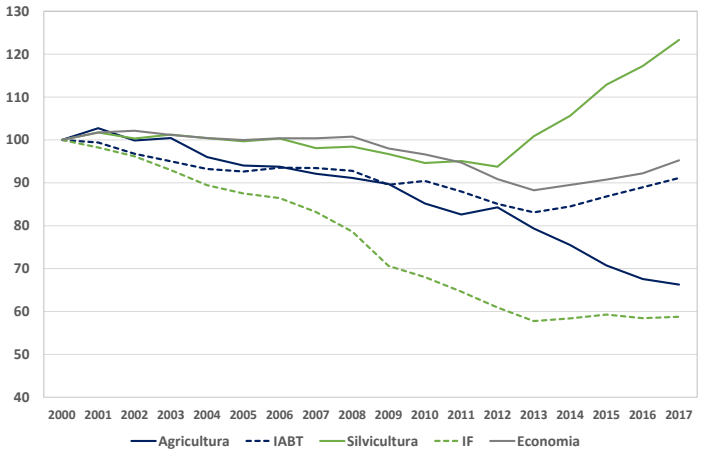
Nota: o VAB agrícola é valorizado a preços de mercado
P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS E CEA, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

[9] Note-se que o VAB silvícola das contas nacionais não coincide com o VAB silvícola das Contas Satélite da Silvicultura verificando-se crescimentos diferentes em volume (média anual 2000-2019: 1,2% nas CN e média anual 2000-2018: -0,4% nas CES) e em valor (média anual 2000-2019: 2,3% nas CN e média anual 2000-2018: -1,5% nas CES)

EMPREGO AGROFLORESTAL MANTÉM TRAJETÓRIA DESCENDENTE EM TODAS AS COMPONENTES COM EXCEÇÃO DA SILVICULTURA A criação de emprego no conjunto da componente agroflorestal apresentou uma tendência negativa (-2,1% ao ano desde 2000), em todas as suas componentes, com excepção da silvicultura que aumentou o emprego a uma taxa de 5,6% ao ano, desde 2012.

GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DO EMPREGO DA AGRICULTURA, SILVICULTURA, IABT, IF E ECONOMIA (2000=100)



P – DADOS PROVISÓRIOS

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS E CEA, INE.

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

QUADRO 5: EMPREGO DO COMPLEXO AGROFLORESTAL E ECONOMIA (MIL PESSOAS)

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Taxa de crescimento médio anual (%) 2000-2017	2010-2017
Emprego Agroflorestal	**842**	**784**	**708**	**686**	**689**	**654**	**633**	**609**	**593**	**588**	**-2,1**	**-2,6**
Emprego Agroalimentar	730	685	628	610	616	584	562	536	520	515	-2,0	-2,8
Agricultura	606	570	516	501	511	481	458	429	410	402	-2,4	-3,5
IABT	124	115	112	109	105	103	105	108	110	113	-0,5	0,1
Emprego Florestal	112	100	80	76	72	70	71	73	73	74	-2,4	-1,1
Silvicultura	12	12	11	12	11	12	13	14	14	15	1,2	3,9
IF	100	88	68	65	61	58	58	59	58	59	-3,1	-2,1
Economia	**5 042**	**5 041**	**4 871**	**4 777**	**4 581**	**4 450**	**4 513**	**4 576**	**4 650**	**4 803**	**-0,3**	**-0,2**
Agricultura (mil UTA)	*426*	*371*	*310*	*299*	*296*	*281*	*265*	*258*	*251*	*240*	*-3,3*	*-3,6*
Silvicultura (mil ETC)	*13*	*13*	*11*	*11*	*11*	*11*	*12*	*13*	*13*	*14*	*0,5*	*4,0*

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS, CEA E CES INE.

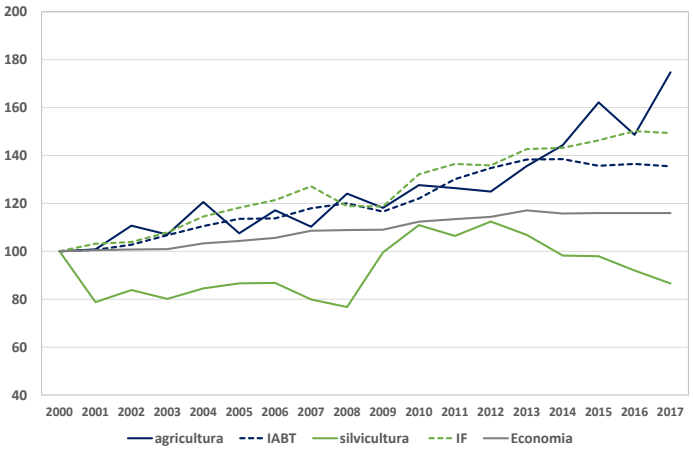
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

ACRÉSCIMO SIGNIFICATIVO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA AGRICULTURA E DAS INDÚSTRIAS AGROALIMENTARES E FLORESTAIS (INDICADOR C29)

A acentuada quebra do volume de trabalho agrícola no período 2000-2017 (-3,3% ao ano) traduziu-se num forte acréscimo da produtividade do trabalho no sector agrícola (3,3% ao ano) e de forma mais acentuada a partir de 2010 (4,6% ao ano).

Quanto à silvicultura destaca-se, entre 2010 e 2017, um ligeiro crescimento do VAB (0,4% ao ano) acompanhado de um acréscimo do volume de trabalho (4,0% ao ano), originando um decréscimo da produtividade do trabalho (-3,5% ao ano) neste período.

GRÁFICO 7: PRODUTIVIDADE DO TRABALHO (VAB A PREÇOS CONSTANTES 2016/EMPREGO), 2000-2017 (2000=100)



P – DADOS PROVISÓRIOS

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, CES, CN, INE E EUROSTAT.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

As indústrias agroalimentares e florestais apresentaram um crescimento da produtividade do trabalho no período 2000-2017, 1,8% ao ano e 2,4% ao ano respetivamente, e a um ritmo superior ao verificado no conjunto da economia (0,9% ao ano). Se no caso, das indústrias agroalimentares os aumentos de produtividade resultaram essencialmente do crescimento do valor acrescentado (1,2%, em média anual), nas indústrias florestais deve-se à diminuição do volume de trabalho (-3,1% ao ano).

QUADRO 6: PRODUTIVIDADE DO TRABALHO (VAB/EMPREGO) DAS COMPONENTES DO COMPLEXO AGROFLORESTAL E ECONOMIA

	Unidade	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Taxa de crescimento médio anual (%)	
												2000-2017	2010-2017
Produtividade do trabalho na agricultura													
VABpm a preços correntes/UTA	*mil euros/UTA*	6,4	6,8	8,1	7,1	7,1	8,8	9,1	10,4	9,9	11,8	3,6	5,5
VABpm a preços constantes 2016/UTA	*mil euros/UTA*	6,7	7,2	8,5	8,5	8,4	9,1	9,6	10,8	9,9	11,7	3,3	4,6
Produtividade do trabalho nas IABT													
VABpb a preços correntes/emprego	*mil euros/pessoa*	19,9	27,7	31,8	31,3	31,8	34,1	35,7	35,8	37,0	36,6	3,7	2,0
VABpb a preços constantes 2016/emprego	*mil euros/pessoa*	27,1	30,8	33,1	35,3	36,6	37,5	37,6	36,8	37,0	36,8	1,8	1,5
Produtividade do trabalho na silvicultura													
VABpb a preços correntes/ETC	*mil euros/ETC*	97,0	69,0	75,2	79,9	82,3	79,7	75,4	74,5	68,1	64,4	-2,4	-2,2
VABpb a preços constantes 2016/ETC	*mil euros/ETC*	74,0	64,1	82,2	78,8	83,2	79,1	72,7	72,5	68,1	64,1	-0,8	-3,5
Produtividade do trabalho nas IF													
VABpb a preços correntes/emprego	*mil euros/pessoa*	25,5	26,9	36,1	35,1	34,5	36,4	35,5	38,3	38,5	39,5	2,6	1,3
VABpb a preços constantes 2016/emprego	*mil euros/pessoa*	25,7	30,3	33,9	35,0	34,9	36,6	36,7	37,5	38,5	38,3	2,4	1,8
Produtividade do trabalho na Economia													
VABpb a preços correntes/emprego	*mil euros/pessoa*	22,3	27,3	32,4	32,3	32,1	33,7	33,5	34,2	34,8	35,3	2,7	1,2
VABpb a preços constantes 2016/emprego	*mil euros/pessoa*	30,0	31,3	33,7	34,1	34,4	35,2	34,8	34,8	34,8	34,8	0,9	0,5

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS, CEA E CES, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

IV. ECONOMIA AGRÍCOLA

VAB AGRÍCOLA CRESCE AO MESMO RITMO QUE A ECONOMIA A PARTIR DE 2010

Do maior crescimento da utilização de consumos intermédios (1,2% ao ano) face à produção agrícola (0,7% ao ano) resultou a estagnação do valor acrescentado agrícola em volume (-0,1% ao ano) entre 2000 e 2019.

O crescimento verificado no valor acrescentado agrícola, a partir de 2010, foi similar ao conjunto da economia quer em valor (1,9% ao ano) quer em volume (0,7% e 0,6% ao ano, respetivamente na economia e agricultura). O crescimento em valor terá resultado sobretudo da evolução dos preços (1,2% ao ano) e, em menor grau, do volume (0,6% ao ano). O crescimento dos preços implícitos dever-se-á ao maior crescimento dos preços implícitos na produção (0,9% ao ano) face aos dos consumos intermédios (0,8% ao ano).

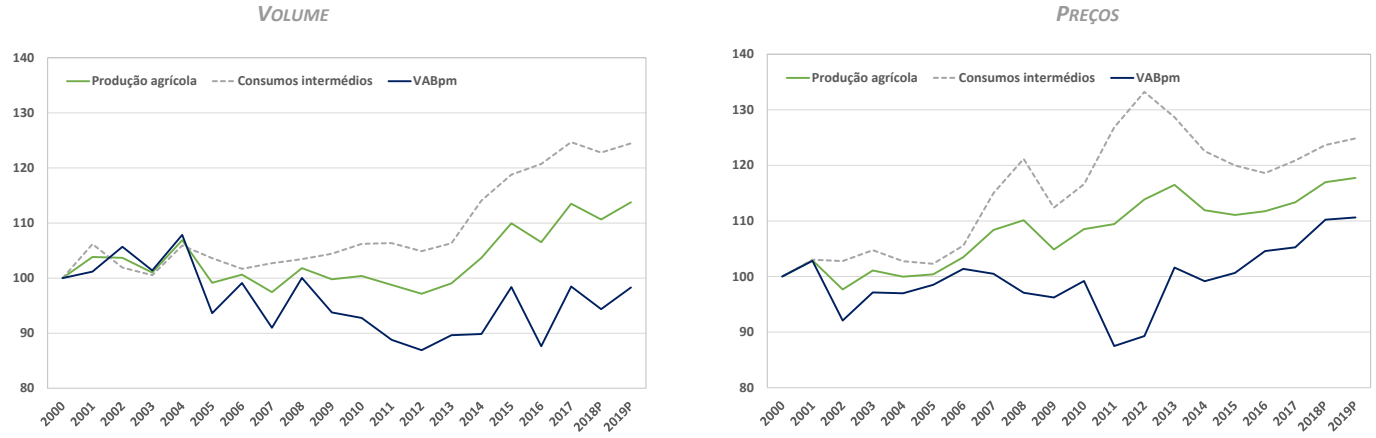
QUADRO 7: TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DA PRODUÇÃO, DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS E DO VAB AGRÍCOLA E PIB (%)

	2000/2019			2010/2019		
	Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor
Produção agrícola $_{pm}$	0,7	0,9	1,6	1,4	0,9	2,3
Consumos intermédios	1,2	1,2	2,3	1,8	0,8	2,6
VAB$_{pm}$ agrícola	-0,1	0,5	0,4	0,6	1,2	1,9
PIB$_{pm}$	0,7	2,0	2,7	0,7	1,2	1,9

P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CN E CEA (BASE 2016), INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

GRÁFICO 8: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS E DO VAB AGRÍCOLA, VOLUME E PREÇOS (2000=100)



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CN E CEA (BASE 2016), INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

PREDOMÍNIO DE PRODUÇÕES ADAPTADAS ÀS CONDIÇÕES EDAFO-CLIMÁTICAS, COM DESTAQUE PARA A PRODUÇÃO HORTOFRUTÍCOLA

A análise da estrutura da produção agrícola em 2019 permite constatar a prevalência da produção vegetal (58,1%) sobre a produção animal (36,9%), nomeadamente a concentração da produção nos frutos (19,5%), nos vegetais e produtos hortícolas (17,3%) e no vinho (10,4%). Do lado da produção animal destaca-se a produção de leite (8,8%), suína (8,0%) e bovina (7,1%).

QUADRO 8: ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, A PREÇOS BASE, E RESPETIVAS VARIAÇÕES (%)

	Estrutura (%)			Taxa de crescimento médio anual 2000-2019P (%)			Taxa de crescimento médio anual 2010 e 2019P (%)		
	2010	2019P	*Variação p.p.*	*Volume*	*Preço*	*Valor*	*Volume*	*Preço*	*Valor*
Produção Vegetal	**55,9**	**58,1**	**2,2**	**1,1**	**0,3**	**1,4**	**2,2**	**0,4**	**2,6**
Cereais (inclui sementes)	3,9	3,0	-0,8	1,9	-4,6	-2,9	3,6	-4,0	-0,5
Plantas Industriais[1]	0,5	0,8	0,3	-5,5	2,7	-2,9	3,3	3,4	6,8
Plantas Forrageiras	4,3	3,1	-1,2	-2,5	1,4	-1,2	-1,1	-0,3	-1,4
Vegetais e Produtos Hortícolas	16,7	17,3	0,5	1,6	1,4	3,0	1,5	1,0	2,5
Batatas (inclui sementes)	1,7	1,9	0,2	-0,7	2,2	1,5	1,2	2,2	3,5
Frutos	15,2	19,5	4,3	2,6	0,2	2,9	4,7	0,3	5,1
Vinho	11,9	10,4	-1,5	-0,5	0,3	-0,2	-0,4	1,1	0,7
Azeite	0,9	1,2	0,3	3,2	2,6	5,9	1,1	4,6	5,7
Outros Produtos Vegetais[2]	0,8	0,8	0,1	-0,1	5,2	5,1	2,6	0,3	2,9
Produção Animal	**39,4**	**36,9**	**-2,5**	**0,1**	**1,1**	**1,2**	**0,1**	**1,3**	**1,4**
Bovinos	8,8	7,1	-1,6	-2,2	3,9	1,6	-3,9	3,9	-0,1
Suínos	7,7	8,0	0,3	1,8	-0,1	1,7	2,0	0,6	2,6
Ovinos e Caprinos	1,9	2,1	0,2	-1,0	1,0	0,0	1,1	2,0	3,1
Aves de capoeira	7,2	6,6	-0,7	1,7	0,1	1,8	1,8	-0,7	1,1
Leite	9,9	8,8	-1,1	-0,5	0,6	0,1	0,0	0,9	0,9
Outra produção animal[3]	3,9	4,3	0,4	2,3	-0,1	2,2	2,4	0,8	3,2
Serviços Agrícolas	**2,3**	**2,4**	**0,0**	**1,7**	**2,1**	**3,8**	**1,0**	**1,3**	**2,3**
Atividades Secundárias Não Agrícolas (não separáveis)	**2,4**	**2,7**	**0,3**	**0,4**	**0,8**	**1,2**	**2,9**	**0,4**	**3,3**

P – dados provisórios
1 A componente "plantas industriais" inclui "Sementes e frutos oleaginosos" (e.g. colza, girassol, soja), "Proteaginosas (incluindo sementes) ", "Tabaco não manufaturado", "Beterraba sacarina", "Outras plantas industriais" (e.g. plantas fibrosas, lúpulo);
2 - A componente "outros produtos vegetais" inclui "Materiais para entrançar", "Sementes", "Batata-doce", "plantas aromáticas" e "Outros produtos vegetais: outros";
3 – A componente "outra produção animal" inclui "ovos", "mel", "caracóis", "outros produtos animais" (e.g. lã em bruto, casulos de bicho-da-seda), "outros animais" (e.g. equídeos)
Nota: Os valores constantes neste quadro referem-se à produção agrícola valorizada a preços base, que incluí os subsídios aos produtos, não coincidindo por esta razão com os quadros 1 e 2 com a produção agrícola valorizada a preços de mercado, que não inclui os subsídios referidos.

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA (BASE 2016), INE.
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Entre 2010 e 2019, para a evolução da produção foram sobretudo relevantes as produções de frutos, que cresceram a uma média anual de 4,7% e passaram a representar a maior componente na estrutura de produção agrícola (19,5%), e a produção de vegetais e produtos hortícolas que também aumentou em volume (1,5% ao ano), com um peso de 17,3% na estrutura de produção. Destaque-se também o crescimento dos cereais em volume (3,6% ao

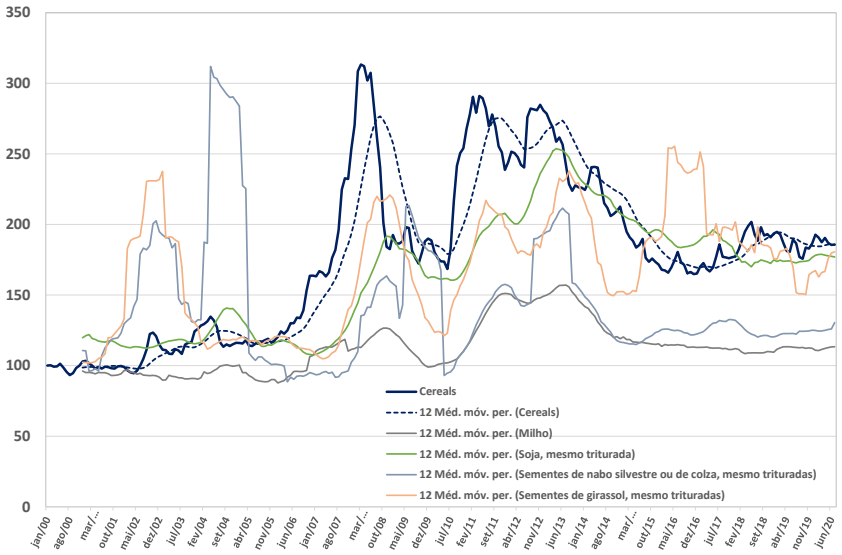
ano), em resultado sobretudo da evolução positiva do milho (2,6% ao ano), nomeadamente do milho de regadio[10].

Embora com menor importância na estrutura de produção, será também de salientar a evolução, em valor, das produções de azeite (5,7% ao ano), das plantas industriais (6,8% ao ano), de outros produtos vegetais (2,9% ao ano), da produção ovina e caprina (3,1% ao ano) e de outra produção animal (3,2% ao ano), que têm vindo a conquistar maior expressão na agricultura portuguesa.

CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA TEM DEPENDIDO PARCIALMENTE DE SETORES FORTEMENTE CONSUMIDORES DE CONSUMOS INTERMÉDIOS IMPORTADOS

Considerada de modo agregado, a produção animal apresenta uma dinâmica positiva de crescimento no período em análise, contudo duas das componentes mais dinâmicas, suínos e aves de capoeira, são fortemente subsidiárias de consumos intermédios de bens (e.g. cereais, soja) maioritariamente importados[11], cujos preços continuam a ter um comportamento muito volátil e tendencialmente crescente.

GRÁFICO 9: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MUNDIAIS DOS CEREAIS E DOS PREÇOS IMPLÍCITOS NAS IMPORTAÇÕES NACIONAIS DE CEREAIS, MILHO, SOJA COLZA E GIRASSOL (01/2000=100)



FONTE: GPP, A PARTIR DE ÍNDICE DE PREÇOS DOS CEREAIS (FAO) E ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (INE).

[10] De acordo com as Estatísticas agrícolas – INE, o milho de regadio, a componente com maior peso na produção de cereais, a evolução diferenciada no período em análise, devido nomeadamente a questões conjunturais ligadas às condições climatéricas ou de mercado que condicionam a área cultivada, com um crescimento no período 2010-2013 (+51%), seguido de um decréscimo em 2013-2016 (-24%) e um novo incremento em 2016-2018 (+5,2%).

[11] Na suinicultura e na avicultura o custo com alimentação animal, largamente dependente direta ou indiretamente de importações, ultrapassa 80% dos custos totais (fonte: RICA).

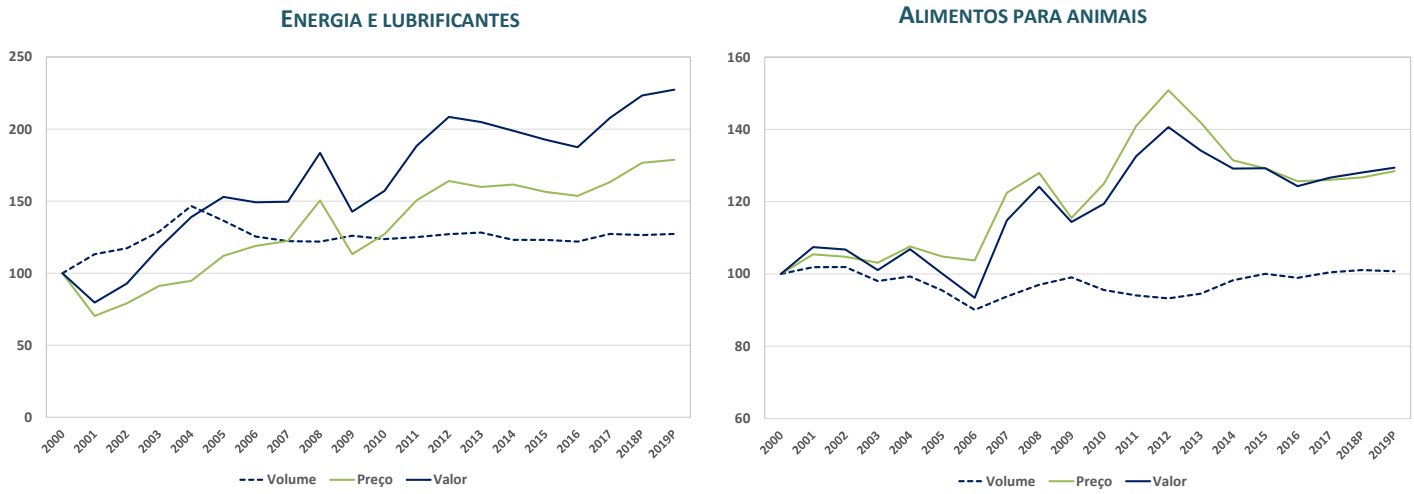
QUADRO 9: ESTRUTURA DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS E RESPETIVAS VARIAÇÕES (%)

	Estrutura (%)			Taxa de crescimento médio anual 2000-2019P (%)			Taxa de crescimento médio anual 2010-2019P (%)		
	2000	**2010**	**2019P**	***Volume***	***Preço***	***Valor***	***Volume***	***Preço***	***Valor***
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**1,2**	**1,2**	**2,3**	**1,8**	**0,8**	**2,6**
Sementes e Plantas	4,4	3,4	3,3	0,6	0,1	0,7	2,7	-0,5	2,2
Energia e Lubrificantes	5,8	7,4	8,5	1,3	3,1	4,4	0,3	3,9	4,2
Adubos e Corretivos do Solo	4,2	4,7	4,7	-0,2	3,1	2,9	1,3	1,4	2,7
Produtos Fitossanitários	2,9	3,2	3,2	0,7	2,1	2,9	-0,4	2,8	2,4
Despesas com Veterinários	0,5	0,6	0,7	2,7	1,5	4,3	4,4	0,4	4,8
Alimentos para Animais	50,2	48,4	41,8	0,0	1,3	1,4	0,6	0,3	0,9
Manutenção e Reparação de Material e Ferramentas	3,1	2,8	4,1	2,7	1,2	3,9	7,9	-0,8	7,1
Manutenção e Reparação de Edifícios Agrícolas e de Outras Obras	2,9	3,3	3,3	2,9	0,2	3,1	4,4	-1,6	2,7
Serviços Agrícolas	2,6	3,7	4,2	3,4	1,5	5,0	3,2	0,6	3,8
Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos (SIFIM)	1,3	1,6	1,5	0,2	3,1	3,3	-2,4	4,1	1,6
Outros Bens e Serviços	22,0	20,9	24,6	3,4	-0,4	3,0	3,9	0,5	4,4

P – valores provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA (BASE 2016), INE.
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

GRÁFICO 10: EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS AGRÍCOLAS DE ENERGIA E LUBRIFICANTES E ALIMENTOS PARA ANIMAIS EM VOLUME, VALOR E PREÇO IMPLÍCITO (2000=100)



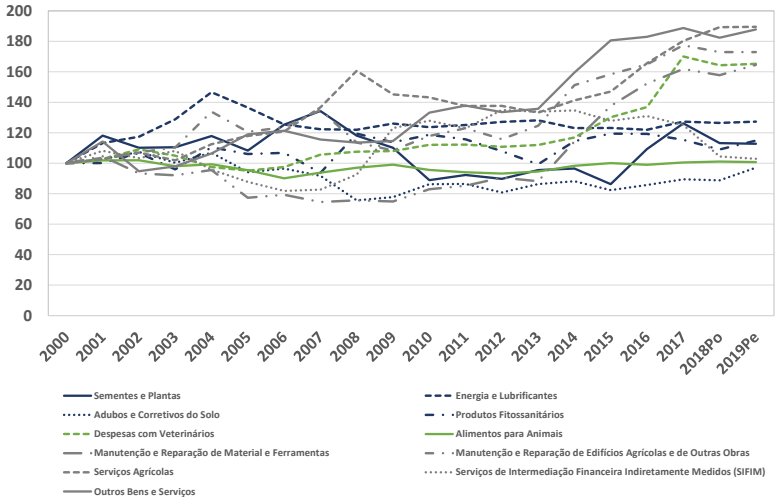
P – DADOS PROVISÓRIOS

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

OUTROS BENS E SERVIÇOS GANHAM PESO NA ESTRUTURA DE CONSUMOS INTERMÉDIOS [12]

A tendência de crescimento no uso de consumos intermédios pelo sector agrícola consolidou-se nos últimos anos. Tendo sido determinante **o aumento dos outros bens e serviços** (3,4% ao ano em volume entre 2000 e 2019), assumindo atualmente ¼ dos inputs utilizados pelo sector, da manutenção e reparação de materiais e ferramentas (7,9% ao ano) e de edifícios agrícolas e de outras obras (4,4% ao ano), componentes ligadas à aquisição de serviços pelo setor[13]. A alimentação animal, a maior componente (41,8% em 2019) manteve-se relativamente estável no período perdendo peso (-8,4p.p. entre 2000 e 2019) para as

GRÁFICO 11: EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS AGRÍCOLAS, EM VOLUME (2000=100)



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CEA, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

[12] A temática do crescente peso dos Outros Bens e Serviços na estrutura de consumos intermédios é apresentada no artigo da publicação Cultivar: Dimas, B. (2020). Notas sobre a medição do VAB agrícola. Cultivar – Cadernos de Análise e Prospetiva, nº19.

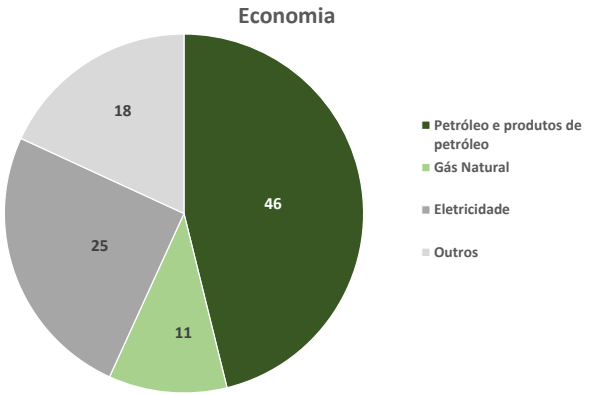
[13] De acordo com a informação RICA (2019), é possível constatar que as OTE que mais requerem a aquisição de serviços (assumindo a soma das rúbricas Trabalhos por Empreitada e Aluguer de Máquinas, Conservação e Reparação de Equipamento e Conservação de Construções e Melhoramentos Fundiários) são: olival (61% dos consumos intermédios), frutos secos (24% dos consumos intermédios) e outros vinhos (24% dos consumos intermédios). Se considerarmos apenas a rúbrica "Trabalhos por Empreitada e Aluguer de Máquinas" salientam-se as OTE **olival** (43% dos consumos intermédios), **arvenses** (15% dos consumos intermédios) e **horticultura e outras culturas extensivas** (14% dos consumos intermédios). Já de acordo com informação RA2019 (INE), verifica-se que nos últimos 10 anos ocorreu um **crescimento do nº de tratores** em todas as classes de SAU, **sobretudo nas explorações entre 1 e 5 ha, das regiões Norte** (+6122 tratores) **e Centro** (+5062 tratores). Das explorações agrícolas com tratores, constatou-se que na última década cresceu o nº de explorações com tratores, em particular com 2 tratores nas regiões Norte e Centro (nas regiões das AML, Alentejo e Algarve diminuíram o nº de explorações com 1 trator). Já **o nº de explorações agrícolas que utilizam tratores não pertencentes à exploração diminuiu em PT,** embora com variações regionais tendo diminuído nas regiões Norte e Centro mas **aumentado nas regiões do Alentejo**, com destaque para Odemira e Nisa, **e Algarve**. Outro aspeto importante mencionado na publicação do RA2019 é que "destaca-se o aumento, muito significativo, quer do número de máquinas de vindimar (+247%, face a 2009), quer do número de explorações que as utilizam (+285%). De referir que mais de ¾ das explorações que utilizaram este equipamento o fizeram recorrendo a máquinas de terceiros (por contratação de serviços, aluguer ou empréstimo), observando-se, face a 2009, um aumento de 5 p.p. É também revelador do investimento na mecanização das atividades agrícolas o aumento observado na área de vinha, olival e amendoal cuja produção é potencialmente colhida com recurso a estas máquinas: as áreas de vinha e de olival afetas a explorações que utilizaram máquinas de vindimar já representam quase ¼ do total destas culturas (em 2009 representavam apenas 12,2% e 1,5%, respetivamente); no amendoal, cultura que só mais recentemente passou a ser cultivada de forma superintensiva, 6,2% da área total pertence a explorações que utilizaram colheita mecanizada."

componentes ligadas à aquisição de serviços. Destaque-se também o ganho de peso da componente "energia e lubrificantes" (+2,7p.p. face a 2000).

¾ DO CONSUMO ENERGÉTICO AGRÍCOLA CORRESPONDE A PETRÓLEO, 3,7% DO CONSUMO DE PETRÓLEO DA ECONOMIA

Portugal é um país com escassos recursos energéticos endógenos, nomeadamente, aqueles que asseguram a generalidade das necessidades energéticas da maioria dos países desenvolvidos (como o petróleo, o carvão e o gás). A escassez de recursos fósseis conduz a uma **elevada dependência energética do exterior** (79,7% em 2017)[14], nomeadamente das importações de fontes primárias de origem fóssil.

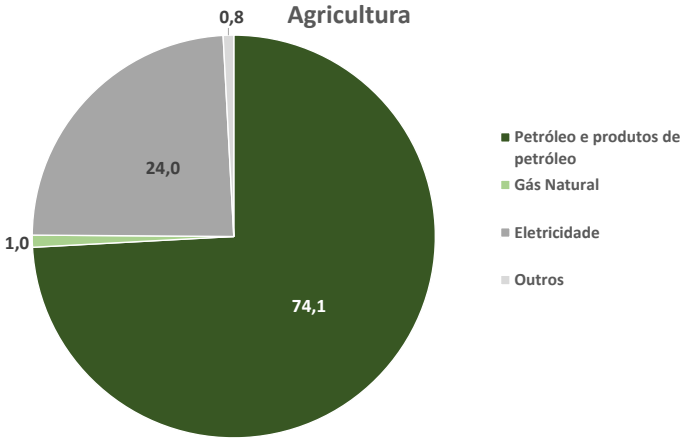
GRÁFICO 12: ESTRUTURA DE CONSUMO ENERGÉTICO DA ECONOMIA - 2018 (%)



FONTE: GPP, A PARTIR DE INE/DGEG.

De acordo com as Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural da DGEG, em 2018, **¾ do consumo final de energia do setor agrícola** correspondeu a **petróleo e derivados**, um valor superior ao conjunto da economia (46%), seguido do consumo de energia elétrica (24%). **A Agricultura consome 3,7% do petróleo e 2,2% da energia elétrica da economia.**

GRÁFICO 13: ESTRUTURA DE CONSUMO ENERGÉTICO DA AGRICULTURA - 2018 (%)



FONTE: GPP, A PARTIR DE INE/DGEG.

Especificamente o consumo de energias renováveis por parte do sector agrícola ainda é baixo. O consumo de energias renováveis encontra-se associado nomeadamente à utilização de energia eólica para acionar motores de bombagem em furos ou utilização de painéis solares para eletrificação das explorações. Ainda assim, o setor agrícola proporciona a produção de energia renovável - nem sempre imputada ao setor - através dos aproveitamentos hidroelétricos associados às obras hidroagrícolas.

[14] Fonte: https://rea.apambiente.pt/content/produ%C3%A7%C3%A3o-e-consumo-de-energia

MAIOR ORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NUM CONTEXTO DE ELEVADA DEPENDÊNCIA NACIONAL DE RECURSOS ENERGÉTICOS FÓSSEIS E DE NECESSIDADE DE REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GEE

Como já referido anteriormente, os escassos recursos energéticos endógenos em PT conduz a uma elevada dependência energética do exterior (79,7% em 2017), nomeadamente das importações de fontes primárias de origem fóssil, que contribuem para as alterações verificadas no Clima, com o petróleo e o gás natural a representar 57% do consumo de energia da economia no seu conjunto. Apesar da evolução positiva do país ao nível da produção e de consumo de energia renovável, nomeadamente eólica e solar, ainda existe um caminho a percorrer no sentido de redução dessa dependência, notando-se uma maior orientação das políticas públicas para a **transição energética**, da energia dependente de combustíveis fósseis para a energia gerada a partir de fontes renováveis, com efeitos positivos no ambiente e na economia do país.

No que respeita ao setor agrícola, que apresenta uma maior dependência de combustíveis fósseis face à média da economia, o grande desafio será conciliar as maiores necessidades energéticas do setor com os compromissos/metas de domínio ambiental que implicam, nomeadamente melhorias de eficiência na utilização de energia, de produção de energia a partir de biomassa agrícola e florestal, produção de energia eólica/solar para autoconsumo. De facto, "*as necessidades energéticas do setor têm uma tendência natural a aumentar, quer pelo aumento da procura mundial de alimentos quer pelo efeito das alterações climáticas. O primeiro, por razões demográficas e de melhoria das condições económicas das populações, o segundo, pelo aumento dos eventos extremos, nomeadamente períodos de seca, os quais exigem mais irrigação e períodos húmidos, o que por sua vez obriga a um maior esforço energético de toda a maquinaria de suporte.*" [15]

"No âmbito da redefinição das políticas públicas com vista ao cumprimento dos compromissos do Acordo de Paris, e para alcançar as metas estabelecidas a nível europeu para 2030 e 2050, o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) foi aprovado em maio de 2020, e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) aprovado em 2019, em que o aproveitamento energético da biomassa é um dos vetores em consideração, paralelamente com outras ações diretamente relacionadas com o setor agroflorestal."[16]

---

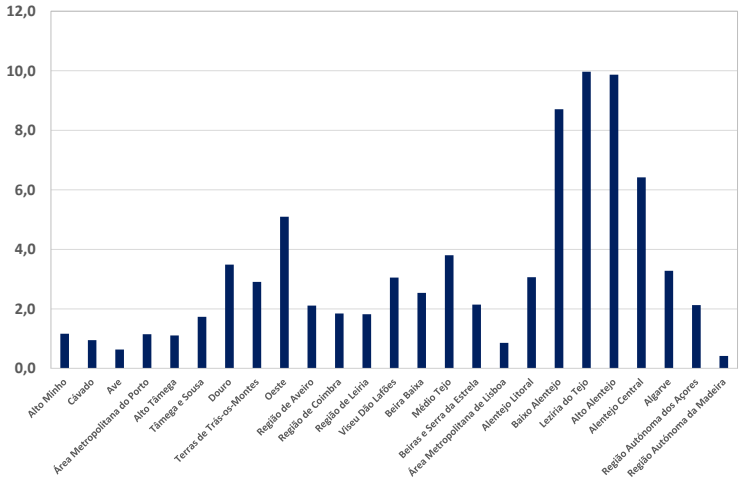
[15] A partir do artigo: SARA GOULARTT e PEDRO PAES (Dezembro de 2019); EDP – Energias de Portugal SA, Clima e Ambiente; *Cooperação entre setores para um futuro descarbonizado — Uma experiência EDP*; Publicação Cultivar nº 18 "Energia na agricultura"; disponível em: https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_18/CULTIVAR%2018.pd

[16] A partir do artigo: LUÍS GIL; RAINÉRIO PIRES e ALEXANDRA NICOLAU (Dezembro de 2019); *Energia e agricultura: um binómio para o futuro*; Publicação Cultivar nº 18 "Energia na agricultura"; disponível em:

A AGRICULTURA TEM UM MAIOR PESO NO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DA REGIÃO DO ALENTEJO

As estatísticas da DGEG apontam para uma maior importância do setor agrícola no consumo de energia elétrica na região do Alentejo, com destaque para as sub-regiões da Lezíria do Tejo (10,0%) e Alto Alentejo (9,9%).

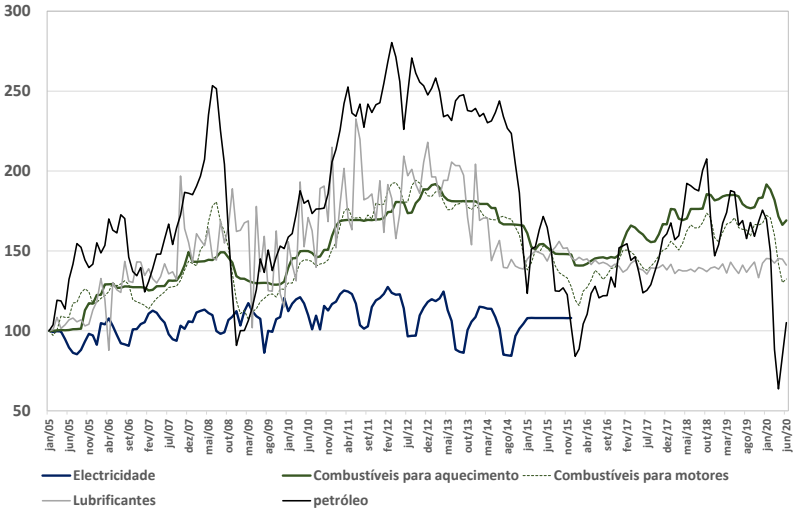
GRÁFICO 14: IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA NO CONSUMO DE ELETRICIDADE POR REGIÃO NUTS III - 2018 (%)



FONTE: GPP, A PARTIR DE INE/DGEG.

AUMENTO DOS PREÇOS IMPLÍCITOS NOS CONSUMOS INTERMÉDIOS DEVIDO AO CONTRIBUTO DA ENERGIA E LUBRIFICANTES E ALIMENTAÇÃO ANIMAL

GRÁFICO 15: ÍNDICE DE PREÇOS NOS MEIOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLAS – COMBUSTÍVEIS, ELETRICIDADE E LUBRIFICANTES – E DO PETRÓLEO (01/2005=100)



FONTE: GPP, A PARTIR DE INE E BANCO DE PORTUGAL.

Os consumos intermédios agrícolas registaram, entre 2000 e 2019, uma tendência crescente em termos de valor (média anual 2,3%) e, em menor grau, em volume (média anual 1,2%). A evolução observada entre a série em valor e em volume deveu-se ao crescimento dos preços implícitos, nomeadamente da **energia e lubrificantes** (média anual 3,1%), que ganhou peso na estrutura de consumos intermédios, e os **alimentos para animais** (média anual 1,3%).

Em particular em relação ao preço da energia na agricultura, destaque-se a grande volatilidade dos preços dos combustíveis para aquecimento e para motores, que evoluem a par dos preços mundiais do petróleo, tendo registado valores mais elevados nos anos 2008, 2011/2012 e mais

https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_18/CULTIVAR%2018.pd

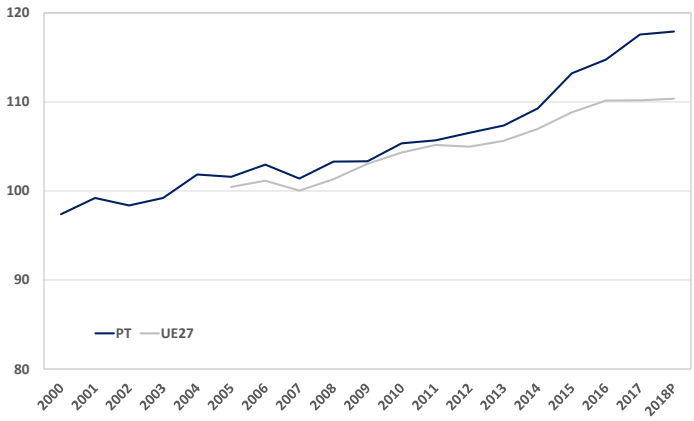
recentemente em 2019. De notar, na primeira metade de 2020, a forte queda no preço do petróleo, em resultado do impacto da pandemia mundial do COVID-19.

VIABILIDADE DE CERTOS SETORES/REGIÕES ASSENTE NA BAIXA REMUNERAÇÃO DOS FATORES[17], nomeadamente a baixa remuneração do trabalho na agricultura familiar no minifúndio e baixa remuneração de terra/capital nas grandes explorações extensivas.

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE PELO REFORÇO DA ESPECIALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (INDICADOR C28)

A produtividade do conjunto dos fatores de produção agrícola[18] em Portugal tem vindo a crescer desde 2000 (1,1% ao ano), e acelerando a partir de 2010 (média anual de 1,4%), acima da média da UE27 (0,7% ao ano). Embora com comportamentos divergentes em cada componente (note-se que a produtividade de cada componente é calculada a partir da relação entre a produção agrícola a preços constantes, valorizada a preços de mercado, e o respetivo *input*):

GRÁFICO 16: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FATORES NA AGRICULTURA (PTF), EM PT E NA UE27 (2005=100)



P – dados provisórios

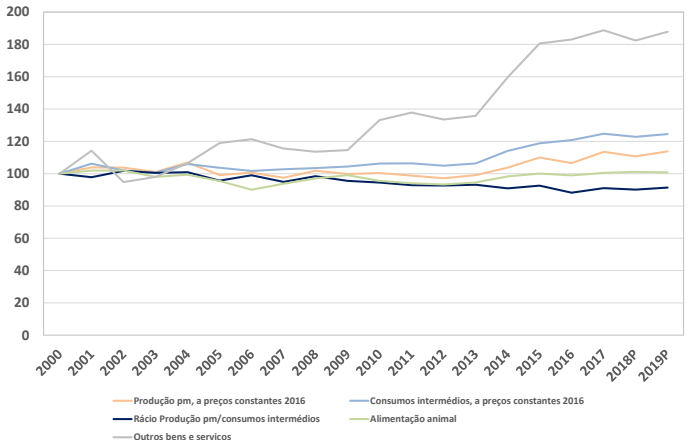
FONTE: DG AGRI

[17] Esta temática encontra-se mais detalhada no diagnóstico OE1

[18] A produtividade total dos fatores consiste num índice (2005=100 e média trienal) calculado a partir da relação entre a evolução dos outputs e dos inputs (terra, capital, trabalho e consumos intermédios) agrícolas. A evolução dos outputs é calculada a partir da produção agrícola a preços constantes, valorizada a preços de mercado. E a evolução dos inputs a partir do contributo de cada input para a variação total dos inputs. No caso da evolução dos inputs começa-se por estimar a valorização de cada input (a terra a partir da estimativa do valor da terra arrendada, conta própria e outras formas de exploração; o trabalho a partir da estimativa do valor do trabalho assalariado e não assalariado; o capital a partir do consumo de capital fixo a preços constantes; os consumos intermédios a partir dos consumos intermédios a preços constantes), seguido do peso de cada input para o total, a variação anual de cada input e, por fim, o contributo de cada input para a variação total dos inputs.

O aumento verificado no volume de consumos intermédios aplicados na atividade agrícola (1,8% ao ano entre 2010 e 2019), nomeadamente no que respeita a alimentação animal, energia e serviços, repercutiu-se em perdas de produtividade dos consumos intermédios[19] a partir de 2010 (-0,4% ao ano).

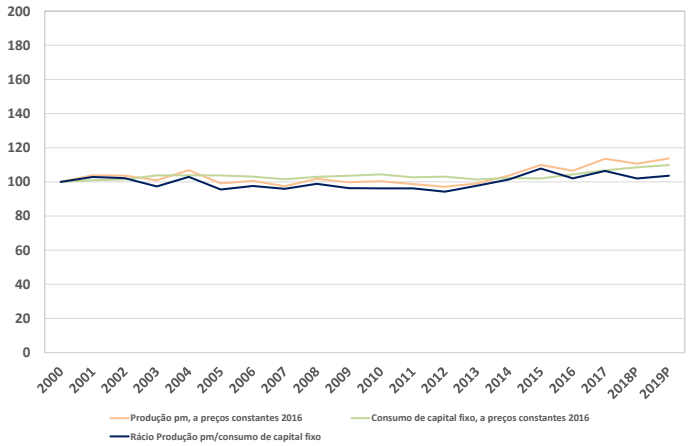
GRÁFICO 17: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE PARCIAL DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS E RESPETIVAS COMPONENTES (2000=100)



ovisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DAS CEA, INE

GRÁFICO 18: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE PARCIAL DO CONSUMO DE CAPITAL FIXO E RESPETIVAS COMPONENTES (2000=100)



P – dados provisórios

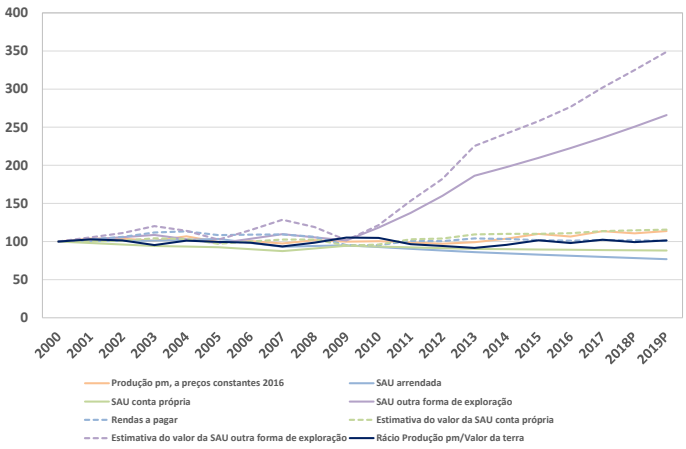
FONTE: GPP, A PARTIR DAS CEA, INE

A produtividade do consumo de capital fixo tem vindo a aumentar desde 2010 (0,8% ao ano), em resultado do maior crescimento da produção face ao consumo de capital fixo.

[19] A industrialização da agricultura é um fenómeno já com alguns anos. Em sectores muito integrados, como o vinho, o azeite ou a carne, em que os agricultores são também transformadores de produtos agrícolas, torna-se complexa ou arbitrária a imputação de preços de produção. Mais recentemente, tem aumentado a integração do sector hortofrutícola. Para além disso a imputação de alguns custos também levanta dificuldades, levando em geral à desvalorização do sector primário. Por ex., a valorização da produção de vinho ou azeite agrícola tem como referência o vinho "à saída do lagar" mas custos com garrafas, rótulos, publicidade, por serem suportados por cooperativas agrícolas, são imputados ao sector agrícola.
A aquisição de serviços imputada ao sector agrícola aumentou exponencialmente nos últimos anos, nomeadamente devido á expansão da integração vertical da fileira alimentar até à comercialização; à substituição de equipamentos da exploração (veículos, máquinas, ferramentas, armazéns), que integravam o capital fixo, pela aquisição de serviços de transporte, de reparação, de conservação de bens e à contratação indireta de mão-de-obra, através de empresas.

Ligeiro decréscimo da produtividade da terra a partir de 2010 (-0,4% ao ano), em parte em resultado do aumento do valor da terra (1,8% ao ano). Saliente-se que aproximadamente 70% da SAU é por conta própria e que as "outras formas de exploração" têm vindo a ganhar expressão na SAU. Acresce

GRÁFICO 19: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE PARCIAL DA TERRA E RESPETIVAS COMPONENTES (2000=100)



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DAS CEA, INE

FALTA DE CADASTRO RÚSTICO LIMITA A MOBILIDADE E O ACESSO À TERRA; DIFICULDADE DE ACESSO À TERRA. FALTA DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO MERCADO DA TERRA.[20]

Note-se que *"excetuando as zonas em que se verifica uma dinâmica agrícola relativa a produtos que se especializaram e que, por esse facto, os prédios onde esses produtos são produzidos têm procura, obedecendo às regras do valor de troca, podemos contabilizar os seguintes fatores como tendo influência no estabelecimento de um mercado de prédios rústicos frágil: Ausência de dinâmica do setor agrícola* (e.g. decorrente da deslocação da população das zonas rurais para as zonas urbanas, com melhores condições de vida; falta de organização da produção dificulta economias de escala); *Ordem afetiva ou histórica* (e.g. garantia de reserva de alimentos; opção por manter a terra, cedendo-a para cultivo em detrimento da venda, por preços muito baixos, ou arrendamento, por mercado de arrendamento diminuto)*; Dimensão, Orografia e Clima* (e.g. dificuldade na identificação dos proprietários de prédios contíguos de pequena dimensão, dada a falta de cadastro em cerca de metade do território nacional; prédios onde não é possível regar são menos atrativos). (…) *"O cadastro desempenha por obrigação um papel importantíssimo na correção de assimetrias regionais, revelando-se como instrumento imprescindível ao desenvolvimento político, económico e social do país, de acordo com os múltiplos usos que a sua utilização permite* nomeadamente na *Planificação regional e setorial: aceleramento na construção de obras públicas, projetos de irrigação, barragens, caminhos e estradas; Facilidade e segurança nas transações imobiliárias; Realização de poupanças acrescidas graças ao registo*

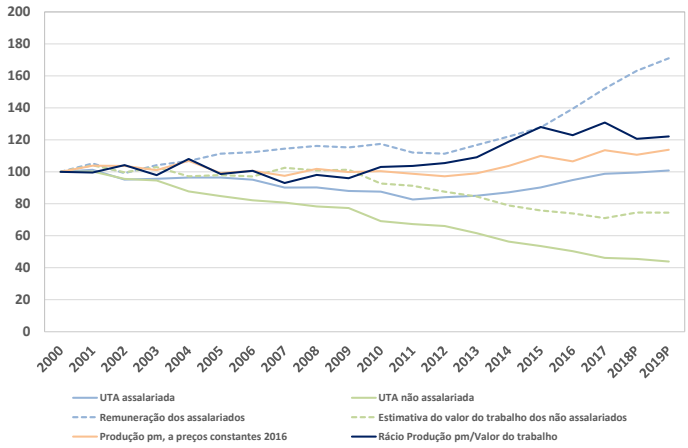
[20] Esta temática encontra-se mais desenvolvida no diagnóstico OE7

e identificação inequívoca das propriedades; Transparência na concessão de subsídios, na elaboração de planos de desenvolvimento, etc." [21]. A temática do acesso à terra é aprofundada no diagnóstico OE7.

DIMINUIÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA FAMILIAR SEM REDUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A produtividade do trabalho agrícola tem vindo a assumir uma tendência de crescimento a partir 2010 (1,9% ao ano), num contexto de decréscimo trabalho, especificamente do não assalariado (-4,9% ao ano), e de aumento dos assalariados (1,6% ao ano) e do respetivo valor do trabalho.

GRÁFICO 20: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE PARCIAL DO TRABALHO E RESPETIVAS COMPONENTES (2000=100)



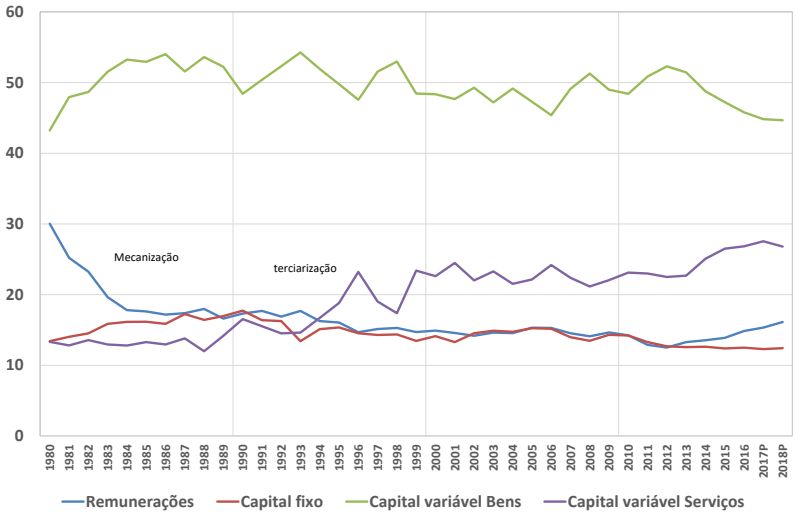
P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DAS CEA, INE

DO PROCESSO DE MECANIZAÇÃO DOS ANOS 80 AO PROCESSO DE TERCIARIZAÇÃO DO SECTOR AGRÍCOLA

Nos anos 80 deu-se um **processo rápido de mecanização** (com subida da relação capital/trabalhador). O processo foi positivo, com aumento da produtividade global dos fatores, aumento muito acentuado da produtividade parcial do trabalho e com absorção do desemprego agrícola pelo resto da economia.

GRÁFICO 21: PESO DOS CUSTOS AGRÍCOLAS (EXCETO TERRA) (%)



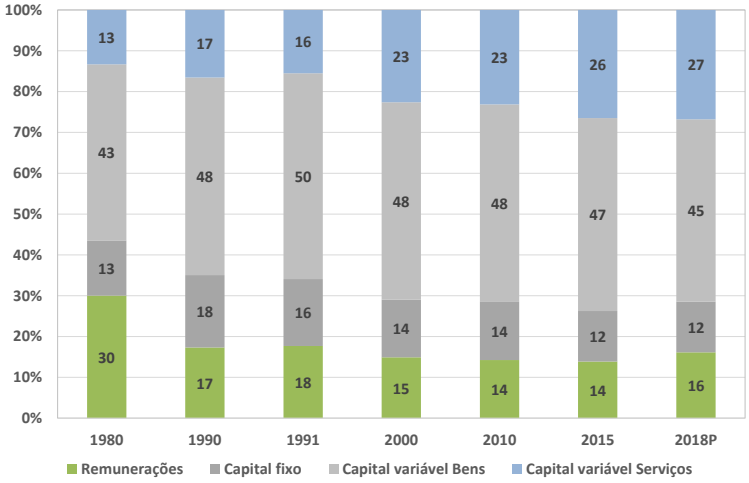
P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: MARÇO DE 2019

[21] A partir do artigo: ALFREDO SERRA MENDES (Março de 2018); *O mercado dos prédios rústicos*; Publicação Cultivar nº 11 "População e Território Rural"; disponível em: https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_11/revista-CULTIVAR-11.pdf

Mais recentemente, está-se a observar uma **recomposição do capital, entre fixo e variável.** Tem que se esperar para confirmar se se mantém o aumento da produtividade global dos fatores, que parece estar a acontecer. Também a aquisição indireta de trabalho está a aumentar, devendo ser responsável pelo aumento do trabalho assalariado que se observa nos últimos 10 anos. "*Assim **a crescente externalização da mão-de-obra agrícola** é uma questão que merece uma análise atenta porque, se por um lado acompanha uma necessidade de flexibilização da atividade para responder ao mercado, quer em termos dos bens produzidos, quer na gestão dos custos, por outro lado, pode propiciar **precariedade da situação laboral destes ativos** e a perda de autonomia, a prazo, das explorações agrícolas.*"[22]

GRÁFICO 22: PESO DOS CUSTOS AGRÍCOLAS (EXCETO TERRA) (%)



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: MARÇO DE 2019

FLEXIBILIDADE NA GESTÃO DA EXPLORAÇÃO PELA POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE CUSTOS FIXOS POR CUSTOS VARIÁVEIS

Esta alteração de modelo de negócio oferece vantagens para os agricultores em termos de gestão do risco, de utilização mais eficiente de máquinas e equipamentos e de acesso a novas tecnologias. "*Porém levanta questões a que será preciso dar resposta na área dos direitos dos trabalhadores, da **autonomia da gestão das explorações agrícolas**, da imputação geográfica dos impostos e contribuições para a segurança social e na área da construção estatística.*"[23]

DESAJUSTAMENTO ENTRE OFERTA E PROCURA DE EMPREGO NO SETOR PRIMÁRIO [24]

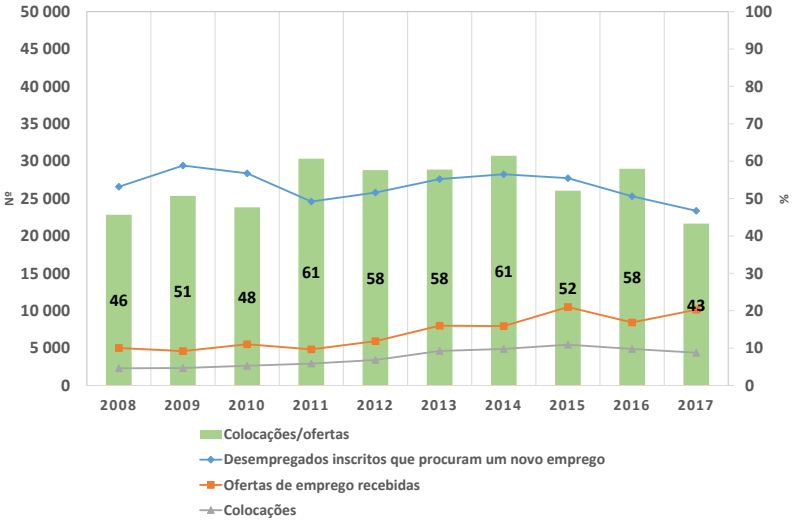
[22] A partir do editorial da Publicação Cultivar nº 10 "Trabalho na Agricultura e Novas Tendências Laborais" (Dezembro de 2017); disponível em: https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/Cultivar_10.pdf

[23] A partir do artigo: BRUNO DIMAS (abril de 2020); *Notas sobre a medição do VAB agrícola*; Publicação Cultivar nº 19 "Macroeconomia e Agricultura"; disponível em: https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_19/Cultivar_19.pdf

[24] Em relação à temática da falta de mão-de-obra agrícola consultar o artigo da publicação Cultivar: Torres, P. (2017). Novos Desafios ao trabalho na Agricultura. Cultivar – Cadernos de Análise e Prospetiva, nº10, Trabalho na Agricultura e Novas Tendências Laborais: pp. 57-62

De acordo com informação IEFP, em 2017, existiam 23 mil pessoas desempregadas à procura de emprego no setor primário (4,9% do total de desempregados inscritos) e 10 mil ofertas de emprego no setor primário (7,1% do total de ofertas de emprego), ou seja, uma proporção de 2,3 pessoas desempregadas para cada oferta de emprego. Apesar disso, apenas foram colocadas 4,4 mil pessoas em 2017, isto é, 43% da oferta obteve resposta e cerca de 6 mil empregos ficaram por preencher.

GRÁFICO 23: EVOLUÇÃO DOS DESEMPREGADOS, OFERTAS E COLOCAÇÕES NO SETOR I (2000=100) E TAXA DE SATISFAÇÃO DA OFERTA (%)



FONTE: GPP, A PARTIR DE IEFP

Entre 2008 e 2017, o número de pessoas desempregadas à procura de emprego no setor primário tem vindo a decrescer (média anual de -1,4%), mais do que o conjunto da economia (-0,9% ao ano), constatando-se maior crescimento do número de ofertas de emprego neste setor (8,2% ao ano) face à economia no seu todo (1,9% ao ano), revelador de uma maior necessidade do setor primário de mão-de-obra. Contudo, as ofertas não têm sido preenchidas na sua totalidade, em resultado nomeadamente de desajustamentos do lado de quem procura emprego ou de quem oferece emprego, verificando-se um nível de colocação de cerca de 53% das ofertas (média 2008-2017), abaixo do conjunto da economia (56% em média).

DIFICULDADE EM CONTRATAR MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA (DE FORMA DIRETA OU INDIRETA) EM NÚMERO SUFICIENTE E ESPECIALIZADA, SOBRETUDO NOS PERÍODOS DE MAIOR EXIGÊNCIA EM MÃO-DE-OBRA (E.G. COLHEITA E VINDIMA) E A UMA DISTÂNCIA ADEQUADA DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA (ASSIMETRIAS REGIONAIS)[25]

De acordo com um artigo Cultivar[26], *"A importância dos recursos humanos nas empresas do setor não se resume apenas ao peso que tem em termos de custos para as empresas – que no caso das culturas mais intensivas chega a representar mais de 50% dessa estrutura de custos –*

[25] Relativamente à "Dificuldade competitiva do setor agrícola para competir com os outros sectores na atração da mão-de-obra (e.g. remuneração dos assalariados)" de notar que a remuneração média dos assalariados agrícolas (a partir da remuneração dos assalariados/UTA assalariadas) é cerca de 78% do salário médio dos restantes setores da economia (a partir da soma dos ordenados e salários dos setores da economia exceto A01/ETC totais exceto A01).

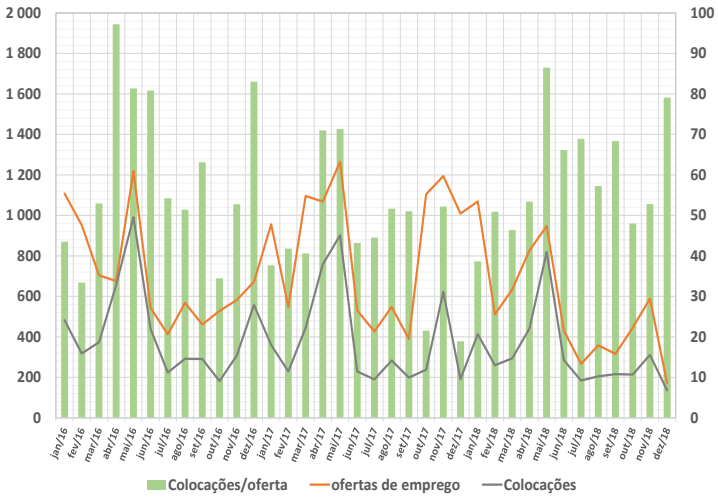
[26] A partir do artigo: PEDRO SANTOS (dezembro de 2017); *A nova geração de empregos qualificados na agricultura*; Publicação Cultivar nº 10 "Trabalho na Agricultura e Novas Tendências Laborais"; disponível em: https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/Cultivar_10.pdf

mas, e de forma cada vez mais marcada, à capacidade de ter pessoas altamente qualificadas e de reter esse talento nas empresas, muitas vezes localizadas em zonas rurais menos atrativas para as novas gerações. (…) No mesmo artigo é referido que no inquérito feito aos empregadores, são realçadas algumas dificuldades em termos de recursos humanos nomeadamente a *"dificuldade em encontrar pessoal (situação esta que condiciona muito o desenvolvimento de culturas mais intensivas em mão-de-obra) " e "a falta de pessoas qualificadas".*

CARACTER SAZONAL DA OFERTA DE EMPREGO AGRÍCOLA

Saliente-se que o setor primário é caracterizado pela sazonalidade, períodos de maior necessidade de mão-de-obra no ano como sejam a época das colheitas (e.g. apanha da azeitona e da fruta, vindima). Por exemplo, de acordo com informação do IEFP, no período 2016-2018, registaram-se "picos" de ofertas de emprego sobretudo nos meses de maio e de janeiro, e as taxas de satisfação da oferta são muito variáveis ao longo do ano, assumindo valores entre os 19%, em dezembro de 2017, e 97%, em abril de 2016.

GRÁFICO 24: EVOLUÇÃO MENSAL DAS OFERTAS E COLOCAÇÕES NO SETOR I (Nº) E TAXA DE SATISFAÇÃO DA OFERTA (%)



FONTE: GPP, A PARTIR DE IEFP

INVESTIMENTO NA AGRICULTURA CRESCE MAIS QUE NA ECONOMIA (INDICADOR C27)

Entre 2010 e 2018 o investimento na agricultura, medido em FBCF, cresceu em volume, contrariamente à economia no seu conjunto (1,6% face a -1,2% ao ano). O esforço de investimento dos agricultores (FBCF/VABcf), um indicador de competitividade futura, representa atualmente cerca de 31% do VABcf em volume (27,1% em valor).[27]

[27] Saliente-se que o setor primário (A01) representa 3,2% da FBCF da economia, destacando-se os setores da Indústria (A02), com 24,3%, das atividades imobiliárias (A07), com 22,1%, e do Comércio e reparação de veículos; transportes e armazenagem; alojamento e restauração (A04) com 16,5%, perfazendo 63% da FBCF da economia. Estes valores revelam em parte a dificuldade competitiva do setor primário para competir com os outros sectores na atração de investimento.

QUADRO 10: INVESTIMENTO AGRÍCOLA E TOTAL DA ECONOMIA

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018P	Taxa de crescimento médio anual (%) 2000-2018	Taxa de crescimento médio anual (%) 2010-2018
FBCF Agricultura *(milhões de euros)*													
Preços correntes	810	825	837	834	790	811	874	968	945	1 043	1 023	1,3	2,5
Preços constantes 2016	1 005	918	861	842	801	817	863	964	945	1 014	978	-0,2	1,6
Esforço de investimento agricultura (%)													
Preços correntes	24,2	23,5	24,3	28,0	25,6	24,3	26,8	28,0	25,8	28,0	27,1	0,6	1,3
Preços constantes 2016	30,1	29,4	27,7	28,3	27,5	27,2	28,6	29,2	32,0	30,6	30,8	0,1	1,3
FBCF Economia *(milhões de euros)*													
Preços correntes	35 960	36 668	36 953	32 437	26 631	25 150	26 013	27 886	28 893	32 888	35 841	0,0	-0,4
Preços constantes 2016	44 057	39 953	37 526	32 801	27 319	26 006	26 601	28 176	28 893	32 213	34 088	-1,4	-1,2
Esforço de investimento economia (%)													
Preços correntes	28,0	23,1	20,6	18,4	15,8	14,8	15,0	15,5	15,5	16,8	17,5	-2,6	-2,0
Preços constantes 2016	24,8	21,6	19,7	17,5	15,2	14,6	14,8	15,4	15,5	16,7	17,2	-2,0	-1,7

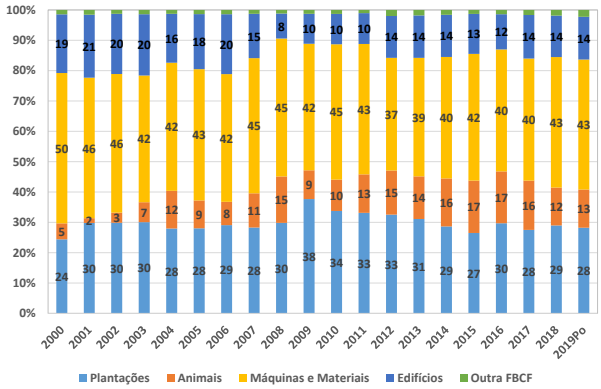
P - Dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA (BASE 2016) E CONTAS NACIONAIS, INE
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 28 DE FEVEREIRO 2020

PLANTAÇÕES, MÁQUINAS E MATERIAIS SÃO AS COMPONENTES MAIS REPRESENTATIVAS DO INVESTIMENTO AGRÍCOLA EM CAPITAL FIXO;

As plantações em conjunto com as máquinas e materiais representam cerca de 70% da estrutura de investimento agrícola. Saliente-se o ganho de peso dos animais (+10,4p.p.) e a perda de peso dos edifícios (-6,0p.p.) na FBCF no período compreendido entre as médias trienais 2000/01/02 e 2017/18/19.

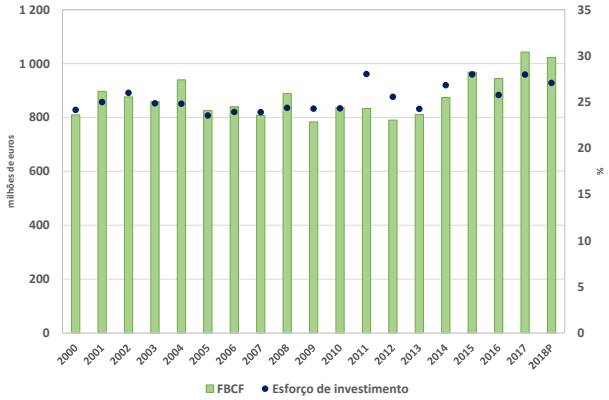
GRÁFICO 26: ESTRUTURA DO FBCF AGRÍCOLA (%)



P - Dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA, INE
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: OUTUBRO DE 2020

GRÁFICO 25: FBCF (MILHÕES DE EUROS) E ESFORÇO DE INVESTIMENTO (%) NA AGRICULTURA A PREÇOS CORRENTES



P - Dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA, INE
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO EM MATÉRIA DE LICENCIAMENTOS É ASSOCIADO A CONSTRANGIMENTOS À ATIVIDADE AGRÍCOLA; COMPLEXIDADE EM MATÉRIA DE LICENCIAMENTOS, NOMEADAMENTE NO ÂMBITO DE INVESTIMENTOS ASSOCIADOS A REGIMES MAIS SIMPLIFICADOS DE APOIO OU QUE ASSUMAM NECESSIDADE DE ATUAÇÃO RÁPIDA

A questão burocrática é um fator que afeta o desenvolvimento da atividade agrícola quer para quem inicia a atividade, nomeadamente jovens agricultores, quer para quem já está na atividade e que quer expandi-la/diversifica-la. O acesso à atividade agrícola ou a expansão/diversificação da mesma por via dos licenciamentos é determinante enquanto garantia de uma produção de

qualidade e sustentável (e.g. ambiente, ordenamento do território), observando as boas práticas seguidas na União Europeia e, por conseguinte, refletindo as exigências dos cidadãos europeus. Contudo, quando a carga burocrática é demasiada, complexa, dispersa, dispendiosa e morosa, tem efeitos nefastos sobre a dinâmica das atividades em geral. Em particular ao nível do setor agrícola destacam-se algumas dificuldades burocráticas nomeadamente ao nível do acesso ao financiamento/apoio por parte dos agricultores, por exemplo no âmbito de investimentos associados a regimes mais simplificados de apoio ou que assumam necessidade de atuação rápida.

AUSÊNCIA DE INFRAESTRUTURAS EM VÁRIOS TERRITÓRIOS NOMEADAMENTE RURAIS (E.G. BANDA LARGA, REGADIO, CAMINHOS…)

Para o desenvolvimento da economia nacional, designadamente da economia das zonas rurais, é determinante a **rede de infraestruturas** existente (e.g. regadio, redes elétricas, abastecimento de água, tratamento de águas residuais, telecomunicações, redes de transportes ferroviária, rodoviária e aeroportuária, escolas, universidades, hospitais, centros de saúde, tribunais, correios, bancos, infraestruturas culturais/desportivas, habitação, plataformas logísticas). De facto, a **localização**, a **distribuição da rede de infraestruturas**, o **estado de conservação** das mesmas, o **preço de acesso aos serviços disponibilizados** (e.g. portagens) entre outros são fatores de competitividade para a economia das regiões, (e.g. tempo de percurso para entrega de produtos agrícolas, acesso à infraestrutura de rega mais próxima) notando-se alguma assimetria geográfica e, por conseguinte, do acesso aos serviços correspondentes. Para quem se dedica ao setor agrícola destacam-se nomeadamente as infraestruturas de rega, de transportes, de eletricidade, de abastecimento de água e tratamento de águas residuais e de telecomunicações. Esta matéria encontra-se mais desenvolvida no diagnóstico do objetivo específico 8.

V. ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Nas três últimas décadas o tecido produtivo agrícola atravessou, contínua e prolongadamente, um processo de mudança em resultado de um conjunto alargado de efeitos, quer internos quer externos, entre os quais se podem evidenciar:

- As distintas realidades agrícolas regionais e locais em resultado, nomeadamente, da importância da atividade florestal, da concentração/dispersão da propriedade, do relevo, do clima e das características do solo.
- A concorrência intersetorial resultante do processo de desenvolvimento e modernização socioeconómica, terceirização da economia, com setores que permitem remunerações dos fatores mais atrativas que os sistemas agrícolas tradicionais.
- A concorrência intrassetorial mais intensa quando a agricultura portuguesa se integra em espaços económicos cada vez mais vastos.
- As políticas públicas relativas à produção, à multifuncionalidade, à extensificação, à conservação ambiental, à pequena agricultura e aos sistemas de alto valor natural.

Este conjunto de elementos tem exercido pressão sobre alguns dos sistemas de produção, o que levou a que aqueles com menor capacidade de os enfrentar deixassem de ser sustentáveis do ponto de vista económico, obrigando, nestes casos, a uma mudança de função dos fatores - trabalho, terra e capital - que lhe estavam associados.

Assim, considerando que estes sistemas se enquadravam em contextos diferentes, estas pressões deram origem, igualmente, a um conjunto de dinâmicas de alteração de uso do solo distintas, com impactos também diferenciados.

De uma forma global, e recorrendo aos dados estatísticos disponíveis, pode-se inferir três grandes dinâmicas:

- Quando coexiste alguma dimensão económica e acesso à terra, capacidade empresarial e financeira, e disponibilidade de água para irrigação, surgem explorações com elevado potencial produtivo, com sistemas de produção modernos e tecnologicamente diferenciados, onde o regadio é mais eficaz.

- Onde existia estrutura fundiária com dimensão suficiente para suportar um processo de extensificação[28], a terra foi integrada na SAU com utilização na pastorícia e silvo-pastorícia.
- Noutros casos ainda, a estrutura fundiária da exploração não tem dimensão suficiente para suportar processos de extensificação ou modernização, a que se junta a dificuldade de os produtores se organizarem para concentrarem a oferta, levando a uma menor capacidade de gerar rendimentos aceitáveis, e não garantindo assim condições para assegurar uma sucessão geracional adequada. Estas explorações saem da atividade produtiva. Note-se ainda que muitas destas explorações constituíam sistemas agroflorestais, onde a floresta estreme estava integrada na gestão da exploração. O seu desaparecimento como entidade gestora do território levou ao abandono de muitas áreas florestais.

Territorialmente observa-se igualmente que nos locais onde tradicionalmente existiam explorações com dimensão económica verifica-se algum grau de integração de superfícies saem da atividade produtiva, naqueles onde não se verificava a presença de agentes agregadores a superfície é abandonada.

Estes principais tipos de dinâmicas – extensificação, modernização e saída da atividade produtiva - tiveram um impacto relevante na evolução da gestão do solo e apresentam desafios e oportunidades específicas a levar em conta no quadro do próximo ciclo de programação.

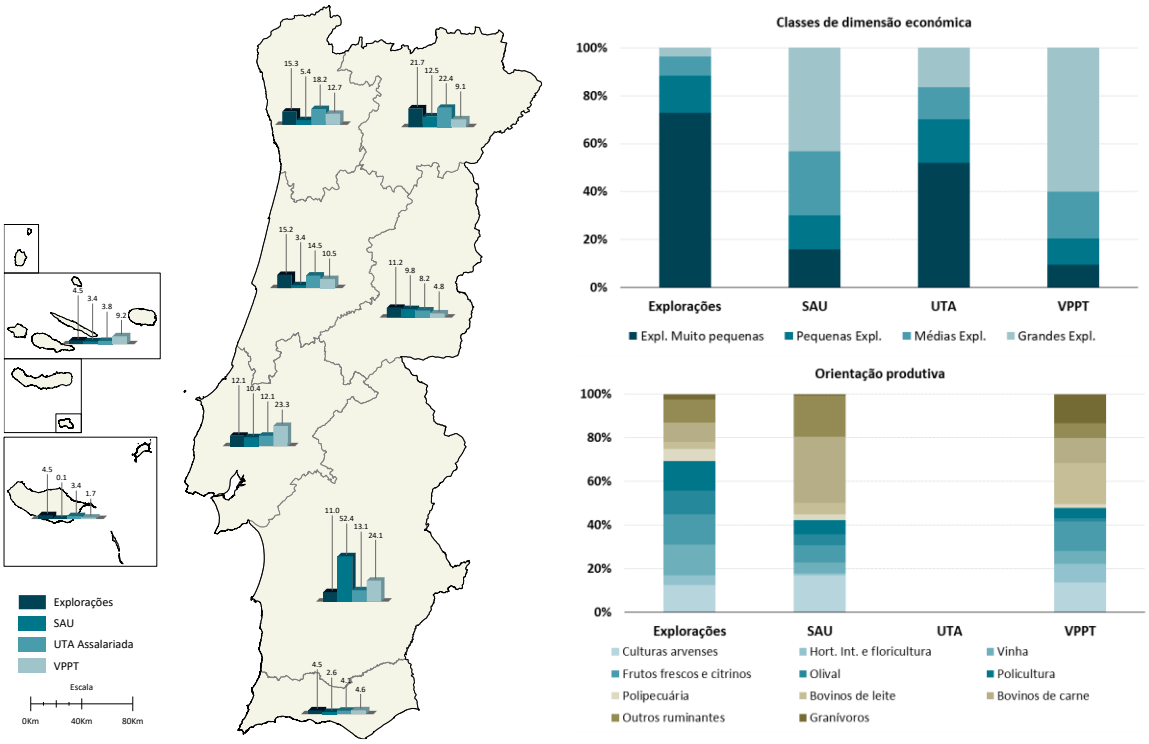
AGRICULTURA UM SETOR COM IMPACTO TERRITORIAL E SOCIAL

Existem em Portugal, segundo o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 2016, 258.983 explorações agrícolas, que ocupam 4.663.173 hectares, dos quais 3.641.691 hectares são Superfície Agrícola Utilizada, ou seja uma dimensão média de 14,1 ha por exploração.

[28] Quanto à Intensidade na utilização de inputs pela agricultura (indicador de contexto C33), medida com base em dados RICA, verificou-se que em 2017 existia um predomínio da SAU gerida por explorações com uma elevada intensidade de inputs (fertilizantes, os pesticidas, os outros produtos de proteção das plantas e a alimentação animal comprada) por hectare (39%), acima da média UE27 (36,3%), seguindo-se a SAU gerida por explorações com baixa (30,6%) ou média (30,4%) intensidade de inputs por hectare. Em termos regionais, nota-se uma prevalência da SAU gerida por explorações com uma elevada intensidade de inputs por hectare em todas as regiões NUTS II (com destaque para as Regiões Autónomas e Lisboa) com exceção do Alentejo onde predomina a SAU gerida por explorações com baixa intensidade de inputs por hectare (46,2%). Acresce que em 2016, 58,4% da SAU era utilizada para pastoreio extensivo (2,1 milhões de hectares), acima da média UE27 (19,8%), sobretudo localizada na região do Alentejo (1,4 milhões de hectares).

O volume de mão-de-obra é de 318.292 UTA[29], dos quais 229.952 são UTA's familiares. O efetivo animal é constituído, aproximadamente, por 2,2 milhões de cabeças normais[30]. (INDICADOR C22)

FIGURA 1 - AGRICULTURA POR REGIÃO, DIMENSÃO ECONÓMICA E ORIENTAÇÃO PRODUTIVA EM 2016 (%)



FONTE: GPP, A PARTIR DE IEEA 2016.

[29] Aproximadamente 627.825 pessoas. Em relação ao indicador de contexto C13(mão-de-obra agrícola) ainda é possível verificar que em 2016, existiam em PT 314 mil UTA, das quais 91,4% UTA que trabalha numa base regular na exploração e 8,6% UTA não-regular (67% na região Norte e Alentejo). Relativamente à **UTA regular** é possível distinguir o produtor agrícola (74,6% no Norte e Centro; 31% são mulheres), os membros da família do produtor que trabalham na exploração e trabalhadores (não pertencem ao agregado familiar do produtor) que trabalham regularmente na exploração (35,7% no Alentejo). Entre 2013 e 2016 notou-se um crescimento das UTA regulares (não-familiares) e UTA não regulares que trabalham nas explorações agrícolas, com destaque para a região do Alentejo (+4.810 UTA regulares e +2.270 UTA temporárias).

[30] Em 2016, existiam 1,1 milhões de CN de bovinos (dos quais 43% localizam-se no Alentejo), 434 mil CN de suínos (86% nas regiões Alentejo e Centro), 259 mil CN de ovinos (53% dos ovinos no Alentejo) e caprinos (67% dos caprinos nas regiões Centro e Norte) e 377 mil CN de aves de capoeira (69% na região Centro). De acordo com os IEEA, entre 2013 e 2016 verificou-se um crescimento das CN de bovinos (+109 mil, com destaque para o Alentejo), suínos (4,3 mil), ovinos (13,2 mil) e caprinos (+750) e aves de capoeira (+67 mil). No entanto é possível notar algumas diferenças regionais, nomeadamente a diminuição de CN de suínos no Alentejo (-17 mil). Relativamente ao indicador de contexto C23 (densidade animal) consultar a análise constante no diagnóstico OE9.

DIVERSIDADE REGIONAL – UMA AGRICULTURA, VÁRIAS REALIDADES

Estas explorações apresentam uma notável **diversidade a nível regional** em termos, nomeadamente, de **dimensão física**, de **dimensão económica**, e de **orientação técnico** económica.

A grande maioria das explorações (70%) e do volume de trabalho (68%) encontra-se no Norte e Centro do Continente, enquanto a SAU se localiza maioritariamente no Alentejo (54%). O Alentejo e a região agrária de Ribatejo e Oeste reúnem 25,3% da UTA assalariada embora tenham apenas 16,8% da UTA familiar.

A SAU média no Alentejo é de 67,1 hectares sendo 14,9 no conjunto do Continente e 14,1 no país. A Dimensão Económica média é no Alentejo (43,6 mil euros), na região agrária de Ribatejo e Oeste (38,4 mil euros) e na RA Açores (40,9 mil euros) o dobro da média do país (19,8 mil euros).

PREDOMINAM AS EXPLORAÇÕES DE REDUZIDA DIMENSÃO FÍSICA QUE REPRESENTAM UMA PEQUENA PARTE DA SAU E DO VALOR DE PRODUÇÃO.

A**s explorações com menos de 5 hectares representam 71,3% das explorações** do país embora **reunindo apenas 9,1% da SAU, com as culturas permanentes a serem a ocupação mais importante**. Em contrapartida, as explorações com mais de 20 hectares são 9,3% do total de explorações e reúnem 77,8% da SAU, onde predominam as pastagens permanentes (46,4% da respetiva SAU, que correspondem a 90,0% da área total de pastagens). As explorações no escalão de 5 a 20 hectares são 19,4% das explorações com 13,1% da SAU.

QUADRO11: COMPONENTES DA SAU POR DIMENSÃO FÍSICA DAS EXPLORAÇÕES EM 2016 - INDICADOR C17

Classes de SAU	SAU		Terra arável		Culturas permanentes		Pastagens permanentes		Horta familiar		Explorações	
	hectares	%	hectares	%	hectares	%	hectares	%	hectares	%	N.º	%
0 - < 1 ha	26 528	0,7	5 917	0,6	17 086	2,4	1 678	0,1	1 846	11,3	48 054	18,6
1 ha - < 5 ha	304 459	8,4	106 757	10,2	137 426	19,5	51 205	2,7	9 072	55,6	135 827	52,7
5 ha - < 20 ha	478 763	13,1	160 986	15,4	179 381	25,4	134 339	7,2	4 056	24,8	49 942	19,4
20 ha - < 50 ha	395 056	10,8	142 603	13,7	98 072	13,9	153 486	8,2	894	5,5	12 999	5,0
>= 50 ha	2 436 885	66,9	627 034	60,1	273 155	38,7	1 536 234	81,8	463	2,8	10 915	4,2
Total	**3 641 691**	100,0	**1 043 297**	100,0	**705 120**	100,0	**1 876 942**	100,0	**16 331**	100,0	**257 737**	100,0
< 20 ha	809 750	22,2	273 660	26,2	333 893	47,4	187 222	10,0	14 974	91,7	233 823	90,7
> 20 ha	2 831 941	77,8	769 637	73,8	371 227	52,6	1 689 720	90,0	1 357	8,3	23 914	9,3

QUADRO 12: PESO DAS COMPONENTES DA SAU POR DIMENSÃO FÍSICA DAS EXPLORAÇÕES EM 2016

Classes de SAU	SAU/Exploração	Terra arável	Culturas permanentes	Pastagens permanentes	Horta familiar	SAU
	hectares	%	%	%	%	%
0 - < 1 ha	0,6	22,3	64,4	6,3	7,0	**100,0**
1 ha - < 5 ha	2,2	35,1	45,1	16,8	3,0	**100,0**
5 ha - < 20 ha	9,6	33,6	37,5	28,1	0,8	**100,0**
20 ha - < 50 ha	30,4	36,1	24,8	38,9	0,2	**100,0**
>= 50 ha	223,3	25,7	11,2	63,0	0,0	**100,0**
Total	**14,1**	**28,6**	**19,4**	**51,5**	**0,4**	**100,0**
< 20 ha	3,5	33,8	41,2	23,1	1,8	**100,0**
> 20 ha	118,4	27,2	13,1	59,7	0,0	**100,0**

FONTE: GPP, A PARTIR DE INE RGA 2009 E IEEA 2016

Em termos regionais salienta-se a região agrária Alentejo que reúne 52,4% da SAU, 34,5% das Culturas permanentes e 61,3% das pastagens permanentes, sendo que cerca de 60,4% da SAU no Alentejo se encontra nesta categoria.

QUADRO 13: COMPONENTES DA SAU POR REGIÃO AGRÁRIA EM 2016 - INDICADOR C17

Regiões Agrárias	SAU		Terra arável		Culturas permanentes		Pastagens permanentes		Horta familiar		Explorações	
	hectares	%	hectares	%	hectares	%	hectares	%	hectares	%	N.º	%
EDM	198 415	5,4	72 909	7,0	29 177	4,1	93 771	5,0	2 559	15,7	39 651	15,3
TM	454 719	12,5	99 396	9,5	189 595	26,9	161 262	8,6	4 466	27,3	56 228	21,7
BL	122 929	3,4	72 728	7,0	28 607	4,1	18 847	1,0	2 747	16,8	39 462	15,2
BI	356 488	9,8	79 580	7,6	66 727	9,5	207 663	11,1	2 519	15,4	29 065	11,2
RO	378 010	10,4	157 295	15,1	94 932	13,5	124 204	6,6	1 580	9,7	31 217	12,1
ALE	1 906 874	52,4	510 930	49,0	243 467	34,5	1 151 238	61,3	1 238	7,6	28 424	11,0
ALG	95 570	2,6	26 349	2,5	47 847	6,8	20 792	1,1	581	3,6	11 728	4,5
RAA	123 793	3,4	22 223	2,1	2 400	0,3	98 643	5,3	526	3,2	11 580	4,5
RAM	4 893	0,1	1 888	0,2	2 367	0,3	524	0,0	114	0,7	11 628	4,5
Total	**3 641 691**	100,0	**1 043 297**	100,0	**705 120**	100,0	**1 876 942**	100,0	**16 331**	100,0	**258 983**	100,0

QUADRO 14: PESO DAS COMPONENTES DA SAU POR REGIÃO AGRÁRIA EM 2016

Regiões Agrárias	SAU/Exploração	Terra arável	Culturas permanentes	Pastagens permanentes	Horta familiar	SAU
	hectares	%	%	%	%	%
EDM	5,0	36,7	14,7	47,3	1,3	**100,0**
TM	8,1	21,9	41,7	35,5	1,0	**100,0**
BL	3,1	59,2	23,3	15,3	2,2	**100,0**
BI	12,3	22,3	18,7	58,3	0,7	**100,0**
RO	12,1	41,6	25,1	32,9	0,4	**100,0**
ALE	67,1	26,8	12,8	60,4	0,1	**100,0**
ALG	8,1	27,6	50,1	21,8	0,6	**100,0**
RAA	10,7	18,0	1,9	79,7	0,4	**100,0**
RAM	0,4	38,6	48,4	10,7	2,3	**100,0**
Total	**14,1**	**28,6**	**19,4**	**51,5**	**0,4**	**100,0**

FONTE: GPP, A PARTIR DE INE RGA 2009 E IEEA 2016

PREDOMINAM AS EXPLORAÇÕES DE REDUZIDA DIMENSÃO ECONÓMICA MAS QUE REPRESENTAM UMA MINORIA DA SAU E DO VALOR DA PRODUÇÃO E DA SAU

A dimensão económica média é baixa com 19,8 mil Euros de VPP. Mas mais uma vez verifica-se a grande diversidade. Assim, **73% das explorações são de Muito Pequena Dimensão Económica** (VPP < 8.000 €) e 16% de Pequena Dimensão Económica (VPP >= 8 000 e < 25 000 €), num total de 88,4% das explorações e 30,2% da SAU, a que corresponde 70% do volume de trabalho.

Em contrapartida, as explorações de Média Dimensão Económica (VPP >= 25 000 e < 100 000 €) perfazem 8% das explorações, reúnem 20% do VPP total, 27% da SAU e 13,4% da UTA total. As explorações de Grande Dimensão Económica (>=100 000 €) correspondem a 3,6% do total de explorações, concentram 60% do VPP Total, 43,3% da SAU e 16,5% da UTA Total.

Em termos de Regiões agrárias a dimensão económica média varia entre 7 330 € na RA Madeira e 43 604 € no Alentejo.

Os dados estatísticos indicam que no País existem 246.149 **produtores singulares que exploram 62,4% da SAU** e apenas 11.397 sociedades que exploram 32,8% da SAU. Esta diferença permite desde logo concluir que a adoção de modelos associativos ao nível das explorações agrícolas é algo fundamental na agricultura portuguesa.

Neste quadro estrutural de predomínio de micro e pequenas explorações, a adoção de formas associativas de gestão ou organização têm um papel muito importante na estruturação da produção (sociedades de agricultura de grupo, outro tipos de sociedades comerciais, de cooperativas ou de outras formas societárias).

Em termos de natureza jurídica 98,5% dos produtores singulares desenvolvem a atividade como autónomos e apenas 1,5% como empresário

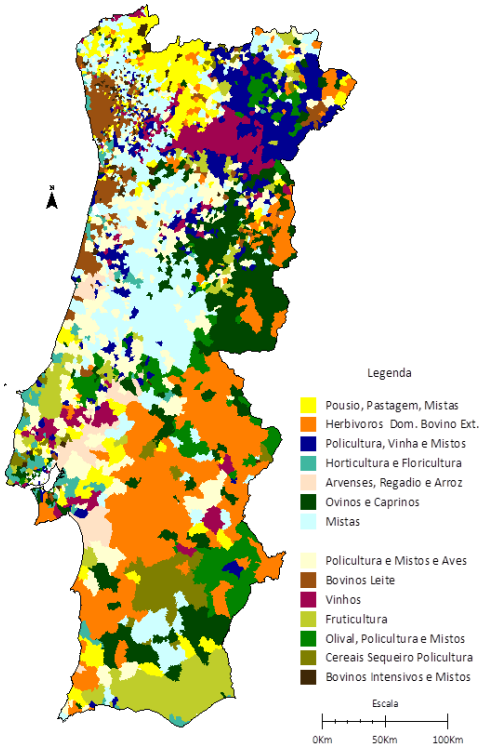
A análise das explorações agrícolas segundo a Orientação Técnico Económica (OTE) aponta para a especialização crescente da agricultura portuguesa, quer pelo ganho de importância do número de explorações especializadas (66,6% em 2009 e 70,2% em 2016), a sua superfície agrícola utilizada (77,4% em 2009 e 79,6 em 2016), ou o seu valor de produção padrão (85,9% em 2009 e 88,1% em 2016).

GRÁFICO 27: EVOLUÇÃO DO GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA (2009-2016)

FONTE: GPP, A PARTIR DE INE RGA 2009 E IEEA 2016

O IEEA 2016 indica a região de Trás-os-Montes como a que tem mais explorações especializadas no país e que são cerca de 76% do total da região e, as regiões de Entre o Douro e Minho e da Beira Litoral como as que têm maior concentração de explorações mistas.

FIGURA 2: PADRÕES DE ORIENTAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO



FONTE: GPP, A PARTIR DE RA 09.

RECURSO A PRÁTICAS DE GESTÃO MUITO REDUZIDO.

Em 2016, apenas 19,2% dos produtores trabalham a tempo inteiro na exploração e demonstram hábitos de gestão muito pouco desenvolvidos. Os últimos dados disponíveis, referentes a 2009, mostram que 94% das explorações não detinham contabilidade, nem qualquer registo sistemático de receitas e despesas, sendo que na Beira Litoral e no Entre Douro e Minho esse número atinge os 97% e 96% respetivamente.

PREDOMINA UMA AGRICULTURA ASSENTE NA PLURIATIVIDADE E PLURIRRENDIMENTO DOS AGRICULTORES E SUAS FAMÍLIAS

A pluriatividade dos agricultores (acumulação da atividade agrícola com outras atividades remuneradas, quer nos sectores industrial e de serviços quer no próprio sector agrícola) **e a atividade a tempo parcial continuam a ter grande expressão**, contribuindo para a diversificação dos rendimentos dos agregados familiares dos agricultores. Embora esta não especialização reflita um menor profissionalismo, contribui para a sustentabilidade das explorações de menor dimensão e para a redução das dificuldades das famílias em situações de crise.

Verifica-se que 80,2% das pessoas que compõem a mão-de-obra agrícola desenvolvem a sua atividade a tempo parcial e apenas 19,8% dedicam a totalidade do seu tempo à exploração. No IEEA 2016 verificou-se também que havia 58,1 mil produtores singulares com outras atividades lucrativas não relacionadas com a agricultura, correspondendo a 23,6%.

Diretamente relacionado com a pluriatividade verifica-se o correspondente plurirrendimento que provém, quer das outras atividades remuneradas, de remessas de emigrantes, quer de reformas e outros rendimentos sociais.

A dependência do exterior da exploração é evidente quando se considera a origem do rendimento do agregado doméstico do produtor singular. O IEEA refere que apenas 6,1% (15,2 mil) dos produtores tem como origem do seu rendimento exclusivamente a exploração agrícola, enquanto em 81,1% (199,6 mil) a origem é principalmente do exterior da exploração.

O IEEA 2016 identifica 143,2 mil produtores cujo rendimento principal provém de pensões e reformas, o que que corresponde a mais de 58% do total de produtores singulares e a cerca de 72% do total de explorações cujo rendimento é principalmente de origem exterior à exploração. Refere ainda que 10,1% dos produtores tem o seu rendimento principal em atividade do setor secundário e 18,9% do setor terciário.

Com a origem do rendimento a vir principalmente da exploração agrícola, o IEEA apresentou 34,5 mil produtores singulares, que representam 12,8% do total. Juntando estes aos que têm na exploração a exclusividade do rendimento, há 46,6 mil explorações que correspondem a 18,9%.

AGRICULTURA FAMILIAR E PROFISSIONAL: DOIS PAPÉIS DISTINTOS

A atividade agrícola portuguesa assenta, fundamentalmente, em dois modos principais de exploração:

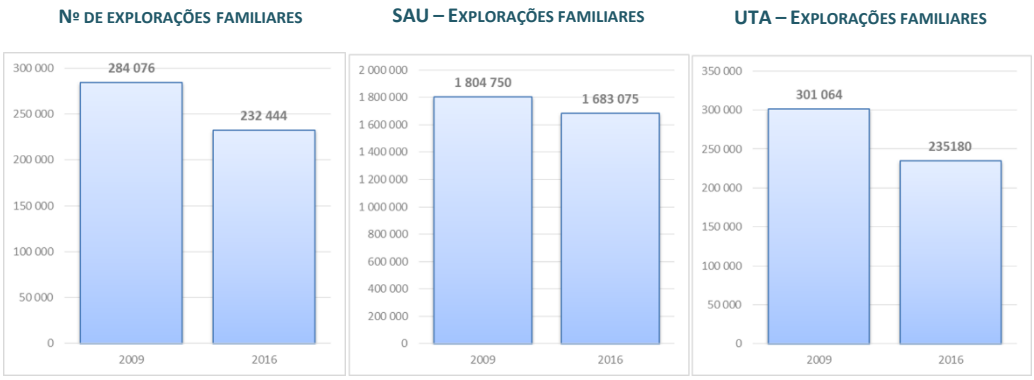
- A Agricultura mais profissional, que recorre numa maior proporção à mão-de-obra assalariada, é essencialmente de grande e média dimensão económica. Assenta em dois grandes tipos de explorações. As primeiras, com elevado potencial produtivo, com sistemas de produção modernos e tecnologicamente diferenciados, sendo especializadas mais frequentemente em horto-indústria, horticultura e floricultura, olival intensivo, vinha e suínos e aves. As segundas são caracterizadas por apresentarem uma estrutura fundiária com dimensão suficiente para suportar sistemas de produção assentes na extensificação, mais especializados na pastorícia e silvo-pastorícia. Estas explorações encontram-se mais representadas nas regiões do Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo, sendo responsáveis pela maioria da produção, ocupando a maior parte da SAU mas representando uma minoria dos agricultores.

- A Agricultura familiar, que recorre numa maior proporção à mão-de-obra familiar e que tende a ser realizada em explorações de pequena e média dimensão física e de pequena e muito pequena dimensão económica que tem apresentado indicadores de menor resiliência. Composta por explorações que tendem a ser pouco especializadas ou não especializadas, com frequente recurso ao plurirrendimento e à pluriatividade. Estas explorações encontram-se mais presentes nas regiões Norte, Centro e Algarve, correspondem à grande maioria dos agricultores mas são minoritárias em termos de valor da produção e proporção da SAU.

AGRICULTURA FAMILIAR COM IMPORTANTE PAPEL MAS COM ELEMENTOS DE PRESSÃO ACENTUADOS

O inquérito realizado às estruturas das explorações agrícolas evidenciou que em 2016 existiam cerca de 232 mil explorações agrícolas classificadas como familiares, representando 90 % do total das explorações, 46,2 % da SAU e cerca de 74 % do trabalho total agrícola.

GRÁFICO 28: EVOLUÇÃO DOS DADOS GLOBAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR



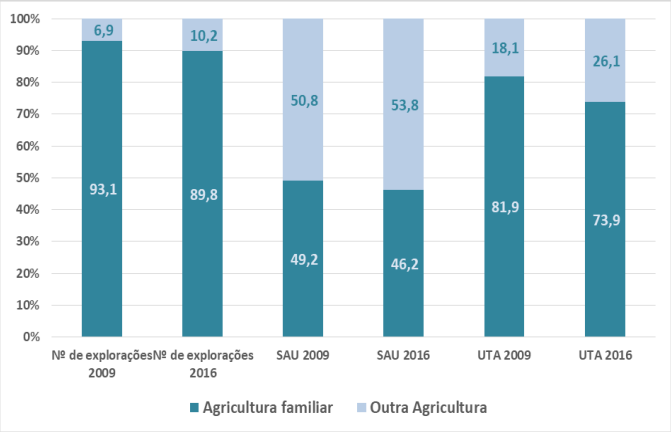
Fonte: Recenseamento agrícola 2009 e Inquérito às estruturas das explorações agrícolas 2016

O mesmo inquérito constata que a importância da agricultura familiar tem vindo a diminuir dado que, entre 2009 e 2016, o número de explorações familiares decresceu 18,2 %, a sua SAU decresceu 6,7% e o volume de trabalho decresceu 21,2%.

AGRICULTURA FAMILIAR COM ELEVADA REPRESENTATIVIDADE EM TODAS AS REGIÕES MAS COM EXPRESSÃO NA SAU DIFERENCIADA

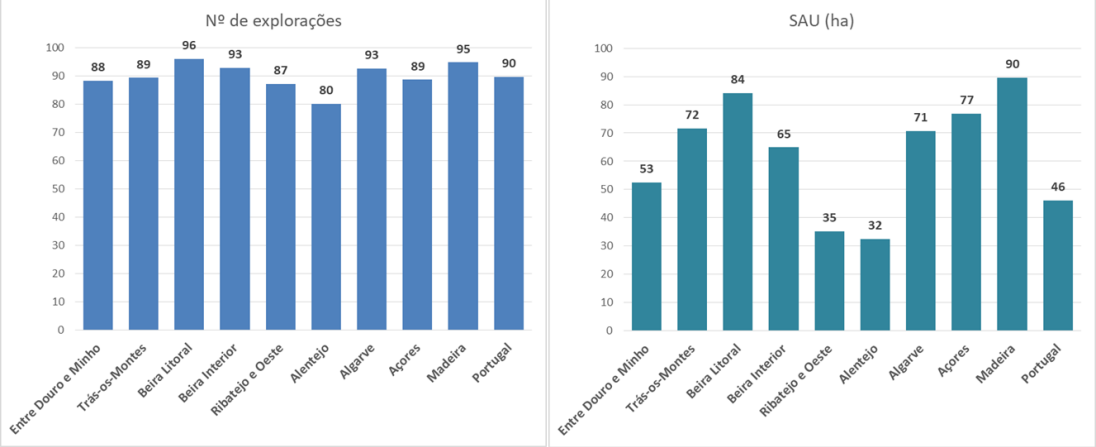
Em termos de representatividade, a proporção de explorações de agricultura familiar é elevada em todas as regiões (acima dos 80%), mas por outro lado SAU gerida por estas explorações é muito variável entre regiões, apresentando valores a variarem dos 32% no Alentejo aos 77% nos Açores e 90% na Madeira.

GRÁFICO 29: IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM



Fonte: Recenseamento agrícola 2009 e Inquérito às estruturas das explorações agrícola 2016

GRÁFICO 30: IMPORTÂNCIA REGIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR - 2016



Fonte: Recenseamento agrícola 2009 e Inquérito às estruturas das explorações agrícola 2016

Em termos de características estruturais das explorações familiares assistiu-se a um aumento da SAU por exploração (+12%), a uma diminuição das UTA por exploração (-9 %) e das UTA por SAU (-16%).

QUADRO 15: CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DAS EXPLORAÇÕES FAMILIARES

	Familiar 2016	Não familiar 2016	Familiar 2009
SAU/EXP (ha)	7,2	73,8	6,4
UTA/EXP	1,0	3,1	1,1
UTA/SAL (uta/100ha)	14,0	4,2	16,7

Fonte: Recenseamento agrícola 2009 e Inquérito às estruturas das explorações agrícola 2016

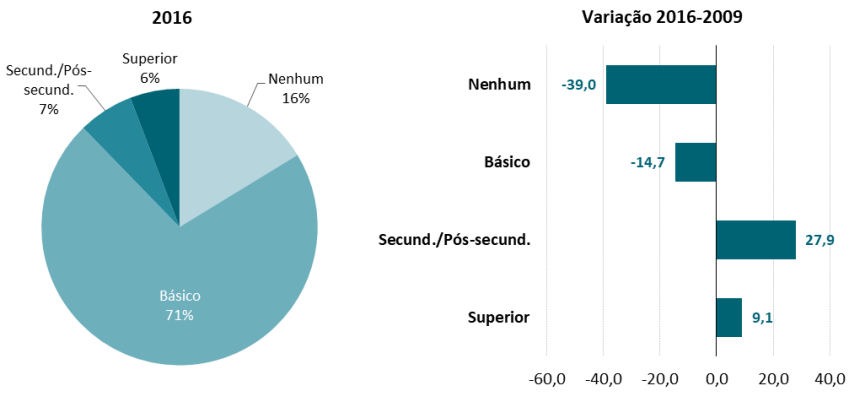
NÍVEL DE ESCOLARIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

PRODUTORES COM BAIXA ESCOLARIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (INDICADOR C15[31])

Em 2016 apenas 13% dos produtores detinham o ensino secundário ou superior, sendo que cerca de 71% dos produtores apenas completou o ensino básico e 16% não completaram qualquer nível de instrução.

Relativamente à formação agrícola, apenas 1% dos produtores agrícolas tem formação agrícola completa (secundário ou superior agrícola) e 44% profissional, apresentando a maioria (55%) experiência exclusivamente prática. Entre 2009 e 2016, verificou-se uma evolução negativa dos produtores com experiência exclusivamente prática (-49,4%) e um crescimento bastante significativo do número de produtores com curso de formação profissional em atividades agrícolas (271,6%), o que se deveu à obrigatoriedade de formação para o manuseamento de fitofármacos. Também a formação completa teve uma variação positiva face a 2009 de 6,8%.

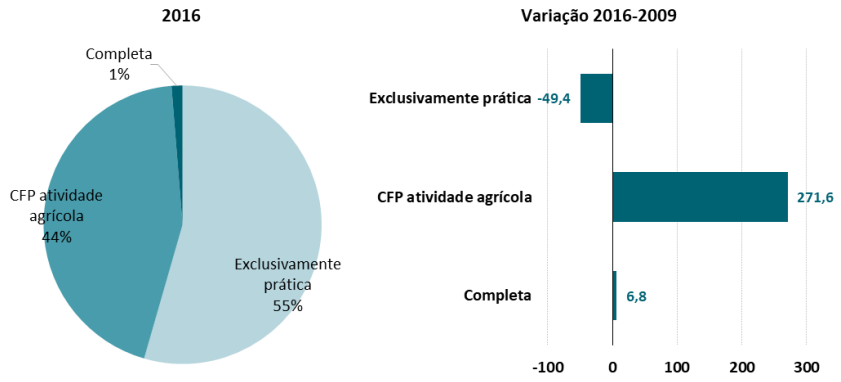
GRÁFICO 31: ESTRUTURA DO NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS EM 2009 E 2016



FONTE: GPP A PARTIR DE RA 2009 E IEEA 2016, INE

[31] O indicador fornece informação sobre a percentagem de gestores da exploração que obtiveram níveis de formação básica ou completa, na área agrícola. O indicador de contexto C15 encontra-se analisado no diagnóstico do objetivo transversal e OE7.

GRÁFICO 32: ESTRUTURA DA FORMAÇÃO AGRÍCOLA DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS EM 2016 E VARIAÇÃO FACE A 2009

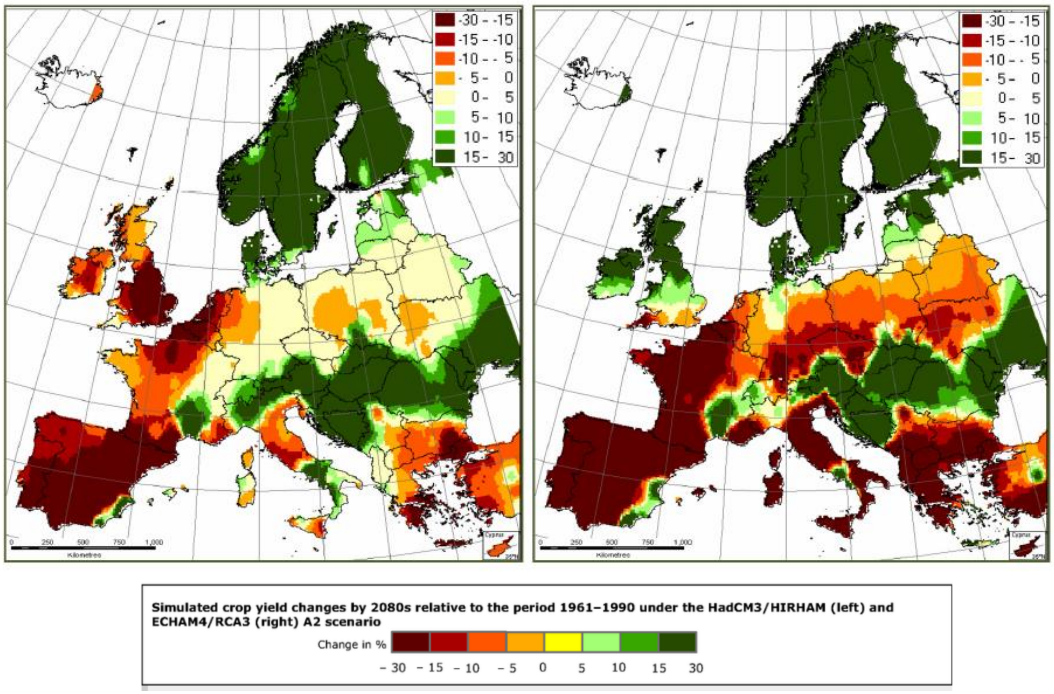


FONTE: GPP A PARTIR DE RA 2009 E IEEA 2016, INE

VI. FATORES CONDICIONANTES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: ÁGUA E SOLO

A ÁGUA É UM FATOR LIMITANTE DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA; EXPOSIÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, CONDUZINDO A PERDAS DE RENDIMENTO COM O AJUSTAMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA, NOMEADAMENTE COM A ADOÇÃO DE PRÁTICAS ADAPTATIVAS E MITIGADORAS

FIGURA 3: CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO DAS PRODUTIVIDADES AGRÍCOLAS MÉDIAS PARA A EUROPA PARA O FINAL DO SÉC. XXI, FACE AOS VALORES ATUAIS



Fonte: Estudo PESETA/JRC com base em dados IPCC (COM

Nas condições climáticas mediterrânicas, a **água é o principal fator limitante da produção agrícola**, não porque a precipitação anual seja insuficiente mas porque é mal distribuída no tempo face às necessidades hídricas das culturas: não chove quando a temperatura é mais favorável para produzir. Apesar do nível de incerteza, o conhecimento científico está hoje suficientemente consensualizado sobre as tendências de alteração do clima, pelo que a necessidade de adaptação para minimização dos seus efeitos se vem tornando incontornável.

Tais efeitos terão consequências sobre a agricultura, tendo em conta a sua especial dependência das condições climáticas, e sobre o território, determinando novos padrões de distribuição do coberto vegetal e de ocupação do solo.

Assim, na região mediterrânica, em que Portugal se insere, **o regadio constitui um elemento estratégico para o desenvolvimento da agricultura e dos territórios rurais, promoção da coesão social e territorial, combate à desertificação e adaptação às alterações climáticas**.

O REGADIO, FATOR INDISPENSÁVEL NAS CONDIÇÕES EDAFO-CLIMÁTICAS DE PORTUGAL CONTINENTAL

Num quadro previsível de menores disponibilidades hídricas anuais e de maior variabilidade pluviométrica, o recurso ao regadio assume uma importância relevante para reduzir a vulnerabilidade e incrementar a resiliência de alguns sistemas de produção agrícolas.

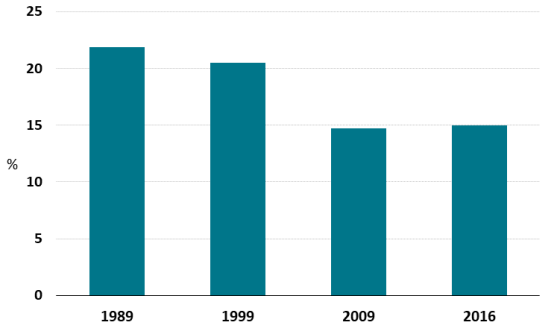
APENAS 15% DA SAU É IRRIGÁVEL - INDICADOR C18[32]

Em 2016 a superfície regada correspondeu a 13% da SAU [33] (474 mil hectares), tendo vindo a assistir-se a uma diminuição desta proporção nos últimos 20 anos, principalmente em resultado da redução da SAU em zonas de pequena agricultura com regadio.

[32] O indicador apresenta a área total irrigável e é expresso em hectares (ha) em percentagem da superfície agrícola utilizada (SAU). A informação relativa às Regiões Autónomas poderá ser consultada nos diagnósticos específicos destas regiões.
[33] IEEA 2016

No entanto e inversamente, verificou-se que a proporção de superfície irrigável efetivamente regada aumentou no mesmo período cerca de 21%, o que demonstra o aproveitamento crescente das infraestruturas de rega existentes. No ano de 2016, foi efetivamente regada 86,5% da área equipada.

GRÁFICO 33: PROPORÇÃO DA SUPERFÍCIE IRRIGÁVEL NA SAU (%)

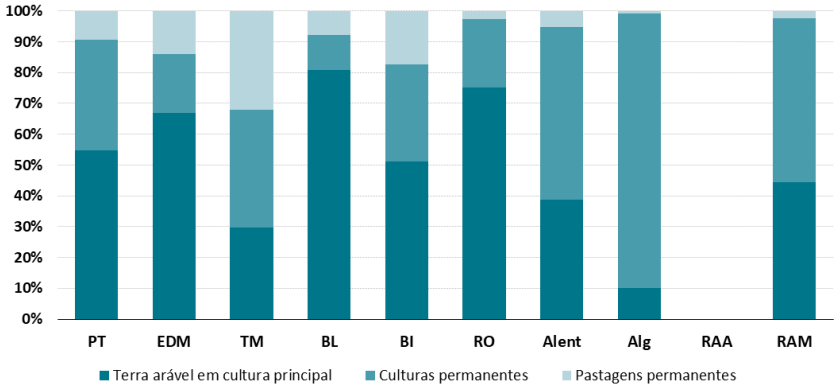


FONTE: GPP, A PARTIR DE INE

A superfície irrigável é de 548 mil hectares, compreendendo 133 mil explorações com infraestruturas de rega instaladas, o que corresponde a cerca de 15% da superfície agrícola utilizada (SAU) e a cerca de 51% das explorações.

A nível regional a superfície irrigável concentra-se, em regra, nas terras aráveis em cultura principal, sendo mais expressiva nas regiões de Entre o Douro e Minho (66%), Beira Litoral (81%) e Ribatejo e Oeste (75%). Na região do Algarve a superfície irrigável centra-se sobretudo em culturas permanentes (89%).

GRÁFICO 34: SUPERFÍCIE IRRIGÁVEL, POR TIPO DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS NAS REGIÕES AGRÁRIAS (2016)



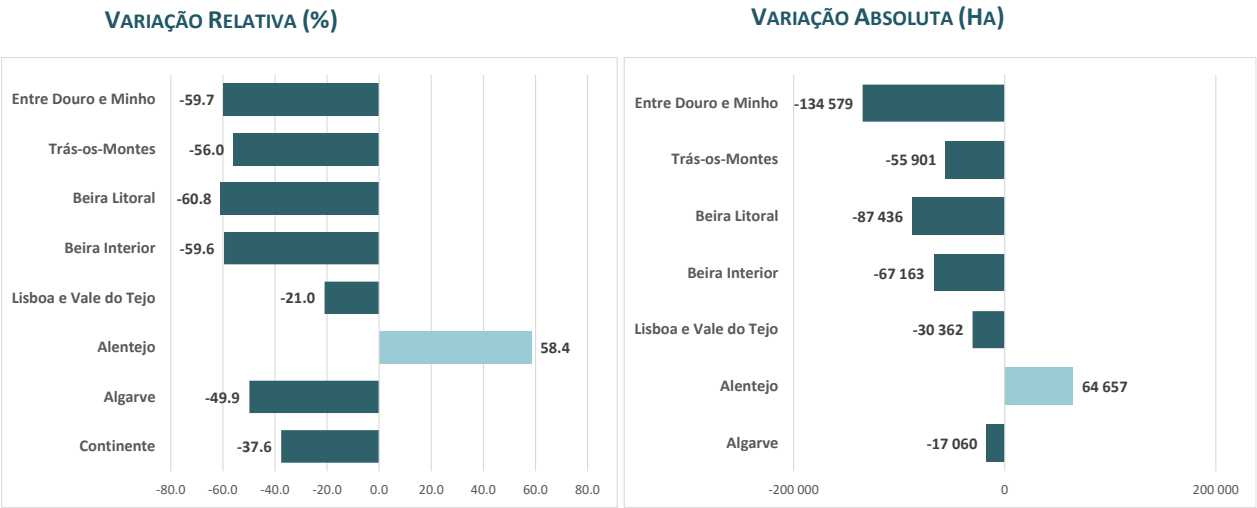
FONTE: INE

DIMINUIÇÃO DA SUPERFÍCIE IRRIGÁVEL, EM PARTICULAR NAS CLASSES DE MENOR DIMENSÃO FÍSICA

A diminuição da superfície irrigável em termos globais resulta de uma diminuição acentuada nas regiões marcadas pelas explorações familiares de pequena dimensão, onde predominavam regadios tradicionais. De facto, a redução da superfície irrigável observada nas últimas décadas, mais marcada no norte do país, não deve ser vista como um problema específico do regadio, mas antes como uma consequência da diminuição do número de explorações agrícolas que se tem vindo a verificar desde 1989, com causas relacionadas, por um lado, com a perda de população dos territórios do interior, sendo, nesse caso, uma questão transversal à sociedade e do domínio da coesão territorial, e, por outro lado, com a transferência da atividade económica

do sector agrícola para os outros sectores, em virtude de processos de urbanização dos territórios e da terciarização da economia. No entanto, essa quebra foi atenuada pelo aumento de superfície irrigável no Alentejo, decorrente da entrada em funcionamento do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva.

GRÁFICO 35: EVOLUÇÃO DAS SUPERFÍCIE IRRIGÁVEL NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR REGIÃO 1989-2016

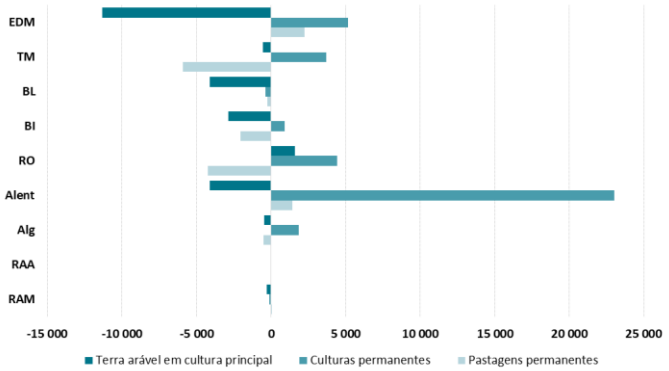


FONTE: INE

Este Empreendimento permitiu o aparecimento de novos regadios modernos e estruturados. Nestes casos, a coexistência de alguma dimensão fundiária e acesso à terra, capacidade empresarial e financeira, e disponibilidade de água para irrigação, levou ao aparecimento de explorações com elevado potencial produtivo, com sistemas de produção modernos e tecnologicamente diferenciados, onde o regadio é mais eficaz.

Na análise de um período mais recente, de 2009 a 2016, constata-se uma inversão no quadro global. A superfície irrigável apresenta um ligeiro aumento (1,3%), mas as variações dos vários tipos de superfície irrigável continuam a mostrar o mesmo padrão, ou seja, uma diminuição acentuada nas regiões marcadas pelas explorações familiares de pequena dimensão e principalmente na terra arável e um aumento no Alentejo, normalmente associado a culturas permanentes.

GRÁFICO 36: VARIAÇÃO DA SUPERFÍCIE IRRIGÁVEL POR TIPO DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS NAS REGIÕES AGRÁRIAS (2009-2016)



FONTE: INE

QUADRO 16: SUPERFÍCIE IRRIGÁVEL POR REGIÃO AGRÁRIA, EM 2016

Regiões agrárias	Superfície irrigável		Peso na SAU	Variação 2016-2009
	hectares	%	%	%
EDM	90 938	16,6	45,8	-4,1
TM	43 953	8,0	9,7	-5,8
BL	56 385	10,3	45,9	-7,7
BI	45 571	8,3	12,8	-8,1
RO	114 330	20,9	30,2	1,6
Alent	175 410	32,0	9,2	13,1
Alg	17 158	3,1	18,0	5,4
RAA				
RAM	4 092	0,7	83,6	-8,4
TOTAL	**547 837**	**100,0**	**15,0**	**1,3**

FONTE: INE

VALOR ACRESCENTADO

Em condições naturais, a água é fornecida à planta pela chuva. Num país como Portugal, com as particularidades climatéricas que o caracterizam e onde se distinguem claramente duas estações (uma estação seca, com precipitação quase nula, coincidindo com as temperaturas mais elevadas, e uma estação chuvosa em que ocorre a maior parte da precipitação, coincidindo com as temperaturas mais baixas), grande parte do território está sujeito a condições de escassez de água durante períodos cruciais para o desenvolvimento das plantas.

Nestas condições, determinados tipos de sistemas de produção agrícola não são viáveis sem o recurso a sistemas de irrigação que realizem artificialmente a distribuição da água ao longo do tempo. Ou seja, sistemas que transportem a água que cai em abundância nos meses de inverno e que é retida em barragens, represas ou mesmo aquíferos subterrâneos, e distribuam a sua disponibilidade ao longo do ano, nomeadamente, durante os períodos com temperaturas mais favoráveis ao crescimento e desenvolvimento das plantas.

Os sistemas de irrigação e a agricultura irrigada no território nacional desempenham historicamente, e na atualidade, uma função essencial de suporte a determinados sistemas agrícolas, tornando-os muito menos dependentes da variabilidade das condições climatéricas que se verifica de ano para ano neste tipo de climas e dando sustentabilidade económica ao desenvolvimento de certos territórios que, sem este tipo de recurso, passariam provavelmente por processos de abandono da atividade agrícola.

O predomínio da superfície irrigável na SAU verifica-se sobretudo no litoral, sobretudo, no Centro e Norte do país.

Esse é certamente um dos motivos por que a produtividade da terra é superior nesses territórios. De facto, de acordo com dados da RICA, **a produtividade da terra em explorações de regadio é superior à das explorações de sequeiro** para todas as classes de dimensão das explorações, sendo 50% superior nas explorações mais pequenas e sendo 3 vezes superior nas explorações de maior dimensão.

REGADIO, CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE DAS EXPLORAÇÕES.

Assim, tendo por base as dinâmicas demonstradas anteriormente, associadas claramente à dimensão física das explorações, procurou-se avaliar os contributos dos sistemas agrícolas de regadio para a sua sustentabilidade económica. Para esse efeito, interessa tentar estabelecer um quadro de comparação entre explorações de regadio e de sequeiro, recorrendo a alguns indicadores que permitam avaliar, por classe de dimensão física, a produtividade e rentabilidade da terra destes tipos de explorações.

A fonte de informação disponível que melhor se adequa a este tipo de comparações é a base de dados da RICA (http://www.gpp.pt/rica/). Uma vez que na amostra RICA a unidade de análise, ou seja, a unidade para a qual se consegue obter resultados económicos, é a exploração agrícola e não a atividade, como seria desejável, foi necessário proceder-se á classificação das explorações quanto ao seu regime, explorações de regadio ou de sequeiro, para posteriormente ser possível a sua comparação.

Para esse efeito, e tendo por base uma amostra constante de sete anos de explorações da amostra RICA, totalizando 873 observações (323 classificadas como explorações de regadio e 550 de sequeiro), realizou-se uma classificação em explorações de regadio e de sequeiro, procedendo-se posteriormente a um conjunto de análises no sentido de avaliar indicações do possível contributo que o regadio, de uma forma geral, tem dado para a sustentabilidade económica das explorações agrícolas, nomeadamente, o aumento da produtividade dos solos, a promoção do emprego, maiores remunerações do fator terra e logo menor tendência para o abandono.

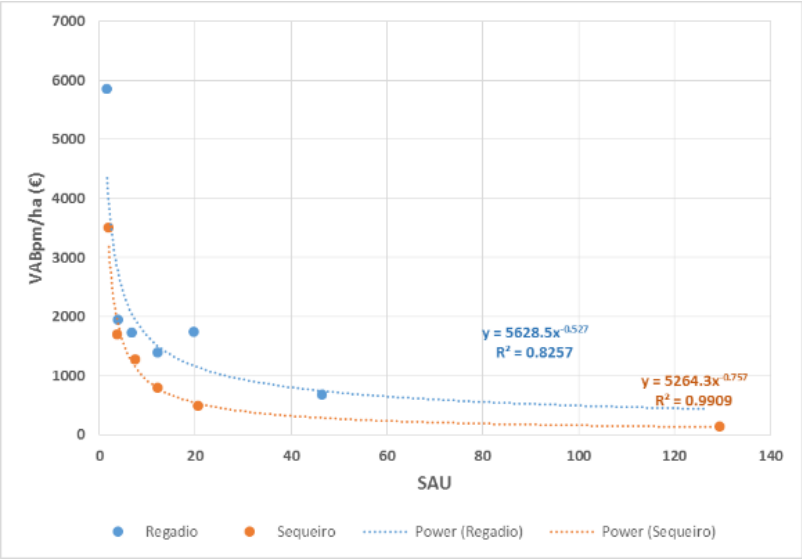
Para se comparar os dois regimes quanto à produtividade dos solos considerou-se o indicador **Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado por ha de SAU** por classe de dimensão física das explorações. Para comparar a promoção de emprego dos dois regimes utilizou-se o **volume de mão-de-obra total por ha de SAU** (UTA/Ha).

Na comparação da remuneração do fator terra, e dada a impossibilidade de ter na amostra RICA dados atuais do valor da terra para se calcular uma taxa de remuneração, optou-se por comparar o indicador absoluto em €, **remuneração da terra por HA de SAU**. Por outras palavras o resultado que sobra depois de remunerados todos os outros fatores, nomeadamente o capital e o trabalho. O trabalho familiar foi remunerado ao salário mínimo.

Os indicadores propostos, apurados por classe de dimensão física, foram representados sob a forma gráfica. A partir destes foram traçadas linhas de tendência, de forma a permitir uma comparabilidade visual e analítica. Como se pode verificar pelas Figuras, as linhas de tendência que têm por base as explorações classificadas como explorações de regadio, comparam favoravelmente com as de sequeiro em todos os indicadores considerados.

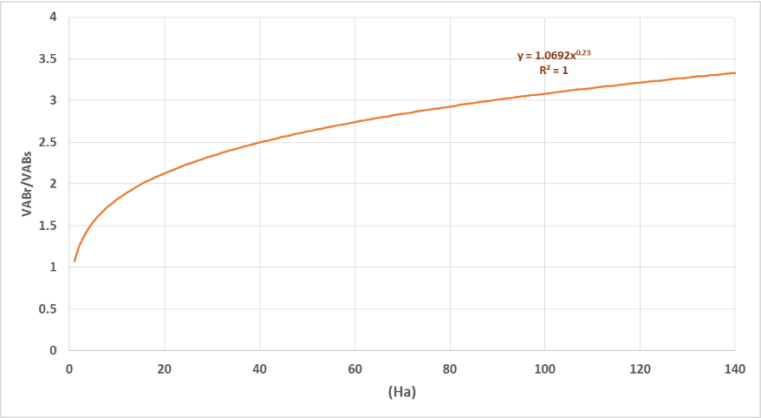
Da figura verifica-se que a curva de tendência da produtividade do solo das explorações de regadio é sempre superior à de sequeiro.

GRÁFICO 37: PRODUTIVIDADE DA TERRA (VABPM/HA)



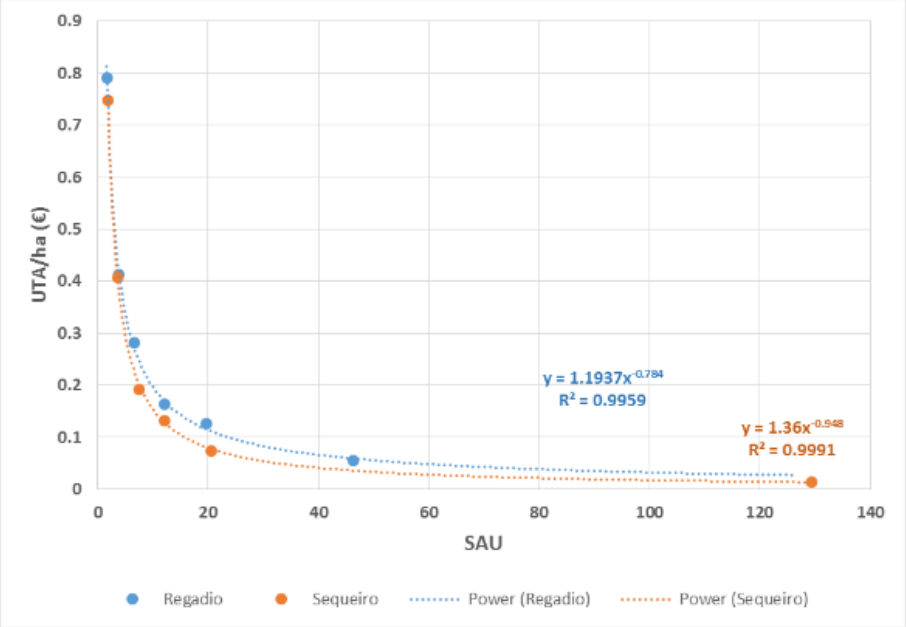
A proporção entre estas linhas de tendência, ou seja entre a produtividade das explorações de regadio e de sequeiro pode ser olhada através da proporcionalidade entre as duas funções que definem as referidas curvas. Desta proporcionalidade, (Yr/Ys)= [(5628.5X^-0.527)/(5264.3X^-0757)], obtém-se uma nova curva que representará a proporcionalidade entre as produtividades em função da superfície das explorações.

GRÁFICO 38: PROPORCIONALIDADE PRODUTIVIDADE DA TERRA REGADIO/ SEQUEIRO (VABPM/HA)



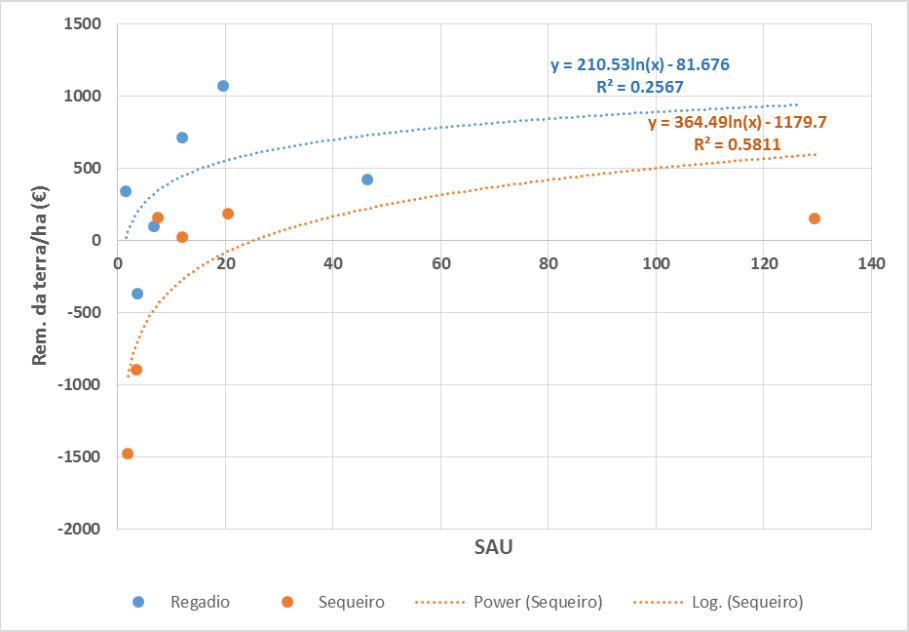
O regadio tem, também impacto na mão-de-obra sendo maior promotor de emprego que o sequeiro. No entanto a diferença demonstrada no gráfico não é tão acentuada como se esperaria.

GRÁFICO 39: EMPREGO PROPORCIONADO POR HA - UTA/HA



No que diz respeito à retribuição do fator terra, verifica-se claramente que uma maior capacidade remunerar o solo. É também de salientar, que a curva de tendência das explorações de sequeiro mostra que abaixo de um certo limiar a retribuição do fator terra é negativa.

GRÁFICO 40: RETRIBUIÇÃO DO FATOR TERRA



OS SISTEMAS DE REGADIO SÃO CONSIDERAVELMENTE MAIS PRODUTIVOS, PROMOVEM MAIOR NÍVEL DE EMPREGABILIDADE E DÃO SUSTENTABILIDADE A DETERMINADOS SISTEMAS AGRÍCOLAS

Esta breve análise vem confirmar a ideia de senso comum, que os sistemas de regadio são consideravelmente mais produtivos, promovem maior nível de empregabilidade e dão sustentabilidade a determinados sistemas agrícolas, mas também indicam ainda a necessidade de estudar mais aprofundadamente a interação destes dados económicos com outras variáveis, designadamente as dinâmicas regionais nomeadamente as referentes à estrutura fundiária.

EXPLORAÇÕES DE REGADIO E DE SEQUEIRO: PRODUTIVIDADE DA TERRA.
Para a realização da comparação entre explorações de regadio e de sequeiro, utilizaram-se indicadores que permitem avaliar a produtividade destes tipos de explorações, tendo presente as diferenças entre as várias classes de dimensão física.

Classificação empírica das explorações

Quando o peso da superfície irrigável na SAU, excluindo o pousio, é superior a 40%, em cada um dos sete anos de presença na amostra, a exploração é considerada de regadio; caso contrário, de sequeiro. A exploração foi classificada na tipologia que representa a maior parte dos anos na amostra.

A fonte de informação disponível que melhor se adequa a este tipo de comparações é a base de dados da RICA (http://www.gpp.pt/rica/). Uma vez que na amostra RICA a unidade de análise, ou seja, a unidade para a qual se consegue obter resultados económicos, é a exploração agrícola e não a atividade, como seria desejável, foi necessário proceder-se á classificação das explorações quanto ao seu regime, explorações de regadio ou de sequeiro, para posteriormente ser possível a sua comparação.

Para esse efeito, e tendo por base uma amostra constante de sete anos de explorações da amostra RICA, totalizando 873 observações (323 classificadas como explorações de regadio e 550 de sequeiro), realizou-se uma classificação em explorações de regadio e de sequeiro.
Para se comparar os dois regimes quanto à produtividade dos solos considerou-se o indicador Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado por ha de SAU por classe de dimensão física das explorações

O Regadio: instrumento para a gestão sustentável dos recursos hídricos em contexto de alterações climáticas

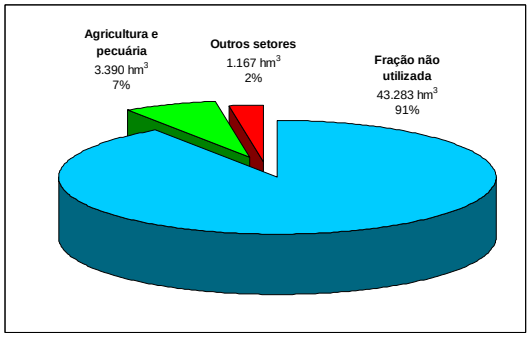
Preservar o ambiente e assegurar a perenidade dos recursos naturais numa ótica de desenvolvimento sustentável, tem sido a orientação estratégica do Ministério da Agricultura, que atribui prioridade à racionalização do aproveitamento e da gestão dos recursos hídricos, em particular através de medidas de apoio ao regadio eficiente e resiliente.

O regadio é um elemento chave na criação de riqueza e de bem-estar das populações na medida em que contribui para o desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais e para a fixação de populações. Instrumento essencial no combate à desertificação dos territórios rurais, contribui fortemente para aumentar a resiliência e competitividade das explorações agrícolas face ao impacte das alterações climáticas, sendo determinante para minorar fatores edafo-climáticos limitativos do desenvolvimento do potencial produtivo.

Por outro lado, as reservas estratégicas de água associadas ao regadio são ainda importantes para a promoção da biodiversidade, de múltiplas atividades socioculturais e estruturantes, como seja o reforço do abastecimento às populações e o combate aos incêndios. Mais, contribui para a diversificação de atividades em meio rural, constituindo um instrumento de desenvolvimento sustentável dos territórios e impulsionador de uma maior coesão territorial, económica e social.

Em Portugal, apenas é utilizada uma pequena parte das disponibilidades hídricas anuais (somente 9% do total). Desta pequena parte que constitui a fração utilizada por todos os setores (4557 hm3), agricultura representa 74%, o que significa que **a agricultura utiliza apenas 7% (3390 hm3) das disponibilidades hídricas anuais nacionais** (Fonte: Plano Nacional da Água, 2016).

Gráfico 41: Disponibilidades hídricas e consumos médios em Portugal



Fonte: PNA, 2016

Em 14 anos verificou-se uma significativa redução do consumo de água no sector agrícola, que reflete o esforço efetuado no sentido de uma utilização mais eficiente da água na agricultura. Assim, entre 2002 e 2016, observou-se **no setor agrícola uma redução no consumo de 43,5%** (Fonte: Plano Nacional da Água 2002 e Plano Nacional da Água 2016).

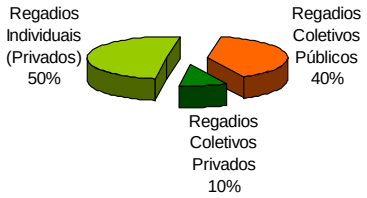
Admite-se que a eficiência global de utilização da água no regadio seja cerca de 60 a 65 %, sendo que parte da fração de água não utilizada (35 a 40 %) retorna ao ecossistema sem qualquer alteração.

O recurso a sistemas de distribuição coletiva de água, baseados em reservas de águas superficiais, em alternativa a explorações individuais sem reservas ou explorando aquíferos sem regulação, tem revelado vantagens não só ao estabelecer garantias de abastecimento, como o acesso equitativo e regulado a este fator crítico.

A gestão coletiva das infraestruturas, com encargos partilhados por todos os beneficiários, facilita a operação das redes, a monitorização da qualidade e quantidade da água utilizada e induz economias de escala nos trabalhos de conservação e exploração das infraestruturas.

Apresenta-se em seguida a distribuição da área equipada para regadio (irrigável) em Portugal Continental em função da sua tipologia:

GRÁFICO 42: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA EQUIPADA (HA) EM PORTUGAL CONTINENTAL (2016)



Regadios Coletivos Públicos	216 253	40 %
Regadios Coletivos Privados ou Tradicionais	52 064	10 %
Regadios Individuais	275 428	50 %
TOTAL	543 745	100%

NOTA: OS REGADIOS PODEM SER INDIVIDUAIS, EM QUE APENAS UM UTILIZADOR USUFRUI DO MESMO, OU COLETIVOS, EM QUE EXISTEM INFRAESTRUTURAS DE DISTRIBUIÇÃO A VÁRIOS BENEFICIÁRIOS. AS OBRAS COLETIVAS CLASSIFICADAS NO REGIME JURÍDICO DAS OBRAS DOS APROVEITAMENTOS PODEM SER PROMOVIDAS POR INICIATIVA PRIVADA, PÚBLICA OU ATRAVÉS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.

FONTE: DGADR 2019 E INE/IEEA 2016

Os métodos de rega utilizados nas explorações agrícolas alteraram-se nos últimos dois censos, visto que de acordo com o RGA 99 a rega por gravidade representava 78% e no RA 2009 esse valor diminuiu para 32%. Os métodos de rega sob pressão em 1999 representavam 22% e passaram a representar 68% em 2009.

Esta alteração nos sistemas e a procura por métodos cada vez mais eficientes, demonstra a preocupação e consciencialização dos utilizadores no setor agrícola, indicando um progresso assinalável na eficiência de utilização da água para rega.

O investimento público e privado em sistemas mais eficientes na distribuição e aplicação de água de rega, determinaram um acréscimo relevante dos métodos de aspersão e rega localizada em todas as regiões, que é evidenciado pela sua expressão territorial.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE REGADIOS E PROGRAMAS DO PNI2030 NUM CONTEXTO DA PREOCUPAÇÃO CRESCENTE EM MATÉRIA DE GESTÃO EFICIENTE DA ÁGUA, DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO (REVITALIZAÇÃO DO REGADIO EXISTENTE E AUMENTO DA ÁREA REGADA)

De referir a este respeito que o **Programa Nacional de Investimentos 2030** integra os **investimentos em regadio** em território continental, com vista ao aumento da área regada (400 M€) e revitalização do regadio existente (350 M€) através do investimento em reabilitação de regadios tradicionais (enquanto forma de combate ao despovoamento), reabilitação e modernização de regadios, energias renováveis e segurança de barragens. Especificamente a revitalização do regadio existente será determinante para a melhoria das condições de funcionamento das infraestruturas, aumento da eficiência no uso da água e da energia, melhoria das condições de armazenamento e sustentabilidade económica e ambiental.[34]

ELEVADO RISCO DE EROSÃO, PERDA DE MATÉRIA ORGÂNICA, E DESERTIFICAÇÃO DAS TERRAS (INDICADORES C39 E C40)[35]

A comunicação da Comissão Europeia "*Para uma estratégia temática de protecção do solo*"[36], identifica oito **principais ameaças** a que se encontram expostos os **solos** na UE. Esses processos, considerados como **processos de degradação do solo**, são a "*erosão, a diminuição da matéria orgânica, a contaminação, a salinização, a compactação, a perda de biodiversidade, a impermeabilização"* ou selagem, os *"deslizamentos de terras e as inundações*".

A degradação do solo tem um impacto direto na produtividade agrícola e florestal e compromete os serviços essenciais dos ecossistemas, sendo a sua minimização um fator importante na resiliência às alterações climáticas.

---

[34] https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDAzswQA1R63XAUAAAA%3d

[35] Esta temática encontra-se mais desenvolvida no diagnóstico OE5.

[36] CE, 2002. *Towards a Thematic Strategy for Soil Protection - Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions.* Comissão das Comunidades Europeias, 16 de Abril de 2002 – COM (2002) 179, Bruxelas.

De acordo com a proposta de diretiva-quadro do solo, apresentada pela Comissão Europeia em 2007, cerca de 45% dos solos europeus encontravam-se degradados e com baixos teores de matéria orgânica, acentuando-se este problema nas zonas mediterrânicas.

Nas condições edafo-climáticas mediterrânicas de Portugal, a **erosão hídrica do solo** é o principal processo de degradação do solo, devendo-se quer às características do solo e ao declive, quer ao regime pluviométrico, com concentração das chuvas num período relativamente curto do ano e a rápida perda de matéria orgânica por mineralização, devido a temperaturas elevadas na época seca.

FIGURA 4: EROSÃO HÍDRICA DO SOLO (TONELADAS POR HA POR ANO), 2006, UE-27, NUTS 3

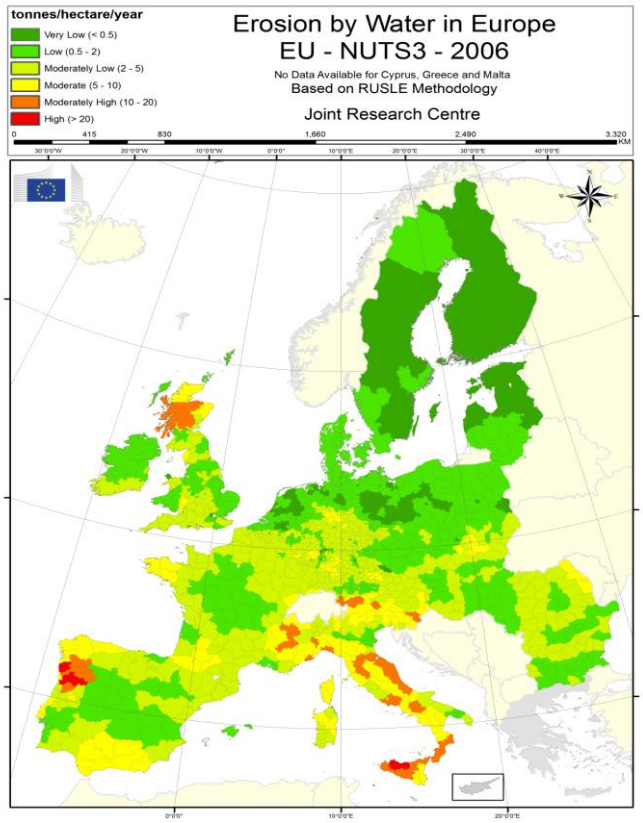
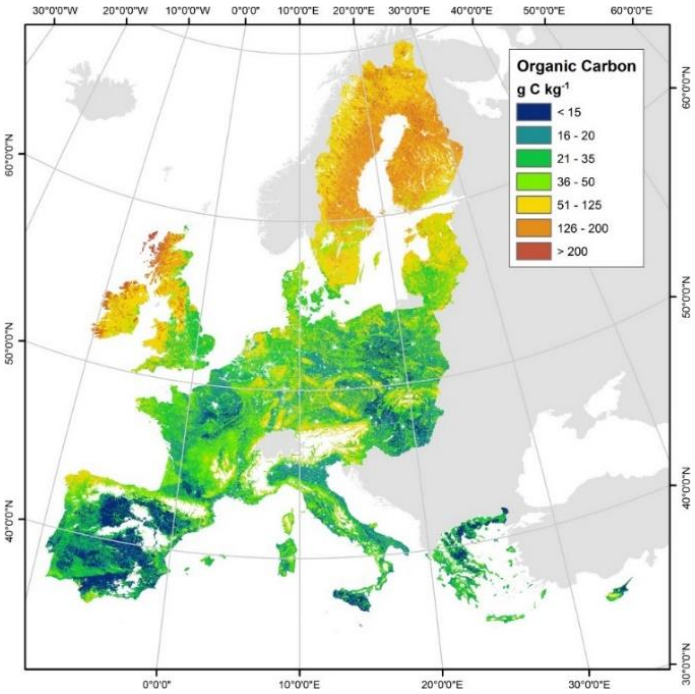


FIGURA 5: TEOR DE MATÉRIA ORGÂNICA NOS SOLOS AGRÍCOLAS (G CARBONO/KG)



Fonte: Joint Research Centre, European Commission

Embora a quantificação daquele fenómeno seja incipiente a nível nacional, as estimativas apresentadas pela Comissão Europeia, com todas as limitações por ela referidas quanto à interpretação desta informação, apontam para uma taxa anual de perda de solo por erosão hídrica em Portugal (2016) de 2,2 ton/ha/ano, valor que está ligeiramente abaixo da média da UE (2,5 ton/ha/ano)

Aproximadamente **18,6% da superfície agrícola**[37] encontra-se em **risco moderado a elevado** de erosão hídrica do solo (perdas superiores a 11 toneladas por hectare por ano).

Além disso, "a **diminuição da matéria orgânica do solo** é particularmente preocupante nas zonas mediterrânicas. Segundo o Gabinete Europeu do Solo, baseado nos poucos dados disponíveis, quase 75% da superfície analisada no sul da Europa têm solos com um teor de matéria orgânica baixo (3,4%) ou muito baixo (1,7%). Os agrónomos consideram que os solos com menos de 1,7% de matéria orgânica se encontram numa fase de pré-desertificação." [38]

Para Portugal, em 2009, as estimativas apontaram para teores de 17,8 megatoneladas de carbono nos primeiros 30cm de camada superficial de terra arável e a um teor médio de matéria orgânica muito reduzido de 10,6 gramas de C por kg de solo.

VII. COMÉRCIO INTERNACIONAL

PAPEL IMPORTANTE DO COMPLEXO AGROFLORESTAL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O complexo agroflorestal e pescas, que inclui o complexo alimentar e o complexo florestal, tem um papel importante no comércio internacional representando, atualmente 11,9% dos valores das exportações (das quais 7,2% do complexo agroalimentar) e 14,0% dos valores das importações (11,3% do complexo agroalimentar), de bens e serviços da Economia. Note-se o ganho de peso do complexo agroalimentar nas exportações (5,4% em 2000 e 7,2% em 2019). Em particular, o sector agrícola gera 1,4% das exportações e 3,3% das importações da economia, mas é de referir que os produtos para serem exportados ou importados requerem frequentemente algum grau de transformação.

QUADRO 17: IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGROFLORESTAL NAS EXPORTAÇÕES E NAS IMPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS DA ECONOMIA (%)

	Exportações		Importações	
	2000	*2019P*	*2000*	*2019P*
Agricultura	0,6	1,4	3,6	3,3
Ind, Alimentares, Bebidas e Tabaco	4,9	5,9	7,2	8,1
Silvicultura	0,2	0,1	0,5	0,3
Ind, Florestais	7,3	4,6	2,9	2,3
Complexo Agroalimentar	5,4	7,2	10,8	11,3
Complexo Florestal	7,5	4,7	3,4	2,6
Complexo Agro-Florestal	12,9	11,9	14,2	14,0

P – DADOS PROVISÓRIOS
FONTE: GPP, A PARTIR DE INE (BASE 2016)
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

DÉFICE COMERCIAL AGROALIMENTAR É ESTRUTURAL NA ECONOMIA PORTUGUESA

[37] Aproximadamente 811 mil hectares
[38] CE, 2002. *Towards a Thematic Strategy for Soil Protection - Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions.* Comissão das Comunidades Europeias, 16 de Abril de 2002 – COM (2002) 179, Bruxelas.

Quanto ao comércio internacional agroflorestal entre 2010 e 2019, **as exportações cresceram acima das importações** (4,3% face a 2,9% ao ano) favorecendo a diminuição do défice da balança comercial agroflorestal, o que terá contribuído para o saldo comercial positivo da economia, destacando-se o sector agrícola com um crescimento das exportações superior ao da média da economia (7,4% face a 6,2% ao ano entre 2010 e 2019). Contudo, a partir de 2014, com a recuperação económica e consequente retoma dos rendimentos, as importações agroflorestais passaram a crescer mais do que as exportações (4,1% face a 2,9% ao ano entre 2014 e 2019).

No conjunto da economia, as exportações cresceram menos do que as importações (3,6% face a 6,2%), o que teve efeitos no saldo comercial da economia que assumiu o valor mais baixo de superavit comercial desde 2014 (203 milhões de euros).

QUADRO 18: EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO AGROFLORESTAL E ECONOMIA (MILHÕES DE EUROS)

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018P	2019P	Taxa de crescimento médio anual (%)		
													2000-2019P	2010-2019P	2018P-2019P
Complexo agroflorestal															
Exportações	4 690	5 484	7 595	8 268	8 638	9 241	9 623	9 963	10 129	10 407	10 911	11 080	4,6	4,3	1,6
Importações	7 158	7 826	10 049	10 783	10 328	10 720	10 637	11 087	11 497	12 167	12 738	12 991	3,2	2,9	2,0
Saldo Comercial	-2 468	-2 342	-2 454	-2 515	-1 690	-1 479	-1 015	-1 124	-1 368	-1 761	-1 828	-1 911			
Complexo agroalimentar															
Exportações	1 968	2 737	4 289	4 757	5 056	5 488	5 840	5 996	6 160	6 331	6 574	6 727	6,7	5,1	2,3
Importações	5 438	6 111	8 117	8 830	8 568	8 871	8 667	9 058	9 387	9 925	10 331	10 544	3,5	2,9	2,1
Saldo Comercial	-3 469	-3 374	-3 828	-4 073	-3 512	-3 383	-2 826	-3 062	-3 226	-3 594	-3 757	-3 817			
Agricultura															
Exportações	207	396	669	680	753	744	873	973	1 028	1 146	1 204	1 270	10,0	7,4	5,5
Importações	1 793	1 924	2 507	2 752	2 686	2 740	2 568	2 731	2 828	2 967	3 111	3 063	2,9	2,3	-1,6
Saldo Comercial	-1 586	-1 528	-1 837	-2 072	-1 933	-1 996	-1 694	-1 759	-1 800	-1 820	-1 907	-1 792			
IABT															
Exportações	1 761	2 341	3 620	4 077	4 303	4 744	4 967	5 023	5 132	5 184	5 370	5 457	6,1	4,7	1,6
Importações	3 645	4 188	5 611	6 078	5 881	6 131	6 099	6 327	6 558	6 958	7 220	7 481	3,9	3,2	3,6
Saldo Comercial	-1 884	-1 847	-1 991	-2 001	-1 579	-1 387	-1 132	-1 304	-1 426	-1 774	-1 850	-2 025			
Silvicultura															
Exportações	67	114	103	121	106	122	97	48	52	56	64	72	0,3	-3,9	12,7
Importações	271	158	188	216	208	264	267	253	267	272	285	287	0,3	4,8	0,6
Saldo Comercial	-204	-44	-85	-94	-102	-141	-170	-206	-215	-215	-222	-215			
Indústria Florestal															
Exportações	2 654	2 632	3 203	3 390	3 476	3 631	3 686	3 920	3 916	4 020	4 273	4 282	2,5	3,3	0,2
Importações	1 449	1 557	1 744	1 737	1 553	1 585	1 704	1 776	1 843	1 971	2 122	2 160	2,1	2,4	1,8
Saldo Comercial	1 205	1 076	1 459	1 653	1 923	2 045	1 982	2 144	2 073	2 049	2 151	2 121			
Complexo Florestal															
Exportações	2 722	2 746	3 306	3 511	3 582	3 753	3 782	3 968	3 969	4 076	4 336	4 353	2,5	3,1	0,4
Importações	1 720	1 714	1 932	1 953	1 761	1 849	1 970	2 029	2 110	2 243	2 407	2 447	1,9	2,7	1,7
Saldo Comercial	1 001	1 032	1 374	1 558	1 822	1 904	1 812	1 939	1 858	1 833	1 929	1 906			
Economia bens e serviços															
Exportações	36 219	42 943	54 008	60 674	63 579	67 526	69 595	72 991	74 989	83 717	89 293	93 119	5,1	6,2	4,3
Importações	50 401	56 858	67 738	68 052	64 411	65 653	69 336	71 662	72 849	81 739	88 445	92 916	3,3	3,6	5,1
Saldo Comercial	-14 182	-13 915	-13 731	-7 378	-833	1 873	259	1 329	2 140	1 978	847	203			
Peso do Complexo Agro-florestal no comércio internacional de bens e serviços (%)															
Exportações	12,9	12,8	14,1	13,6	13,6	13,7	13,8	13,7	13,5	12,4	12,2	11,9			
Importações	14,2	13,8	14,8	15,8	16,0	16,3	15,3	15,5	15,8	14,9	14,4	14,0			

P – dados provisórios

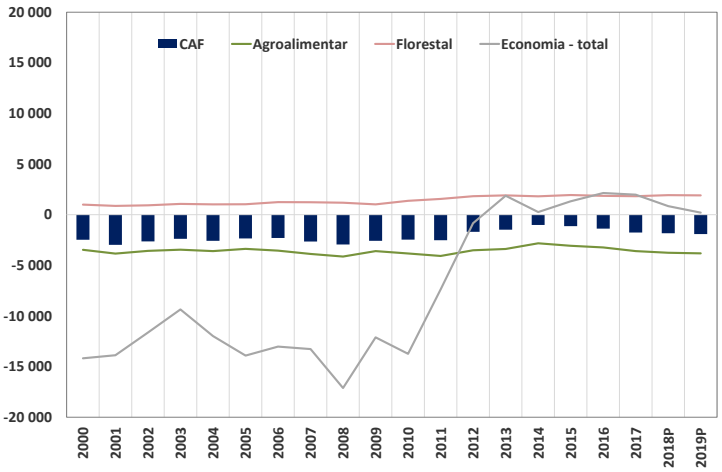
FONTE: GPP, A PARTIR DE CN E CEA (BASE 2016), INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Globalmente, **o saldo da balança comercial agroflorestal é tradicionalmente negativo**, representando um dos défices estruturais importantes da economia portuguesa. **O contributo** das componentes do complexo agroflorestal para o saldo comercial é diferente. Enquanto o **do complexo agroalimentar é negativo, o do sector florestal é positivo**. O complexo florestal representa um contributo importante para a economia nacional, em particular por integrar atividades vocacionadas para o sector exportador.

A DIMINUIÇÃO VERIFICADA NO DÉFICE COMERCIAL AGROALIMENTAR INVERTEU ENTRE 2011 E 2014

O défice comercial agroflorestal diminuiu no período 2011-2014 (de 2,5 mil milhões de euros para 1,0 mil milhões de euros), durante o período de recessão da economia nacional, contribuindo positivamente para o saldo comercial da economia. Esta evolução resultou sobretudo da diminuição do défice comercial agroalimentar (de 4,1 mil milhões de euros para 2,8 mil milhões de euros), e em menor grau do superavit florestal que registou melhorias (de 1,6 mil milhões de euros para 1,8 mil milhões de euros). Já a partir de 2014, a tendência inverteu-se com o défice comercial agroflorestal a crescer, atingindo os 1,9 mil milhões de euros em 2019.

GRÁFICO 43: SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL E RESPETIVAS COMPONENTES E ECONOMIA (MILHÕES DE EUROS)



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CN E CEA (BASE 2016), INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

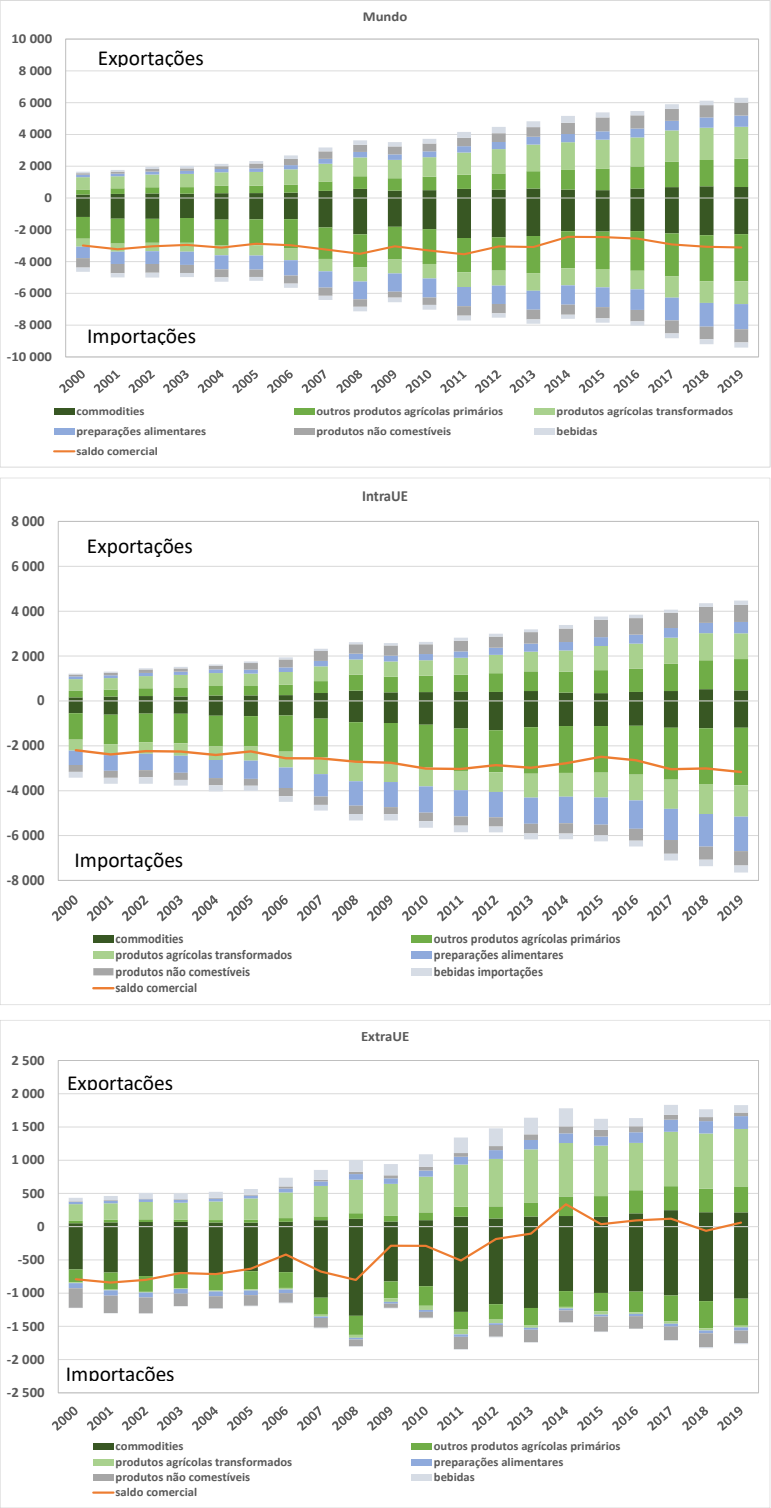
MANUTENÇÃO DO DÉFICE COMERCIAL AGROALIMENTAR COM OS PAÍSES INTRA-UE E SUPERAVIT COMERCIAL COM OS PAÍSES EXTRA-UE A PARTIR DE 2014 (INDICADOR C30)

De acordo com a terminologia DGAgri[39], Portugal apresenta um saldo comercial agroalimentar negativo (-3,1 milhões de euros em 2019), com as importações a superarem as exportações agroalimentares (9,4 milhões de euros face a 6,3 milhões de euros, em 2019), em particular as importações de "**commodities**" (e.g. milho, soja) e de "**outros produtos agrícolas primários**" (e.g. carne) que representam 56% das importações alimentares. Já em relação às exportações alimentares destaquem-se os **produtos agrícolas transformados** (e.g. azeite, vinho) e os **outros produtos agrícolas primários** (e.g. frutos), que pesam cerca de 60% nas exportações alimentares. Note-se que entre 2011 e 2014, durante o período de crise económico-financeira, o défice comercial agroalimentar diminuiu. Após 2014, as importações voltaram a assumir crescimentos a par da procura interna aumentando o défice comercial. Destaque-se que após 2014 o saldo comercial agrolimentar assumiu superavits na relação com os países extra-UE, sobretudo devido ao contributo positivo dos **produtos agrícolas transformados** (e.g. azeite e

[39] https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/farming/facts-and-figures/markets/trade/trade-country-region/trade-value; esta terminologia não inclui o ramo 03 relativo aos produtos da pesca.

vinho) e **bebidas** (e.g. cerveja). Quanto à relação comercial com os países intra-UE (os maiores parceiros comerciais), o défice alimentar vindo a crescer a partir de 2015.

GRÁFICO 44: EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO AGROALIMENTAR – MUNDO, INTRA-UE E EXTRA-UE (MILHÕES DE EUROS)



FONTE: GPP, A PARTIR DE ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: OUTUBRO DE 2020

AS BEBIDAS E AS GORDURAS VEGETAIS E ANIMAIS SÃO AS MAIORES EXPORTAÇÕES AGROALIMENTARES E A CARNE E OS CEREAIS AS MAIORES IMPORTAÇÕES AGROALIMENTARES; ESPANHA E FRANÇA SÃO OS MAIORES PARCEIROS COMERCIAIS

Em 2019, os produtos mais representativos das **exportações** agroalimentares e pescas foram as bebidas (15,4%), o pescado (11,2%), as gorduras vegetais e animais (10,5%), nomeadamente o azeite, e os frutos (10,1%), que se destinaram sobretudo a **Espanha** (34,8%), França (9,6%) e Itália (7,3%). As principais **importações** agroalimentares e pescas são o pescado (16,8%), em particular o bacalhau, a carne (10,1%) e os cereais (6,9%), provenientes sobretudo de **Espanha** (45%), França (6,6%) e Países Baixos (6,2%).

GRÁFICO 45: ESTRUTURA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL AGROALIMENTAR E DAS PESCAS POR PRODUTO - 2019

Importações de Produtos agroalimentares e pescas	%
Peixes, Crustáceos e Moluscos	**16,8**
Carne	**10,1**
Bovino	4,9
Suíno	2,5
Cereais	**6,9**
Milho	3,2
Trigo	2,3
Frutos	**6,8**
Citrinos	1,1
Banana	1,1
Sementes e frutos oleaginosos e culturas industriais	**5,8**
Soja	3,3
Gorduras e Óleos Vegetais e Animais	**5,8**
Azeite	2,5
Preparações à base de cereais	**5,2**
Produtos de Padaria e Pastelaria	3,3
Bebidas, líquidos alcoólicos	**4,5**
Vinhos e mostos	1,5
Álcool etílico não desnat.< 80 % vol; Aguardentes e licores	1,2
Leite e Lacticínios	**4,5**
Queijo	2,0
Iogurte e quefir	1,5
Produtos Hortícolas	**4,0**
Batata (inc. batata semente)	1,0
Preparações Alimentícias	**3,9**
Alimentos para Animais	**3,5**
Conservas Produtos Horto-frutícolas	**3,4**
Preparações de Carne e Peixe	**3,0**
Conservas de Peixe	1,4
Café, Chá, Especiarias	**2,4**
Cacau e Chocolate	**2,0**
Tabaco	**2,1**
Açúcares e Prod. Confeitaria	**1,8**
Animais Vivos	**1,8**
Outros	**5,8**
Total do Agroalimentar e Pescas	**100,0**

Exportações de Produtos agroalimentares e pescas	%
Bebidas, líquidos alcoólicos	**15,4**
Vinho e Mosto	11,1
Cervejas	1,8
Peixes, Crustáceos e Moluscos	**11,2**
Gorduras e Óleos Vegetais e Animais	**10,5**
Azeite	7,4
Frutos	**10,1**
Frutos de Pequena Baga	3,0
Citrinos	1,6
Tabaco	**8,3**
Cigarros e Cigarrilhas	7,8
Conservas Produtos Horto-frutícolas	**5,9**
Tomate preparado ou conservado	2,7
Preparações à base de cereais	**5,1**
Produtos de Padaria e Pastelaria	3,5
Produtos Hortícolas	**4,6**
Tomate Fresco	0,8
Preparações de Carne e Peixe	**3,9**
Conservas de Peixe	2,9
Leite e Lacticínios	**3,8**
Leite e nata	1,7
Animais vivos	**2,8**
Preparações Alimentícias	**2,8**
Carne	**2,6**
Carne de suíno	1,1
Alimentos para Animais	**2,2**
Plantas Vivas e Prod.da Floricultura	**1,3**
Cereais	**1,3**
Açúcares e Produtos de Confeitaria	**1,3**
Café, Chá, Especiarias	**1,3**
Sementes e frutos oleaginosos e culturas industriais	**1,0**
Ovos e ovoprodutos	**0,8**
Outros	**3,8**
Total do Agroalimentar e Pescas	**100,0**

Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do comércio internacional, INE (dados preliminares)

GRÁFICO 46: PRINCIPAIS PARCEIROS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS AGROALIMENTARES E PESCAS - 2019

Importação	
Espanha	45,0%
França	6,6%
Países Baixos	6,2%
Alemanha	5,6%
Brasil	3,7%
Itália	2,8%
Suécia	2,3%
Estados Unidos	2,2%
Bélgica	2,2%
Reino Unido	2,1%
Ucrânia	1,8%
China	1,3%
Polónia	1,2%
Dinamarca	1,1%
Irlanda	1,0%
África do Sul	1,0%
Outros países	13,8%

Exportação	
Espanha	34,8%
França	9,6%
Itália	7,3%
Brasil	6,2%
Reino Unido	4,9%
Angola	4,1%
Países Baixos	4,1%
Alemanha	3,3%
Estados Unidos	2,7%
Bélgica	2,4%
Polónia	1,8%
Israel	1,6%
Suíça	1,3%
Canadá	1,1%
Cabo Verde	1,1%
China	1,1%
Outros	12,9%

Importação	
intra UE	77,0%
extra UE	23,0%

Exportação	
intra UE	67,5%
extra UE	32,5%

Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do comércio internacional, INE

O PAPEL, O CARTÃO E A CORTIÇA SÃO AS MAIORES EXPORTAÇÕES FLORESTAIS E O PAPEL, O CARTÃO E A MADEIRA AS MAIORES IMPORTAÇÕES FLORESTAIS; ESPANHA, FRANÇA E ALEMANHA SÃO OS MAIORES PARCEIROS COMERCIAIS

Em 2018, os produtos mais representativos das **exportações** florestais foram o papel e cartão (44,1%) e a cortiça (14,6%), destinados a **Espanha**, França e Alemanha, e das **importações** florestais o papel e cartão (47,7%) e a madeira (33,2%) provenientes da **Espanha**, França e Alemanha.

GRÁFICO 47: ESTRUTURA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS FLORESTAIS POR PRODUTO

	Importações				
	2000	2009	2012	2015	2018
Papel e Cartão	51,2	62,6	55,4	51,4	47,7
Madeira e Carvão	33,8	28,7	29,3	31,5	33,2
Cortiça	9,4	5,5	7,9	7,5	9,4
Cortiça natural e suas obras	8,8	5,2	7,4	7,2	9,0
Pasta de Madeira	4,2	1,0	3,0	3,8	5,5
Outros	1,3	2,2	4,3	5,8	4,2

%

	Exportações				
	2000	2009	2012	2015	2018
Papel e Cartão	28,2	40,9	43,1	42,7	44,1
Cortiça	33,7	18,1	16,7	16,2	14,6
Cortiça natural e suas obras	21,0	26,2	22,5	21,8	24,0
Madeira e Carvão	14,9	14,0	11,3	11,1	12,7
Pasta de Madeira	21,9	12,3	14,2	15,3	14,9
Outros	1,1	2,5	3,6	3,9	2,5

Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do comércio internacional, INE

GRÁFICO 48: PRINCIPAIS PARCEIROS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS FLORESTAIS – IMPORTAÇÕES

2000		2009		2012		2015		2018	
Espanha	36,6%	Espanha	55,2%	Espanha	53,8%	Espanha	50,6%	Espanha	51,1%
Países Baixos	7,3%	França	7,6%	França	7,0%	Alemanha	8,3%	França	6,7%
França	7,0%	Alemanha	7,4%	Alemanha	6,7%	França	6,4%	Alemanha	6,3%
Alemanha	6,2%	Itália	3,9%	Itália	4,8%	Itália	4,7%	Itália	4,7%
Finlândia	6,0%	Suécia	2,8%	Suécia	3,5%	Finlândia	3,4%	Uruguai	3,9%
Brasil	4,5%	Estados Unidos	2,4%	Países Baixos	3,4%	Uruguai	3,2%	Brasil	2,9%
Suécia	4,1%	Países Baixos	2,4%	Estados Unidos	2,6%	Países Baixos	2,7%	Suécia	2,8%
Itália	3,5%	Brasil	2,2%	Uruguai	2,4%	Estados Unidos	2,6%	Finlândia	2,4%
Estados Unidos	3,3%	China, República P	2,1%	Áustria	2,2%	Suécia	2,5%	Países Baixos	1,9%
Reino Unido	2,8%	Bélgica	1,8%	Finlândia	2,2%	Brasil	1,9%	Estados Unidos	1,9%
Camarões	2,3%	Áustria	1,5%	Brasil	1,6%	Bélgica	1,7%	Reino Unido	1,9%
Gabão	2,0%	Reino Unido	1,2%	Bélgica	1,4%	Áustria	1,7%	Áustria	1,6%
Marrocos	1,5%	Congo, República D	1,1%	China	1,4%	Reino Unido	1,4%	China	1,2%
Bélgica	1,4%	Congo	0,9%	Reino Unido	0,9%	China	1,1%	Fed. da Rússia	1,1%
Congo	1,3%	Finlândia	0,8%	Fed. da Rússia	0,5%	Polónia	1,0%	Polónia	1,1%
Áustria	1,2%	Canadá	0,7%	Marrocos	0,5%	Fed. da Rússia	0,7%	Turquia	1,1%
Outros países	9,0%	Outros países	5,9%	Outros países	4,8%	Outros países	6,1%	Outros países	7,3%

Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do Comércio Internacional, INE

2000		2009		2012		2015		2018	
intra UE	77,6%	intra UE	86,4%	intra UE	87,8%	intra UE	86,0%	intra UE	83,3%
extra UE	22,4%	extra UE	13,6%	extra UE	12,2%	extra UE	14,0%	extra UE	16,7%

Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do comércio internacional, INE

GRÁFICO 49: PRINCIPAIS PARCEIROS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS FLORESTAIS – EXPORTAÇÕES

2000		2009		2012		2015		2018	
Espanha	25,5%	Espanha	26,8%	Espanha	23,3%	Espanha	22,1%	Espanha	23,2%
França	15,4%	França	13,0%	França	11,9%	França	10,6%	França	12,0%
Alemanha	11,5%	Alemanha	9,5%	Alemanha	11,5%	Alemanha	10,5%	Alemanha	8,4%
Reino Unido	8,2%	Itália	6,3%	Estados Unidos	7,0%	Estados Unidos	8,1%	Estados Unidos	7,1%
Itália	5,9%	Países/territórios não	5,4%	Itália	6,4%	Reino Unido	7,5%	Itália	6,2%
Estados Unidos	5,4%	Reino Unido	5,1%	Reino Unido	5,2%	Itália	6,9%	Reino Unido	5,9%
Países Baixos	5,3%	Estados Unidos	4,8%	Países Baixos	4,9%	Países Baixos	4,4%	Países Baixos	4,9%
Austrália	2,2%	Países/territórios não	4,3%	Angola	2,4%	Turquia	2,7%	Turquia	2,8%
Bélgica	1,9%	Países Baixos	3,9%	China	1,8%	Polónia	2,1%	China	2,6%
Suécia	1,7%	Angola	2,6%	Bélgica	1,8%	China	2,0%	Polónia	2,3%
Japão	1,4%	Bélgica	2,3%	Marrocos	1,4%	Angola	1,8%	Egipto	1,7%
Suíça	1,3%	China	1,4%	Polónia	1,3%	Bélgica	1,5%	Marrocos	1,5%
Áustria	1,1%	Suíça	1,2%	Turquia	1,3%	Argélia	1,3%	Angola	1,3%
Chile	1,0%	Suécia	0,8%	Fed. da Rússia	1,3%	Marrocos	1,3%	Bélgica	1,3%
Grécia	0,9%	Chile	0,7%	Argélia	1,2%	Egipto	1,2%	Argélia	1,2%
Israel	0,8%	Fed. da Rússia	0,6%	Suécia	1,2%	Suécia	1,0%	México	1,1%
Outros países	10,4%	Outros países	11,1%	Outros países	16,1%	Outros países	15,0%	Outros países	16,6%

Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do Comércio Internacional, INE

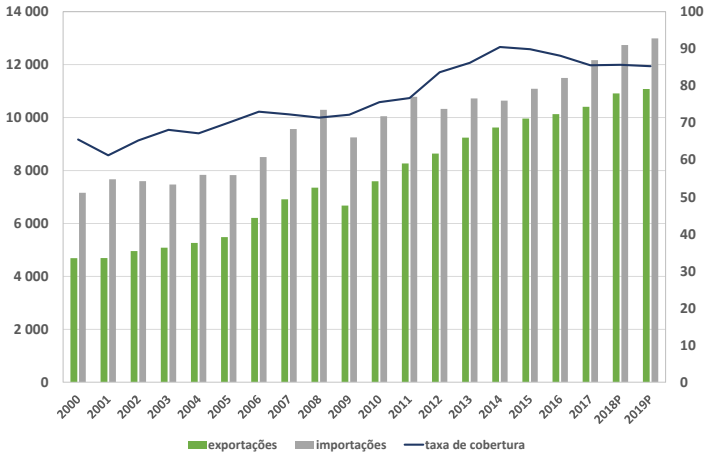
2000		2009		2012		2015		2018	
intra UE	80,1%	intra UE	70,7%	intra UE	71,3%	intra UE	69,8%	intra UE	68,9%
extra UE	19,9%	extra UE	29,3%	extra UE	28,7%	extra UE	30,2%	extra UE	31,1%

Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do comércio internacional, INE

CRESCIMENTO DA TAXA DE COBERTURA DAS IMPORTAÇÕES PELAS EXPORTAÇÕES AGROFLORESTAIS

No que se refere à **taxa de cobertura** das importações pelas exportações, a percentagem das compras ao estrangeiro que é compensada pelas vendas do país ao estrangeiro, a evolução no complexo agroflorestal tem sido positiva, passando de 65,5% em 2000 para 85,3% em 2019. De facto, tem-se verificado uma aproximação constante do valor das exportações às importações.

GRÁFICO 50: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES AGROFLORESTAIS (MILHÕES DE EUROS) E TAXA DE COBERTURA (%)



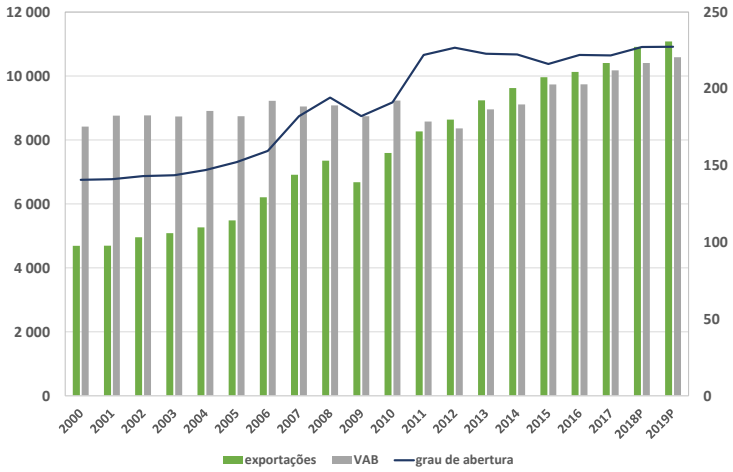
P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CN, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

EXPOSIÇÃO DO SECTOR AO EXTERIOR É MUITO ELEVADO E CRESCENTE

O **grau de abertura** do complexo agroflorestal, que dá uma indicação da exposição do sector ao exterior, é muito elevado e crescente (globalização), evidenciando o carácter transacionável da produção respetiva, com uma maior concorrência com alguns países com cultos de produção mais baixos. Note-se que a partir de 2012 as exportações passaram a superar o VAB agroflorestal.

GRÁFICO 51: EXPORTAÇÕES E VAB AGROFLORESTAIS (MILHÕES DE EUROS) E GRAU DE ABERTURA (%)



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CN, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

MAIOR ORIENTAÇÃO DO COMPLEXO AGROFLORESTAL PARA O MERCADO EXTERNO

A **orientação** do complexo agroflorestal para o mercado externo tem aumentado de modo significativo em todos os segmentos, variando em 2019 entre 5,0% na silvicultura e 50,7% nas indústrias florestais. Se for corrigido das produções alimentares que são dirigidas para consumos intermédios dos próprios ramos alimentares, deduzindo, portanto, as duplicações ao longo da fileira a orientação exportadora do complexo corresponderá a 54,3% em 2017, embora distinta

nas suas componentes alimentar que apresenta uma orientação exportadora de 46,8% e florestal com 73,5% de orientação para o mercado externo.

Esta evolução é reveladora da capacidade que o sector teve em diversificar o destino dos seus produtos em resposta às dificuldades da procura interna em resultado da crise económica. Mesmo para a **agricultura**, em que muitos bens pelas suas dificuldades de conservação não permitem a exportação na sua forma primária, os mercados externos representam 16,9%, a que haverá que somar as exportações indiretas em particular sob a forma agroindustrial e através do turismo.

Para manter a dinâmica das exportações agroalimentares é fundamental consolidar a presença nos mercados já explorados ou aceder a **mercados**, cada vez mais restritivos em termos de **exigências sanitárias e fitossanitárias** e mais disputados num **mercado** cada vez mais **global**, conquistando relevância a **promoção** de produtos no mercado externo, nomeadamente produtos agrícolas com reduzida notoriedade no exterior. Já alguns produtos nacionais, tais como o vinho e a pera rocha, apresentam notoriedade própria e circuitos de comercialização estáveis nos mercados nacional e internacional.

QUADRO 19: ORIENTAÇÃO EXPORTADORA DO COMPLEXO AGROFLORESTAL - %

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018P
Complexo agroalimentar	**11,3**	**14,6**	**20,6**	**22,2**	**23,2**	**24,7**	**26,1**	**26,3**	**26,7**	**26,0**	**26,6**
Agricultura	3,7	7,0	11,1	11,2	12,1	11,8	13,6	14,7	15,5	16,2	16,9
IABT	14,9	17,9	24,4	26,5	27,7	29,8	31,1	31,1	31,2	30,0	30,5
Complexo florestal	**32,4**	**33,5**	**39,6**	**40,5**	**41,8**	**43,5**	**42,8**	**42,3**	**42,7**	**41,8**	**44,7**
Silvicultura	7,0	12,0	10,2	11,1	9,5	10,1	8,0	3,7	4,1	4,5	5,0
Indústrias florestais	35,8	36,4	43,6	44,7	46,6	48,9	48,3	48,4	48,8	47,4	50,7
CAF	**18,1**	**20,3**	**26,0**	**27,5**	**28,5**	**30,0**	**30,8**	**31,0**	**31,3**	**30,5**	**31,7**

P – dados provisórios

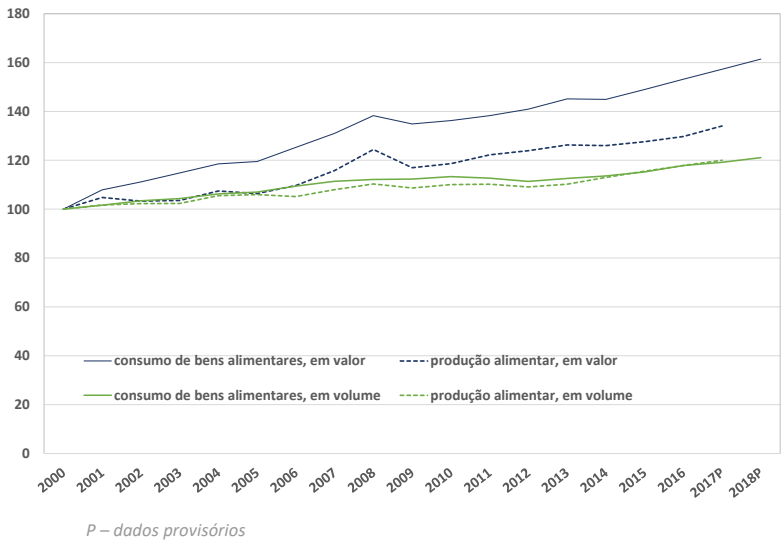
Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

CRESCIMENTO DO CONSUMO INTERNO DE BENS ALIMENTARES DESDE 2000

Em Portugal, **o consumo interno** (final) **de bens alimentares registou um crescimento** médio anual de 1,0% **em volume** entre 2000 e 2017, equivalente a 19,2% em volume no período 2000-2017, ou seja, um valor **ligeiramente inferior ao crescimento da produção de bens alimentares** (1,1% ao ano em volume; 20% no período 2000-2017).

Saliente-se o abrandamento do consumo alimentar, em volume, no período 2009-2013 (0,1% ao ano), acompanhado de uma redução do consumo calórico por habitante (-1,0% ao ano) e de uma desaceleração das importações, seguido de uma retoma entre 2013 e 2017 (1,4% ao ano), com consequente aumento da ingestão de calorias por habitante (0,9% ao ano) e recuperação do crescimento das importações. **Contudo, em valor, o consumo alimentar cresceu mais que a produção alimentar** em resultado do maior crescimento dos preços implícitos no consumo (1,6% ao ano) face aos preços na produção (0,7% ao ano).

GRÁFICO 52: EVOLUÇÃO DO CONSUMO E PRODUÇÃO DE BENS ALIMENTARES, EM VOLUME E EM VALOR (2000=100)



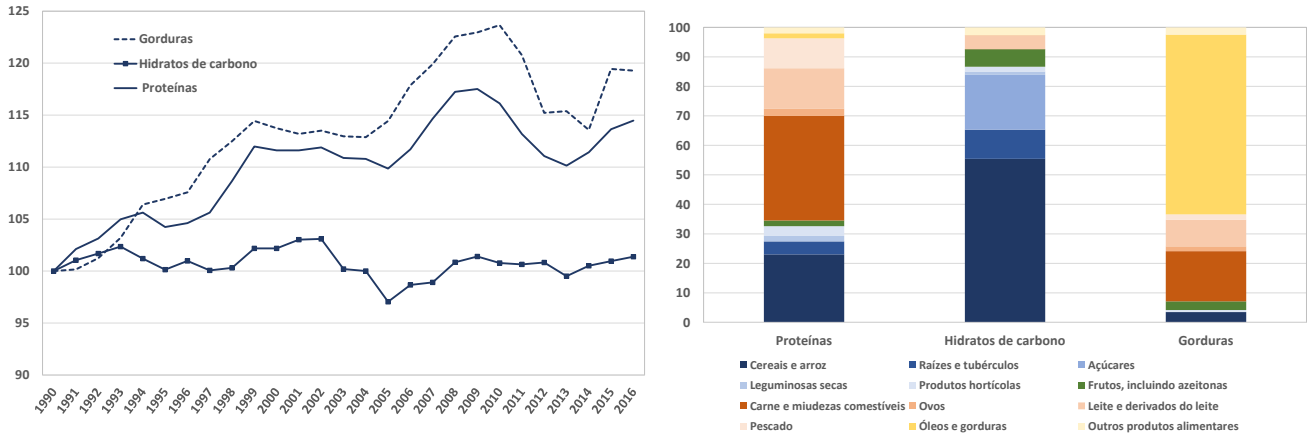
P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CN, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: MARÇO DE 2019

IMPACTO DA CRISE ECONÓMICO-FINANCEIRA NOS HÁBITOS DE CONSUMO DE BENS ALIMENTARES

Em parte, este crescimento do consumo deve-se a **alteração de padrões de consumo**, de que são exemplo o consumo de frutos exóticos, que representam aproximadamente 2% das importações alimentares nacionais, e de algumas carnes, e o **aumento da capitação diária de proteínas e gorduras por habitante** em resultado, nomeadamente do aumento do consumo de produtos alimentares transformados, de carne e de leite, sectores fortemente dependente de consumos intermédios importados. Contudo, é de salientar o impacto da crise económico-financeira 2008/2009, com efeitos no rendimento disponível das famílias, e consequentemente no consumo alimentar dos portugueses, verificando-se entre 2009 e 2013 uma **diminuição da capitação diária de proteínas** (127,5 g por habitante em 2009 para 119,5 g por habitante em 2013) **e de gorduras** (157,5 g por habitante em 2009 para 147,8 g por habitante em 2013) e uma **manutenção da capitação diária de hidratos de carbono**. Neste período notou-se, para além da redução do consumo de proteínas e gorduras por habitante, uma **maior preferência do consumidor nacional por bacalhau, hortícolas, batatas, açúcares, citrinos, carne de aves, arroz e café**. A partir de 2013 o consumo de bens alimentares voltou a aumentar, verificando-se um crescimento da capitação diária de proteínas e de gorduras, e consequentes acréscimos no consumo de **trigo, frutos, ovos, carne de vaca e peixe fresco e refrigerado.**

GRÁFICO 53: EVOLUÇÃO DA CAPITAÇÃO DIÁRIA DE PROTEÍNAS, HIDRATOS DE CARBONO E GORDURAS ENTRE 1990 E 2016 (1990=100) E ORIGEM DAS PROTEÍNAS, GORDURAS E HIDRATOS DE CARBONO POR PRODUTO ALIMENTAR EM 2016



FONTE: GPP, A PARTIR DE BALANÇA ALIMENTAR PORTUGUESA 2016, INE.

Mais recentemente tem-se vindo a verificar uma maior apetência do consumidor nacional por "**alimentação saudável**", desde que seja conveniente (produtos que facilitem as tarefas do lar e rapidez e facilidade de preparação), nomeadamente *"os **produtos frescos**, a alimentação **embalada** saudável de uma **nova vaga** (alfarroba, espelta, stevia, etc.), de uma **vaga anterior** (produtos light, sem sal, sem açúcar, etc.) e os produtos **embalados** para **necessidades específicas** (sem glúten, sem lactose, cardiovasculares, etc.)".*[40] Do lado da oferta tem-se notado uma maior *"aposta no "natural", na origem dos ingredientes e na transparência da composição dos produtos, com os biológicos, superfoods e free from"* a ganhar mais importância[41].

Saliente-se que as exigências do consumidor nacional/europeu *em matéria de qualidade alimentar não se limitam às questões de **higiene e segurança dos alimentos** e do seu valor em termos de **saúde e nutrição**, mas incorpora ainda, a necessidade de satisfação de expectativas relativas à **sustentabilidade ambiental**, ao **bem-estar animal**, à **biodiversidade**, à **autenticidade** e à **genuinidade** dos produtos tradicionais*[42]*. (…)* notando-se *uma tendência recente de evolução dos hábitos de consumo destes **produtos**,* nomeadamente uma *maior procura de produtos de melhor qualidade, crescimento dos adeptos do consumo de produtos de **agricultura biológica**, preocupação com a matéria-prima e o processo de produção* e de uma maior preocupação na adoção de uma dieta sustentável como a **dieta mediterrânica** *que integra formas particulares de relacionamento coletivo, consumo de recursos alimentares locais e sazonais, processos e*

[40] Fonte: https://www.kantarworldpanel.com/pt/news/Saudvel-Moda-passageira-ou-estilo-de-vida-assumido

[41] Fonte: https://www.kantarworldpanel.com/pt/news/Ser-ou-no-ser-saudvel-eis-a-questo

[42] *Portugal detém um extenso e diversificado leque de produtos alimentares de cariz tradicional, associados a cada uma das regiões do país e à dieta mediterrânea, resultado da influência cultural na elaboração destes alimentos, que constituem uma herança viva de um património gastronómico singular e rico.*
(Fonte: https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/)

técnicas de extração e produção festividades, rituais simbólicos e expressões artísticas associadas. Neste sentido, *valorizar a* ***qualidade*** *e a* ***diversidade*** *da produção enquanto vantagem competitiva é importante para os produtores locais e instrumento de promoção do património cultural e gastronómico* (…).[43]

O grau de autoaprovisionamento alimentar tem-se mantido relativamente estável nos últimos anos, rondando os 85%, dado que a produção nacional tem acompanhado o crescimento do consumo. Se for corrigido das produções alimentares que são dirigidas para consumos intermédios dos próprios ramos alimentares (deduzindo, portanto, as duplicações ao longo da fileira, de que é exemplo a alimentação animal) apresentou em 2017 76,5% (em 2010 apresentava 72,9%).

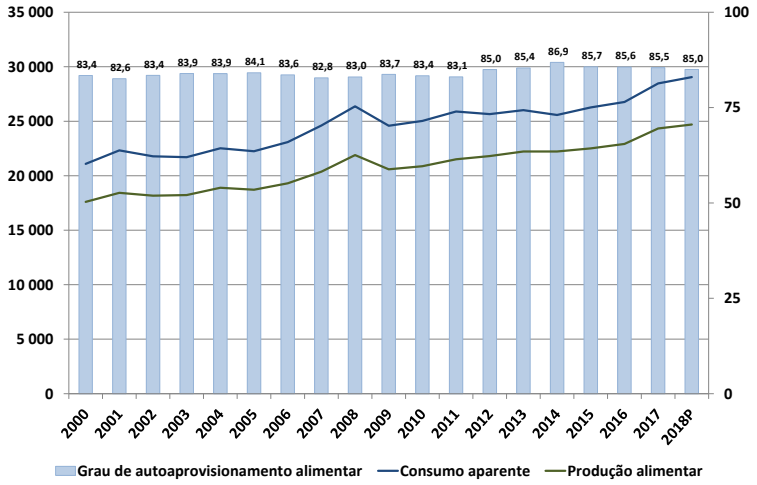
QUADRO 20: GRAU DE AUTOAPROVISIONAMENTO[1] DE BENS ALIMENTARES[2] (%)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018P
Grau de autoaprovisionamento (%)	83,4	83,1	85,0	85,4	86,9	85,7	85,6	85,5	85,0
Grau de autoaprovisonamento corrigido[3] (%)	72,9	71,4	73,9	74,8	77,9	76,4	76,7	76,5	

[1]Grau de Autoaprovisionamento=produção/consumo aparente=produção/(produção+importações-exportações)
[2]Corresponde ao agregado agricultura, pescas e indústrias alimentares e bebidas.
[3] Com correção das produções alimentares que são dirigidas para consumos intermédios dos próprios ramos alimentares

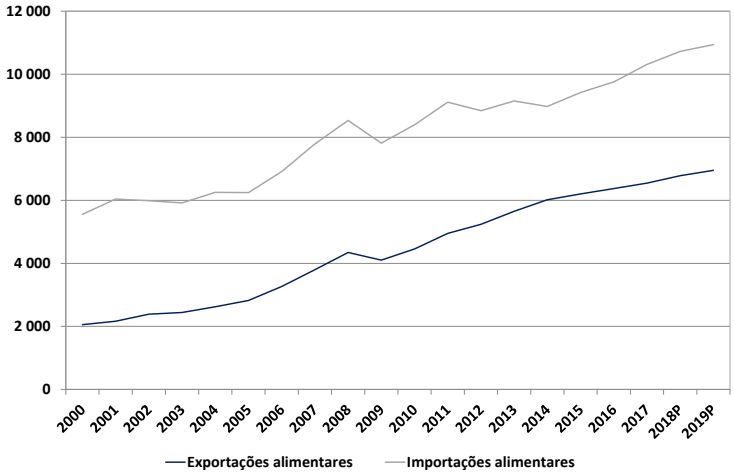
Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais e Estatísticas do Comércio Internacional, INE.

GRÁFICO 54: GRAU DE AUTOAPROVISIONAMENTO ALIMENTAR (%) E RESPETIVAS COMPONENTES (MILHÕES DE EUROS)



Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE (Base 2016)
Data de versão dos dados: 28 de fevereiro de 2020

GRÁFICO 55: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES ALIMENTARES (MILHÕES DE EUROS)



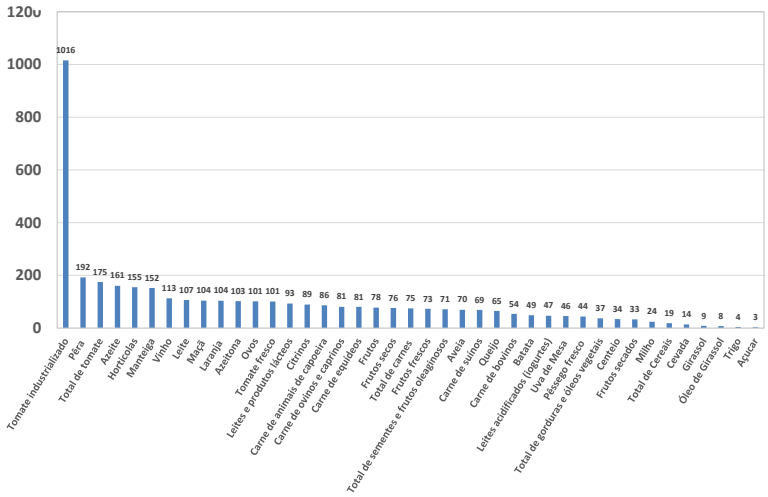
P- dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE (Base 2016)
Data de versão dos dados: 28 de fevereiro de 2020

[43] A partir dos artigos da Publicação Cultivar nº 9 "Gastronomia" (setembro de 2017): *Gastronomia e produtos de qualidade (GPP)* e *A patrimonialização da Dieta Mediterrânica* (Vítor Barros)
disponível em: https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/Periodicos/Cultivar_9.pdf

Destacam-se os seguintes produtos agroalimentares com grau de autoaprovisionamento superior a 100%: tomate para indústria (1015,9%), vinho (113%), azeite (160,5%), pera (192,4%) e manteiga (152,4%). Com um grau de autoaprovisionamento inferior a 100% salientam-se o óleo de girassol (7,5%), açúcar (3,3%), trigo (4,0%) e milho (24,2%).

GRÁFICO 56: GRAU DE AUTOAPROVISIONAMENTO ALIMENTAR DE ALGUNS PRODUTOS – 2018 (%)

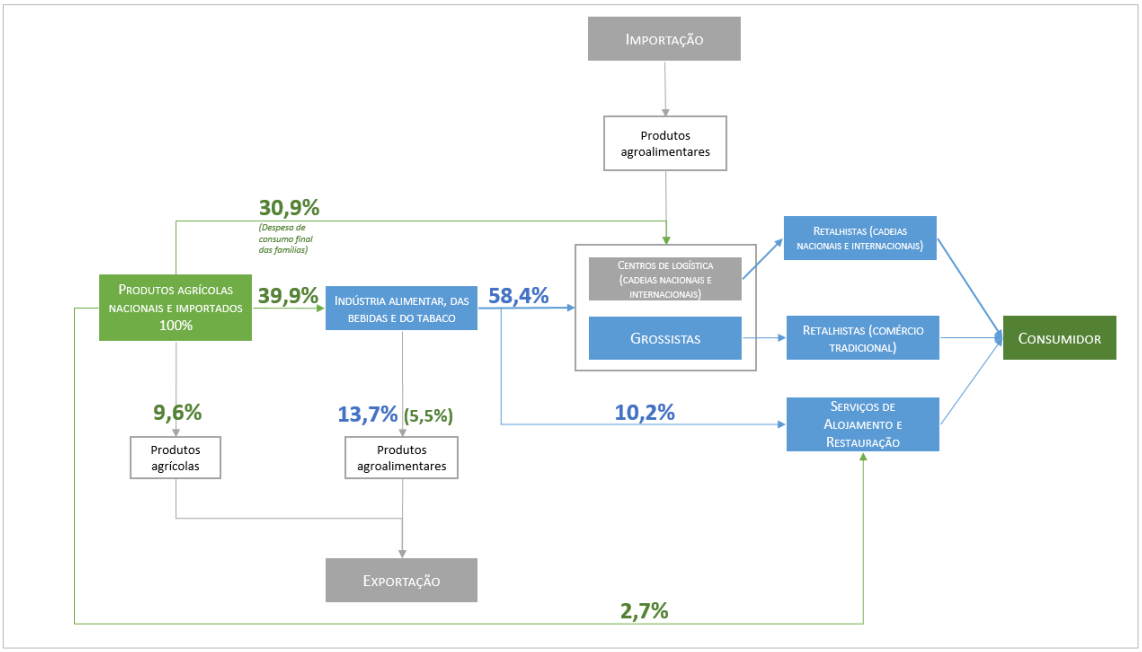


Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do Comércio Internacional, INE

39,9% DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS SÃO INCORPORADOS NA INDÚSTRIA AGROALIMENTAR

Dentro do complexo agroflorestal, a agricultura apresenta valores baixos de orientação exportadora: as exportações diretas representaram, em 2017, 9,6% da produção agrícola. Tal deve-se, em certa medida, à **especificidade de parte dos produtos agrícolas que requerem algum grau de transformação para poderem ser exportados**. Note-se que cerca de **45%**

FIGURA 6: DESTINO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS NACIONAIS E IMPORTADOS



NOTA: A PARTIR DOS DADOS FORNECIDOS PELO QUADRO DE EQUILÍBRIO DE RECURSOS E UTILIZAÇÕES (QERU), RESPEITANTES A 2017 (ÚLTIMO ANO DISPONÍVEL), PODEMOS IDENTIFICAR O DESTINO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS E, POR EX., CONCLUIR QUE 5,5% DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS SÃO EXPORTADOS VIA IABT.

FONTE: GPP, A PARTIR DO QERU 2017, INE

produtos agrícolas nacionais é incorporado nas indústrias alimentares, bebidas e tabaco, enquanto consumo intermédio.

Em 2017, segundo estimativas do GPP, as exportações das IABT incorporam cerca de 5,5% da produção agrícola. Assim, a orientação exportadora direta e indireta seria aproximadamente 15,1%.

CRESCIMENTO DO CONSUMO DE BENS ALIMENTARES A NÍVEL GLOBAL

A nível global o **consumo de bens alimentares** tem vindo a crescer a par do aumento da população mundial (estimando-se que em 2050 atinja as 9,1 mil milhões de pessoas[44]) e dos níveis de rendimento (e.g. China e Índia). Este crescimento tem sido acompanhado de uma movimentação de pessoas das zonas rurais para as zonas urbanas, perspetivando-se que em 2050 a população urbana represente 70% da população mundial. Ou seja, para alimentar mais população, mais urbana e com um maior nível de rendimento será necessário um incremento da produção alimentar na ordem dos 70% até 2050[45]. Deste modo, *"A nível alimentar, o crescimento da procura [nos países menos desenvolvidos] deverá focar-se em produtos energeticamente ricos como alimentos transformados, de origem animal, açúcares e óleos vegetais, ao contrário dos países mais desenvolvidos, onde cresce a sensibilidade a questões ambientais, ao bem-estar animal e às condições de trabalho, é esperado que a procura cresça via produtos de origem não animal, nomeadamente legumes e frutas."* [46]

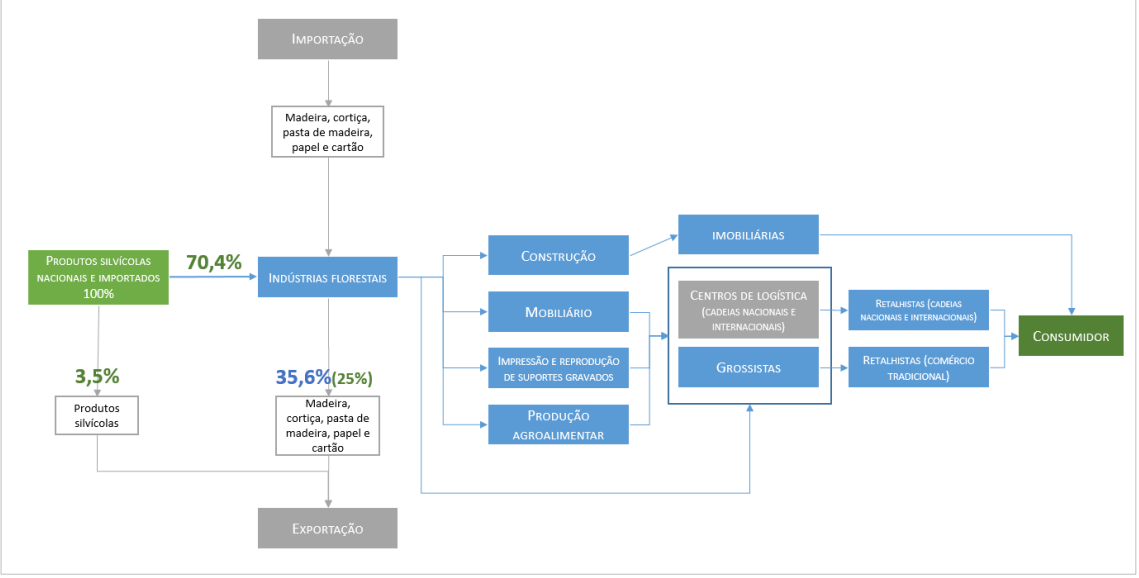
70,4% DOS PRODUTOS SILVÍCOLAS SÃO INCORPORADOS NA INDÚSTRIA FLORESTAL

Os produtos silvícolas também requerem algum grau de transformação para serem exportados (apenas **3,5% da produção silvícola é destinada diretamente para exportação**). Saliente-se que **70,4% dos produtos silvícolas têm como destino as indústrias florestais**, nomeadamente da madeira e da cortiça, da pasta de madeira e do papel e cartão. Dos produtos gerados pelas indústrias **35,6% segue para exportação** e o restante para os setores da construção, mobiliário, produção de jornais, revistas, livros e produção agroalimentar (e.g. rolhas para a indústria do vinho). Note-se que, de acordo com estimativas GPP, se fossem consideradas as exportações

[44] https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf; https://population.un.org/wpp/Graphs/1_Demographic%20Profiles/World.pdf;
[45] http://www.fao.org/fileadmin/templates/wsfs/docs/expert_paper/How_to_Feed_the_World_in_2050.pdf
[46] Consultar o artigo de Tiago Domingues e Ricardo Pinheiro Alves com o título "Competitividade e cadeias de valor no sector agroalimentar e agroflorestal português" disponível em: https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_19/Cultivar_19.pdf

silvícolas via indústria a orientação exportadora da silvicultura aumentava, à semelhança do que sucede na agricultura, sendo aproximadamente 28,5%.

FIGURA 7: DESTINO DOS PRODUTOS SILVÍCOLAS NACIONAIS E IMPORTADOS



NOTA: A PARTIR DOS DADOS FORNECIDOS PELO QUADRO DE EQUILÍBRIO DE RECURSOS E UTILIZAÇÕES (QERU), RESPEITANTES A 2017 (ÚLTIMO ANO DISPONÍVEL), PODEMOS IDENTIFICAR O DESTINO DOS PRODUTOS SILVÍCOLAS E, POR EX., CONCLUIR QUE 25% DOS PRODUTOS SILVÍCOLAS SÃO EXPORTADOS VIA INDÚSTRIAS FLORESTAIS.

FONTE: GPP, A PARTIR DO QERU 2017, INE

O grau de autoaprovisionamento de bens florestais manteve-se relativamente estável até 2010, a partir deste ano tem vindo a crescer tendo registado 125% em 2016.

QUADRO 21: GRAU DE AUTOAPROVISIONAMENTO1 DE BENS FLORESTAIS[2] (%)

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Grau de autoaprovisionamento (%)	113,6	114,4	119,7	122,0	127,1	128,5	125,9	126,2	125,0

[1]Grau de Autoaprovisionamento=produção/consumo aparente=produção/(produção+importações-exportações)
[2] Corresponde ao agregado silvicultura e indústrias florestais (ramos 16, 17 e 18)

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais e Estatísticas do Comércio Internacional, INE.

POTENCIAL DA BIOECONOMIA PARA A CRIAÇÃO DE VALOR E DE EMPREGO SUSTENTÁVEL

A Bioeconomia tem vindo a assumir nos últimos anos um maior destaque na agenda política mundial, podendo contribuir para os objetivos de economia circular, num momento em que é necessário conciliar a procura crescente de alimentos e de energia com o uso sustentável de recursos, interligando todos os setores que utilizam e produzem recursos biológicos,

nomeadamente o complexo agroflorestal, criando valor e emprego sustentável. Saliente-se que a Estratégia e o Plano de Ação para a Bioeconomia preconizados pela UE em 2012 pressupõem "*obter uma abordagem mais abrangente à forma como se produzem, consomem, transformam, armazenam, reciclam e descartam os recursos biológicos, no sentido de aumentar a eficiência na sua utilização e abrir novos mercados de produtos de base biológica."* E a Comunicação da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, de novembro de 2017, refere que *"o crescimento da bioeconomia num modelo empresarial sustentável deve, por conseguinte, tornar-se uma prioridade nos planos estratégicos da PAC e apoiar a estratégia da UE em matéria de economia circular e o desenvolvimento de novos modelos empresariais que beneficiem os agricultores e os silvicultores e criem novos empregos."* nomeadamente "*a produção de energia limpa e eficiente, incluindo a mobilização de biomassa sustentável no respeito dos princípios fundamentais da estratégia da UE em matéria de economia circular."* [47] Esta temática encontra-se mais desenvolvida no diagnóstico OE8.

POTENCIAL DE UTILIZAÇÃO DE (SUB)PRODUTOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS COMO MATÉRIAS PRIMAS.

Segundo um artigo da Cultivar[48], "*Portugal tem um potencial significativo na bioeconomia."* De facto, os subprodutos e resíduos dos setores primários podem constituir uma fonte potencial de matéria-prima de biomassa para a bioeconomia (e.g. a quantidade total de 1,5 milhões de ton/ano de resíduos agrícolas e 2 milhões de ton/ano de resíduos florestais), contribuindo para o desenvolvimento de produtos inovadores e de processos industriais criadores de valor e de emprego, como o desenvolvimento e implantação de novas cadeias de valor de base biológica centradas na utilização de recursos renováveis.

DIFICULDADE NA DESCLASSIFICAÇÃO DE RESÍDUOS COM VISTA À SUA VALORIZAÇÃO ENQUANTO SUBPRODUTOS

Apesar da maior orientação das políticas públicas para a economia circular subsistem dificuldades ao nível do aproveitamento das potencialidades da bioeconomia circular, como sejam a desclassificação de resíduos para serem incorporados enquanto subprodutos. Num artigo da Cultivar[49] é possível verificar que *" existem ainda diversos constrangimentos, custos de contexto e, nalguns casos, políticas divergentes ou pouco incentivadoras para este modelo*

[47] A partir do editorial da Publicação Cultivar nº 15 "Bioeconomia" (março de 2019); disponível em: https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_15/revistaCULTIVAR15.pdf
[48] A partir do artigo: JOHN BELL (março de 2019); *A Bioeconomia Europeia*; Publicação Cultivar nº 15 "Bioeconomia"; disponível em: https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_15/revistaCULTIVAR15.pdf
[49] A partir do artigo: NUNO CALADO (março de 2019); *Bioeconomia sustentável e circular: a reciclagem de madeira na Sonae Arauco*; Publicação Cultivar nº 15 "Bioeconomia"; disponível em: https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_15/revistaCULTIVAR15.pdf

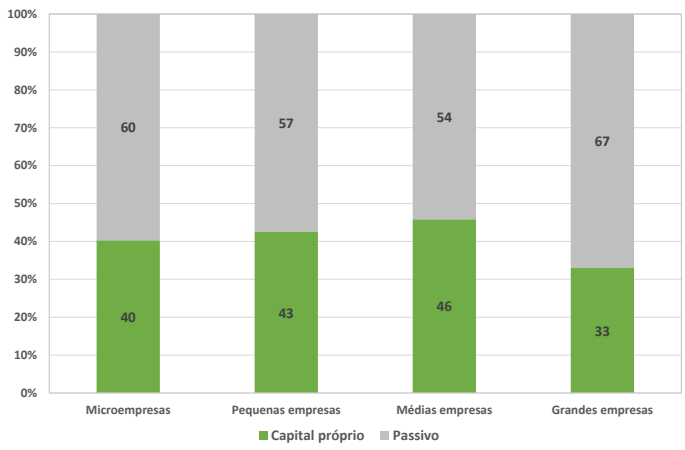
bioeconómico circular", nomeadamente ao nível da madeira nos resíduos urbanos uma *"complexidade excessiva nos processos de desclassificação como resíduo cria custos de contexto desnecessários, desincentivando uma gestão otimizada e a valorização plena dos resíduos; reduzida ação de reutilização e reciclagem; preferência pela valorização energética de resíduos urbanos por incineração que desincentiva uma economia circular para os resíduos de madeira e a utilização em cascata otimizada de madeira como recomendado pela Comissão Europeia".*

VIII. ACESSO AO CRÉDITO PELAS EMPRESAS [50]

AS EMPRESAS AGRÍCOLAS TÊM VINDO A GANHAR MAIOR AUTONOMIA FINANCEIRA COM EXCEÇÃO DAS GRANDES EMPRESAS

Entre 2008 e 2019 verificou-se uma tendência de crescimento do capital próprio em percentagem do ativo (autonomia financeira) das empresas agrícolas correspondendo atualmente a 45,4%, um valor superior ao do conjunto das empresas não financeiras (37,3% em 2019) cujo valor tem crescido continuamente. Esta evolução traduziu-se no crescimento da autonomia financeira das empresas agrícolas e na redução do endividamento destas empresas. Contudo, estes indicadores variam consoante a dimensão da empresa e o sector de atividade.

GRÁFICO 57: CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO EM PERCENTAGEM DO ATIVO POR DIMENSÃO DA EMPRESA AGRÍCOLA (MÉDIA TRIENAL 2017/2019)

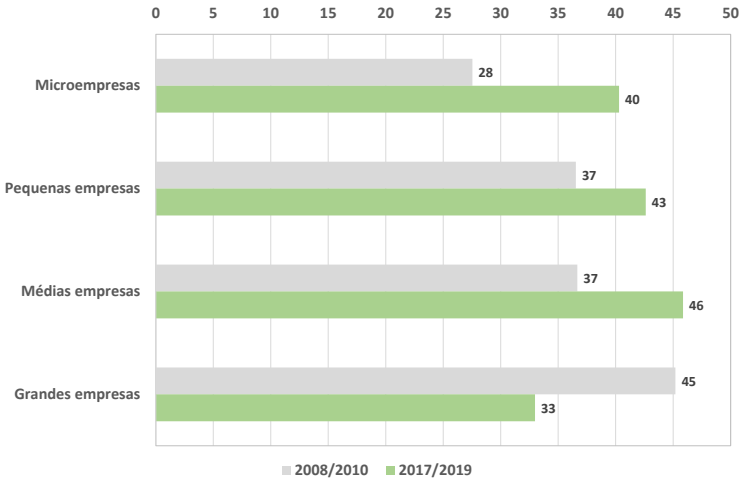


FONTE: GPP, A PARTIR DE BANCO DE PORTUGAL

[50] Saliente-se neste capítulo os seguintes artigos: Domingues, T. et al (2020). Competitividade e cadeias de valor no setor agroalimentar e agroflorestal português. Cultivar – Cadernos de Análise e Prospetiva, nº19, Macroeconomia e Agricultura: pp. 13-31; Gargani, A. et al (2020). Alavancar recursos públicos por meio de instrumentos financeiros para aumentar a competitividade da agricultura. Cultivar – Cadernos de Análise e Prospetiva, nº19, Macroeconomia e Agricultura: pp. 65-72; Silva, M.A. (2020). Instrumentos Financeiros no PDR2020. Cultivar – Cadernos de Análise e Prospetiva, nº19, Macroeconomia e Agricultura: pp. 75-80

Segundo informação do Banco de Portugal, as PME agrícolas apresentam atualmente um peso do capital próprio na estrutura dos ativos agrícolas de 40% (microempresas), 43% (pequenas empresas) e 46% (médias empresas), mais do que nas grandes empresas (33%). Em termos evolutivos, destaca-se o crescimento 2008/2019 da autonomia financeira das PME em oposição à diminuição da autonomia financeira das grandes empresas agrícolas.

GRÁFICO 59: AUTONOMIA FINANCEIRA 2008/2010 E 2017/2019 (%) POR DIMENSÃO DA EMPRESA

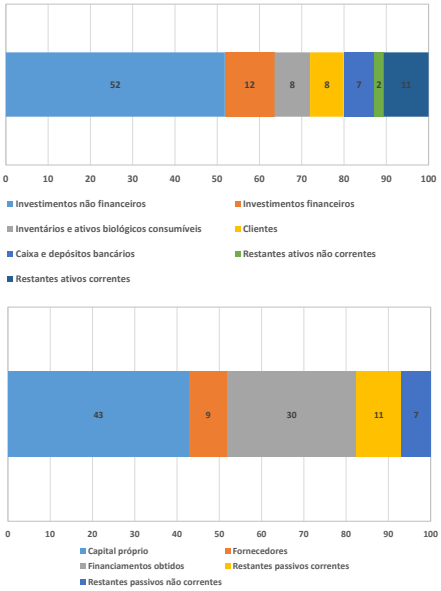


FONTE: GPP, A PARTIR DE BANCO DE PORTUGAL

A GRANDE MAIORIA DOS SETORES AGRÍCOLAS TEM VINDO A MELHORAR O INDICADOR DE AUTONOMIA FINANCEIRA [51]

De acordo com a informação do INE, em 2019, o peso do capital próprio na estrutura dos ativos agrícolas variou consoante o setor de produção agrícola. Destacam-se com os valores mais elevados os setores da Preparação e tratamento de sementes para propagação (78,3%), cerealicultura, leguminosas secas e sementes oleaginosas (58,2%), outra produção animal (54,2%), criação de ovinos e caprinos (53,5%), e avicultura (53,3%). Entre 2004 e 2019

GRÁFICO 61: ESTRUTURA DO ATIVO (%) E FONTES DE FINANCIAMENTO (%) DAS EMPRESAS AGRÍCOLAS 2019 (%)



FONTE: GPP, A PARTIR DE BDP

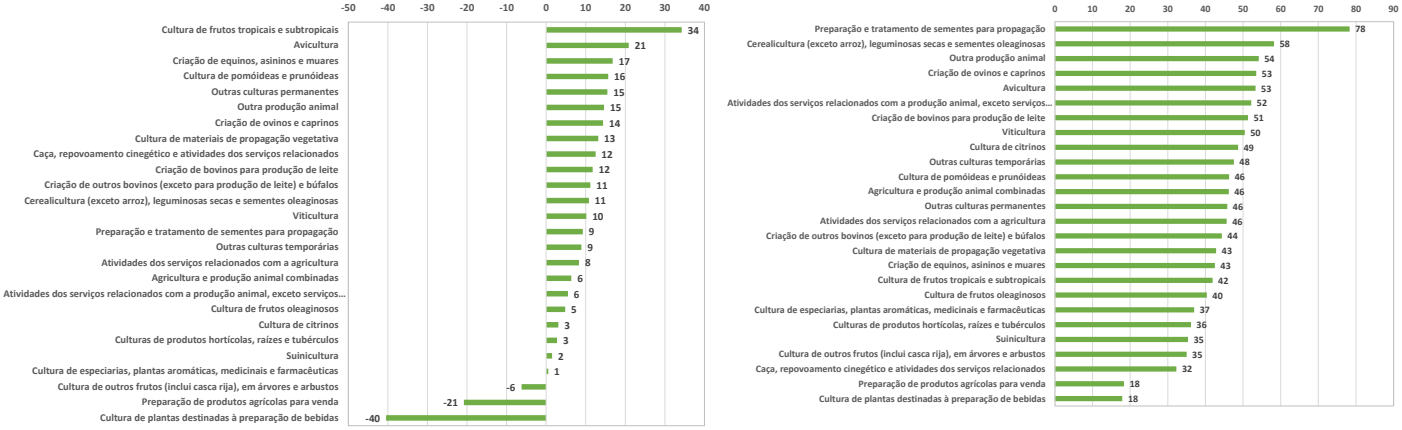
[51] De salientar que em relação à agroindústria "Portuguese agri-food companies tend to rely on their own funds to a greater extent than bank finance" (Fonte: Fi-compass EAFRD; Financial needs in the agriculture and agri-food sectors in Portugal; junho de 2020)

verificou-se um crescimento da autonomia financeira na maioria dos setores da agricultura com exceção da Cultura de plantas destinadas à preparação de bebidas, Preparação de produtos agrícolas para venda, cultura de outros frutos em árvores e arbustos,.

60% DO ATIVO DAS EMPRESAS AGRÍCOLAS TEM ORIGEM NO PASSIVO E MAIS DE METADE DESTINA-SE A INVESTIMENTOS NÃO-FINANCEIROS, NOMEADAMENTE EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS

Em 2019, de acordo com dados do Banco de Portugal, **43% do ativo** das empresas agrícolas nacionais provinha de **capital próprio**, e o restante ativo do passivo (dos quais 30% a partir de financiamentos obtidos). Estas fontes de financiamento (capital próprio e passivo) destinam-se sobretudo a **investimentos não-financeiros**[52] (52%), restantes ativos[53] (13%) e inventários[54] (8%). Em particular nas **grandes empresas agrícolas**, em 2019, **35%** do ativo provem de **capital próprio**, e destina-se sobretudo a investimentos não-financeiros (46%).

GRÁFICO 62: VARIAÇÃO DA AUTONOMIA FINANCEIRA ENTRE AS MÉDIAS TRIENAIS 2004/2006 E 2017/2019 (P.P.) E AUTONOMIA FINANCEIRA DOS SETORES AGRÍCOLAS (MÉDIA TRIENAL 2017/2019) (%)



FONTE: GPP, A PARTIR DE INE

CRESCIMENTO DA IMPORTÂNCIA DAS DÍVIDAS A FORNECEDORES NAS GRANDES EMPRESAS AGRÍCOLAS

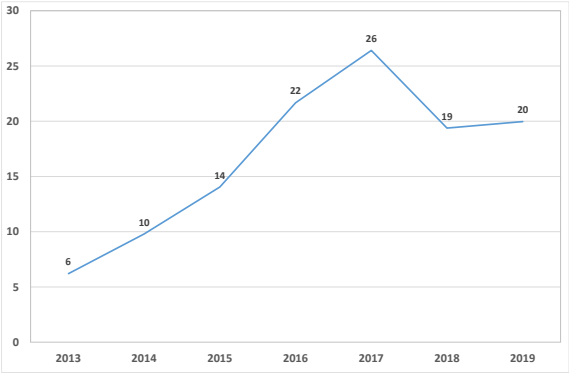
[52] São ativos de longo prazo (não correntes) que não sejam investimentos financeiros ou outros ativos financeiros. Os investimentos não financeiros incluem os ativos fixos tangíveis, intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos de produção.

[53] Compreendem os ativos correntes e não correntes não evidenciados noutras rubricas do ativo corrente e não corrente. Os restantes ativos correntes e não correntes excluem na sua composição os valores relativos à caixa e depósitos bancários, clientes e inventários e ativos biológicos consumíveis, investimentos financeiros e não financeiros.

[54] São mercadorias detidas para venda, matérias-primas ou consumíveis, a serem incorporadas no processo produtivo, e animais ou plantas vivos consumíveis ou utilizados no decurso do processo produtivo.

Relativamente ao passivo das empresas agrícolas, destaca-se o **crescimento da importância das dívidas a fornecedores** (6,2% em 2013 para 20% em 2019) e a diminuição do peso do capital próprio **no ativo das grandes empresas** no período 2013-2019.

GRÁFICO 63: FORNECEDORES EM PERCENTAGEM DO ATIVO 2013- 2019 (%)

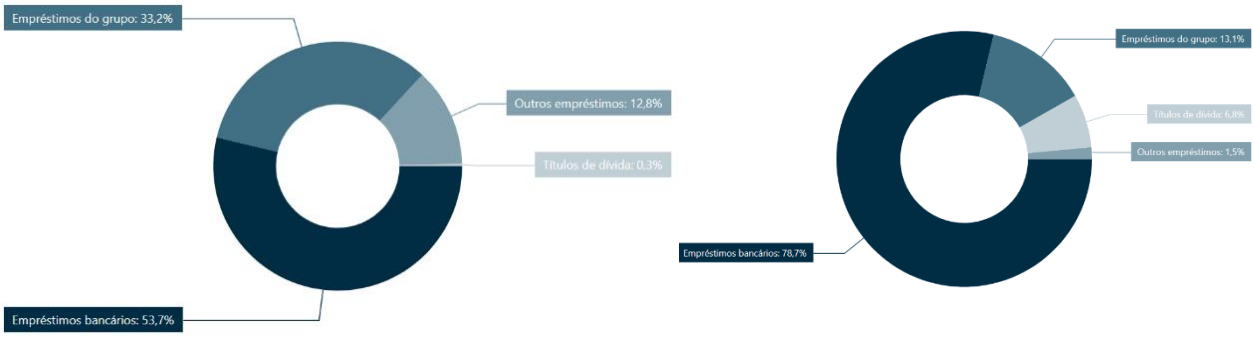


FONTE: GPP, A PARTIR DE BDP

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS ASSUMEM MAIOR RELEVÂNCIA NOS FINANCIAMENTOS OBTIDOS PELAS GRANDES EMPRESAS AGRÍCOLAS

Quanto à estrutura dos financiamentos obtidos por dimensão da empresa verifica-se um maior peso dos empréstimos bancários quanto maior for a dimensão da empresa (53,7% nas microempresas e 78,7% nas grandes empresas).

GRÁFICO 64: COMPOSIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2019: MICRO (ESQUERDA) E GRANDES EMPRESAS (DIREITA) (%)



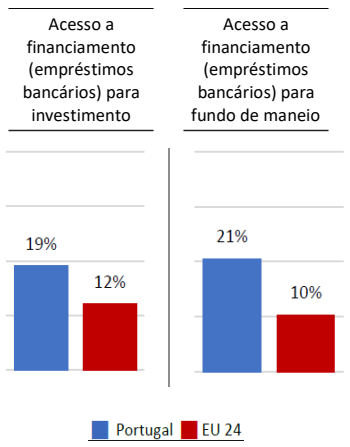
FONTE: GPP, A PARTIR DE BDP

A DIFICULDADE DE ACESSO A FINANCIAMENTO BANCÁRIO PARA REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PARA SUPRIR NECESSIDADES DE FUNDO DE MANEIO CONSTITUEM CONSTRANGIMENTOS À ATIVIDADE AGRÍCOLA E AGROALIMENTAR[55]

[55] "Small-sized companies are confronted with growth obstacles relating to access to finance." (Fonte: Fi-compass EAFRD; Financial needs in the agriculture and agri-food sectors in Portugal; junho de 2020)

O estudo europeu "*Survey on financial needs and access to finance of EU agricultural enterprises*" [56], veio constatar que as empresas agrícolas portuguesas identificaram o acesso a financiamento bancário, seja para efeitos de realização de investimentos seja para suprir necessidades de fundo de maneio, como dificuldades relevantes no âmbito da sua atividade empresarial, acima da média da EU 24.

GRÁFICO 66 PRINCIPAIS DIFICULDADES SENTIDAS PELAS EMPRESAS AGRÍCOLAS PORTUGUESAS



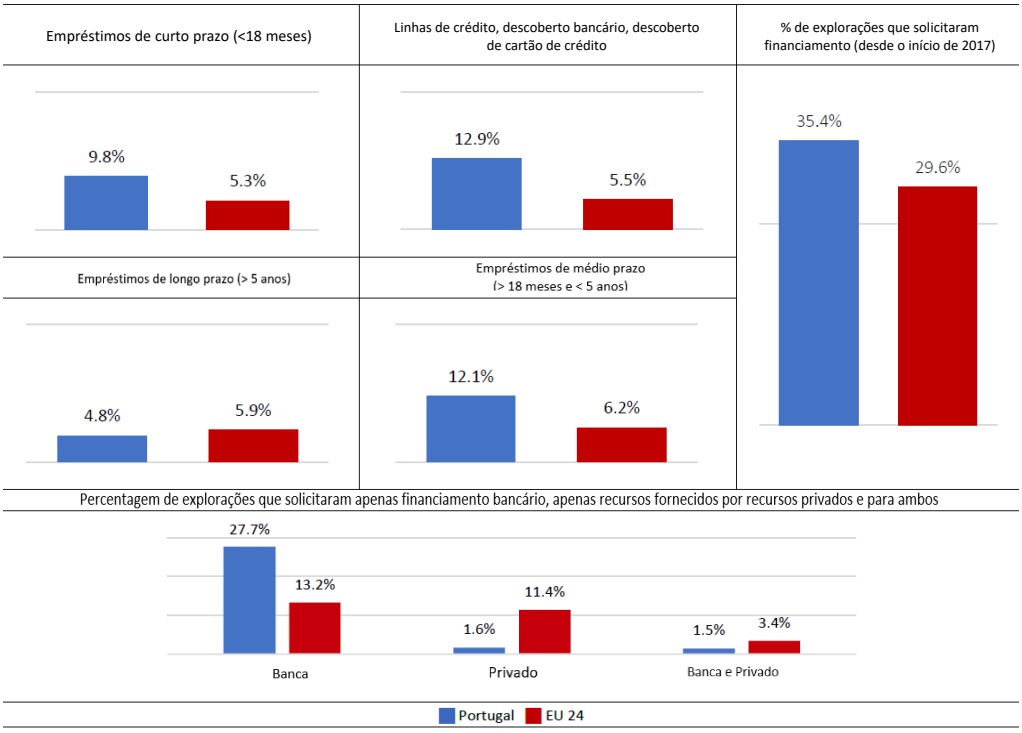
Fonte: GPP, a partir de DG AGRI "fi-compass" (2019)

Das empresas agrícolas que solicitaram empréstimos a maior parte referiam-se a empréstimos de médio prazo, com períodos de maturidade situados entre 18 meses e 5 anos, verificando-se ainda uma prevalência de empréstimos, para qualquer prazo, acima da média da UE 24.

No que diz respeito às fontes de financiamento **predominaram os empréstimos solicitados à banca**, constatando-se ainda uma reduzida expressão dos empréstimos fornecidos por recursos privados, o que evidencia uma maior dependência de recursos financeiros bancários, face à situação média verificada na UE 24. Contudo, é de notar a recente dinâmica de investimento na agricultura por privados e por fundos de investimento, nomeadamente da zona de Alqueva, em resultado nomeadamente da crescente integração de Portugal nas Cadeias de Valor Global (CVG).

[56] DG AGRI e BEI (fi-compass): "Survey on financial needs and access to finance of EU agricultural enterprises", 2019.

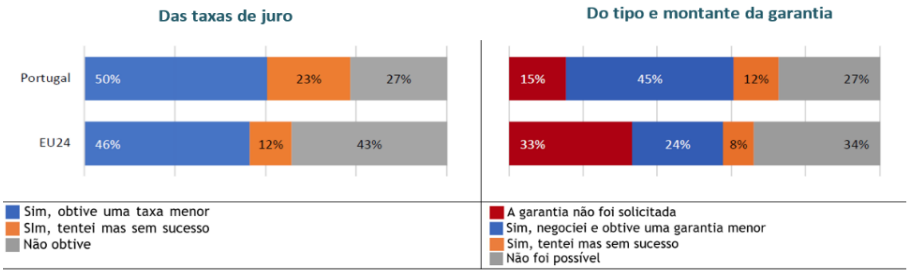
GRÁFICO 67 PERCENTAGEM DE EXPLORAÇÕES QUE SOLICITARAM FINANCIAMENTO NO ÚLTIMO ANO, POR TIPO DE PRODUTO (DESDE O INÍCIO DE 2017)



Fonte: GPP, a partir de DG AGRI "fi-compass" (2019)

Em termos de capacidade de negociação das taxas de juro dos empréstimos e linhas de crédito verifica-se que as empresas agrícolas portuguesas apresentam em média uma melhor capacidade negocial das taxas de juros mas, em contrapartida, são-lhes solicitadas mais frequentemente garantias, o dobro da média da UE.

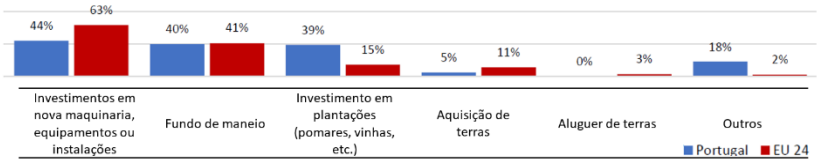
GRÁFICO 68 POSSIBILIDADE DE NEGOCIAÇÃO DE TAXAS DE JURO E TIPO E MONTANTE DE GARANTIAS (EMPRÉSTIMOS E LINHAS DE CRÉDITO)



Fonte: GPP, a partir de DG AGRI "fi-compass" (2019)

Os empréstimos contraídos destinam-se predominantemente a investimentos em modernização da exploração agrícola (maquinaria, equipamentos e instalações) e para suprir necessidades de fundo de maneio, bem como para investimento em plantações, com uma expressão superior ao dobro da média da UE.

GRÁFICO 69 EM CASO DE EMPRÉSTIMO RECEBIDO OU PARCIALMENTE RECEBIDO QUAL É O SEU DESTINO



Fonte: GPP, a partir de DG AGRI "fi-compass" (2019)

A EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS ÀS EMPRESAS PARECE INDICAR QUE AS EMPRESAS DO SECTOR PRIMÁRIO TIVERAM MAIOR ACESSO A FINANCIAMENTO BANCÁRIO E APRESENTARAM UM NÍVEL DE CRÉDITO MALPARADO MENOR FACE À GENERALIDADE DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

A redução das taxas de juro desde 2012 (com crescimentos negativos a partir de 2016), na sequência da crise económico-financeira, teve um impacto positivo sobre os custos financeiros das empresas que registaram uma diminuição. De acordo com um artigo publicado na Cultivar[57], estima-se que nos últimos anos as empresas agrícolas nacionais *"tiveram maior acesso a financiamento bancário do que a generalidade das empresas portuguesas e que o nível de crédito malparado na posse do sistema bancário foi menor no sector primário."* Acresce também que o facto de as taxas de juro terem diminuído não significa necessariamente que as empresas têm acesso aos recursos financeiros necessários ou que sejam mais competitivas no mercado externo uma vez que a diminuição das taxas de juro foi generalizada a todas as empresas da UE, nossas concorrentes.

INTERESSE E PRÁTICA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NACIONAIS DISPONIBILIZAREM LINHAS DE CRÉDITO À AGRICULTURA COM CONDIÇÕES VANTAJOSAS

De acordo com um artigo publicado na Cultivar[58], no atual período de programação do FEADER, nomeadamente no âmbito do PDR2020, verificou-se uma forte procura de apoios na área do investimento, obrigando a um maior nível de seletividade das candidaturas apresentadas, não

[57] A partir do artigo de Tiago Domingues e Ricardo Pinheiro Alves com o título "Competitividade e cadeias de valor no sector agroalimentar e agroflorestal português" disponível em: https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_19/Cultivar_19.pdf

[58] A partir do artigo: MANUELA AZEVEDO E SILVA (abril de 2020); *Instrumentos financeiros no PDR2020*; Publicação Cultivar nº 19 "Macroeconomia e agricultura"; disponível em: https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_19/Cultivar_19.pdf

tendo sido aprovados 27% dos projetos por falta de dotação. Neste sentido, foi desenvolvido um instrumento financeiro, com um montante previsto inicial de 20,07 milhões de euros, *"que, mobilizando os recursos já alocados na programação inicial do PDR 2020, propiciasse a alavancagem de um volume de financiamento muito superior."* Este instrumento financeiro, sendo um instrumento de garantia de carteira *"permite a redução e a partilha de risco com as instituições financeiras, possibilitando a concretização de empréstimos com características que, à partida, o mercado não estaria tão disponível para conceder."* Contudo, considerando a boa aceitação do novo instrumento financeiro pelas instituições financeiras nacionais, foi decidido por parte do FEI e da COM um financiamento adicional através do Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos – FEIE (Plano Juncker), com o valor de 15 milhões de euros, disponibilizado diretamente às instituições financeiras. Este incremento permitiu que o "*montante total agregado da carteira de crédito garantida para o setor fosse alavancado, podendo alcançar cerca de 300 M€, correspondendo a uma alavancagem de cerca de 17 vezes dos recursos disponibilizados pelo PDR 2020 para aplicação no instrumento financeiro (considerando igualmente a alavancagem do FEIE)."*

IX. COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROALIMENTARES PELA INTERNET

39% DOS UTILIZADORES PT DA INTERNET EFETUARAM ENCOMENDAS ONLINE

No universo dos utilizadores PT da internet, 38,9% realizou encomendas online, valor baixo quando comparado com a UE (60%)[59]. Ainda assim, tem-se verificado um crescimento desde indicador desde 2010, indiciando uma **maior apetência dos utilizadores portugueses pelas compras online**. Segundo o inquérito aos utilizadores que não efetuam encomendas online, as razões que motivam a não realização de encomendas/compras online são, nomeadamente: a preferência pelo contacto pessoal, não existir necessidade, preocupações de segurança nos pagamentos e problemas de privacidade.

"As vendas online dos produtos de grande consumo (FMCG) cresceram 20.3% em 2018 e representam, agora, 5.1% das vendas, mundialmente, de acordo com dados da Kantar. O crescimento foi estimulado pelos EUA e pela China Continental, que juntos representam 84% do crescimento global em e-commerce, graças ao sucesso da Amazon, Alibaba, JD.com e Walmart. ***Em Portugal, o crescimento das vendas online foi de 5.9%." (…)*** *"Na Europa Ocidental 4,1% das vendas de produtos de grande consumo vieram do comércio online, liderado pelo o Reino Unido, em que estas representam 7.2%, seguido da França, cujas vendas online representam 5.6%. No entanto o crescimento de compradores nestes dois países foi mais lento do que no ano anterior.*

[59] Fonte: HTTP://WWW.DGEEC.MEC.PT/NP4/12.HTML

Em Portugal, o comércio online de FMCG representa 1.6% do total das vendas. *Na Holanda, o e-commerce cresceu quase 35%."*[60]

79% DOS UTILIZADORES QUE REALIZAM ENCOMENDAS PELA INTERNET PREFEREM FORNECEDORES NACIONAIS

Dos utilizadores da internet, 79% realizou encomendas online a fornecedores nacionais, 51% a outros fornecedores UE e 33% a fornecedores de fora do espaço UE. As estatísticas parecem apontar para uma **preferência por fornecedores nacionais**, contudo com uma **tendência de crescimento das compras a fornecedores fora da UE**.

26% DOS UTILIZADORES PT QUE EFETUARAM ENCOMENDAS PELA INTERNET COMPRARAM COMIDA E/OU ARTIGOS DE MERCEARIA

26% dos utilizadores que realizaram encomendas online compraram comida e/ou artigos de mercearia, tendo crescido face a 2010 (18%), sugerindo uma **maior propensão para a compra deste tipo de produtos online**. Destacam-se a compra de vestuário (60%) e de viagens (59%) como as maiores encomendas online.

DAS EMPRESAS COM 10 OU MAIS PESSOAS AO SERVIÇO EM PT[61]: QUASE TODAS TÊM LIGAÇÃO À INTERNET; 64% TÊM PRESENÇA NA INTERNET, UM DOS VALORES MAIS BAIXOS DA UE; 16% PERMITE REALIZAR ENCOMENDAS OU RESERVAS NO SEU SÍTIO ONLINE; 14% RECEBERAM ENCOMENDAS VIA INTERNET; 19% DAS EMPRESAS RETALHISTAS RECEBERAM ENCOMENDAS VIA INTERNET.

Segundo os inquéritos às empresas (com 10 ou mais pessoas) PT que não efetuam vendas online, as razões que motivam a não realização deste tipo de vendas são, nomeadamente: os produtos/serviços não são adequados para vender online, problemas relacionados com logística e os custos com as vendas online superam os benefícios.

X. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS E INOVAÇÃO NA AGRICULTURA COMO FATORES DE COMPETITIVIDADE

A globalização da economia, a competição por novos mercados, as alterações climáticas, o crescimento da população mundial e do respetivo rendimento médio, as novas exigências e hábitos alimentares dos consumidores, são alguns fatores que têm vindo a pressionar o setor a "produzir mais com menos", a ser mais eficiente e sustentável, mais suportado na I&D, na inovação, na transferência de conhecimentos (e.g. facilidade de comunicação favorece intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional) e na digitalização.

[60] Fonte: https://www.kantarworldpanel.com/pt/news/Vendas-globais-online-FMCG-cresceram-20-em-2018
[61] Fonte: https://ec.europa.eu/eurostat/web/digital-economy-and-society/data/database

Saliente-se a crescente capacidade de desenvolvimento de novas tecnologias (e.g. agricultura de precisão), da disponibilidade das mesmas (e.g. maior oferta de soluções tecnológicas acessíveis aos agricultores), por vezes de forma gratuita (e.g. imagens de satélite), e da sua utilização, que afetam positivamente o desenvolvimento do setor de forma sustentável e da sua capacidade de resposta de adaptação a novas condições (e.g. climáticas, de mercado) e a eventos extremos (e.g. secas, inundações, pragas e doenças).

Em particular em PT, na última década tem-se assistido a uma maior convergência entre a capacidade de investigação e inovação face à média UE, para a qual terá sido determinante a crescente cooperação entre o sistema de I&D e as empresas do setor por via da aplicação dos instrumentos de apoio PAC, notando-se uma forte procura de apoio à constituição de grupos operacionais e implementação de laboratórios colaborativos, orientados para a criação de valor económico e social, incluindo processos de internacionalização da capacidade científica e tecnológica nacional.

Porém, subsistem alguns obstáculos à I&D, inovação e partilha de conhecimento no setor agroflorestal, nomeadamente uma maior dificuldade na incorporação da tecnologia/conhecimento/digitalização relevante por parte das pequenas e médias explorações agrícolas (e.g. acesso à tecnologia; falta de capacidade computacional e recursos para processamento de imagens satélite) ou dispersão de iniciativas de investigação conjugadas com ineficiente divulgação e transferência de conhecimento.

De facto, o modelo de investigação nos setores agroalimentar e florestal, apesar da evolução positiva nos últimos anos, carateriza-se pela sua grande fragmentação e reduzido diálogo entre as suas estruturas, privilegiando a investigação fundamental, o que resulta na escassa ligação às empresas, no diminuto registo de patentes e na deficiente divulgação dos resultados da investigação desenvolvida. Por outro lado tempo de resposta das entidades de IDT+I não está ajustado às exigências das empresas e do mercado, assim como o tipo de investigação desenvolvida deverá apresentar um cariz mais aplicado[62]. Acrescem os custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios, barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar. Esta temática encontra-se mais desenvolvida no diagnóstico do objetivo transversal.

Nesse sentido, a «Agenda de Inovação para a Agricultura 20|30» inclui várias linhas de ação das quais se destacam ao nível da competitividade agrícola:

[62] http://www.iniav.pt/fotos/editor2/estrategia_mam_livro.pdf

- Linha de ação 6.6. **Infraestruturas**: promover o desenvolvimento de infraestruturas (rega, redes de comunicação digital, plataformas de avisos, etc.).
- Linha de ação 7.1. **Acesso à terra**: facilitar o acesso à terra, promover formas de emparcelamento, estudar e desenvolver formas inovadoras de acesso e de gestão partilhada e ou agregada.
- Linha de ação 7.3. **Instrumentos financeiros**: disponibilizar instrumentos financeiros de acesso ao capital e gestão de risco, de apoio aos pequenos agricultores e detentores do Estatuto da Agricultura Familiar e melhorar os instrumentos de apoio à renovação geracional, em especial através da PAC, com um enfoque na mobilização das mulheres para a utilização destes instrumentos e para o empreendedorismo.
- Linha de ação 7.4. **Mercados**: facilitar o acesso aos mercados, nomeadamente pelo desenvolvimento de plataformas de comercialização e redes de cooperação.
- Linha de ação 9.2. **Promoção nacional**: criar campanhas e estratégias para a promoção do consumo agroalimentar nacional;
- Linha de ação 9.3. **Promoção internacional**: levantar barreiras à exportação, identificar parceiros que possam apoiar na internacionalização da agroindústria portuguesa e implementar estratégias comuns de comercialização e marketing de produtos agroalimentares e com outros setores de atividade económica (iniciativas de cross-selling e de estratégias de eficiência coletiva), apostando em novas formas de comercialização (comércio eletrónico) e na promoção digital;
- Linha de ação 9.4 **Promoção internacional**: assegurar o posicionamento da agricultura nacional junto dos fóruns e entidades com foco no investimento no setor agroalimentar, tendo por base uma proposta de valor distintiva de Portugal enquanto destino de IDE orientado ao setor agroalimentar e que permita reduzir falhas das cadeias de valor.

XI. LISTA DOS INDICADORES COMUNS DE CONTEXTO UTILIZADOS

Tipo de indicador	Indicador comum de Contexto		Indicador comum de impacto	
	Cód.	Descrição	Cód.	Descrição
Mercado de trabalho	C08	Estrutura do emprego		
Economia	C11	Estrutura da economia (VAB)	I8	% Agricultura no VAB cadeia de valor agroalimentar
Explorações agrícolas e agricultores	C12	Explorações agrícolas		
	C13	Mão-de-obra agrícola		
	C15	Formação agrícola dos produtores agrícolas		
Superfície agrícola	C17	Superfície agrícola		
	C18	Superfície irrigável		
Produção animal	C22	Cabeças normais		

Rendimento agrícola e das explorações	**C27**	**FBCF na agricultura**		
Produtividade	**C28**	**Produtividade total dos fatores na agricultura**	**I6**	**Produtividade total dos fatores na agricultura**
	C29	**Produtividade do trabalho na agricultura**		
		Produtividade do trabalho na silvicultura		
		Produtividade do trabalho na indústria alimentar		
Comércio internacional	**C30**	**Comércio agroalimentar**	**I7**	**Comércio agroalimentar**
Solo	**C39**	**Matéria orgânica na terra arável**	**I11**	**Matéria orgânica na terra arável**
	C40	**Erosão hídrica do solo**	**I13**	**Erosão hídrica do solo**